

LEONARDO TEIXEIRA DE MELLO FERREIRA

VELOCIDADE E TRANSPARÊNCIA

A vigilância na celeridade das tecnologias da comunicação e da informação

**Rio de Janeiro
2007**

LEONARDO TEIXEIRA DE MELLO FERREIRA

VELOCIDADE E TRANSPARÊNCIA

A vigilância na celeridade das tecnologias da comunicação e da informação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientadora:
Prof^a Fernanda Bruno

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA
Rio de Janeiro
2007

FICHA CATALOGRÁFICA

FERREIRA, Leonardo Teixeira de Mello,
Velocidade e transparência: a vigilância na celeridade das tecnologias
da comunicação e da informação / Leonardo Teixeira de Mello Ferreira
Rio de Janeiro, 2007.
126 f.
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura), Universidade
Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-
Graduação em Comunicação e Cultura, 2007.
1.Velocidade. 2.Vigilância 3.Transparência 4.Tecnologias da
Comunicação – Dissertação.
I. BRUNO, Fernanda Glória (orient.) II. Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Escola de Comunicação III. Título.

VELOCIDADE E TRANSPARÊNCIA

A vigilância na celeridade das tecnologias da comunicação e da informação.

Leonardo Teixeira de Mello Ferreira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Prof^a. Fernanda Bruno – UFRJ / ECO – Orientadora

Prof. Henrique Antoun – UFRJ / ECO

Prof^a. Fátima Cristina Regis Martins de Oliveira – UERJ

Para a minha mãe, a Sra. Berenice.

É preciso agradecer a algumas indispensáveis presenças que deram a este trabalho qualquer coisa como um sentido. A paciente acolhida e a constante confiança da professora Fernanda Bruno são amplamente responsáveis por todo um estudo do qual esta dissertação é tão somente o resultado mais acabado. A prontidão com que os professores Henrique Antoun e Fátima Régis se apresentaram para compor a banca examinadora reforça ainda mais a minha admiração e meu respeito em relação a eles. Há também os que conhecem a história de cada uma das palavras presentes nesta dissertação: Fabiano de Lemos Britto, Leandro Teixeira de Mello Ferreira, Leila da Penha Guimarães. Por fim, tudo o que este trabalho deve a Adriana da Conceição Gomes não poderia ser expresso.

Sem o apoio de uma bolsa de mestrado concedida pela CAPES, esta dissertação não poderia ser concluída.

“Os tolos falam do passado, os prudentes do presente e os
loucos do porvir”.
Napoleão Bonaparte

RESUMO

FERREIRA, Leonardo Teixeira de Mello. *Velocidade e transparência: a vigilância na celeridade das tecnologias da comunicação e da informação*. Orientadora: Fernanda Bruno. Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação em Cultura. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, 126 pp.

A aquisição de maiores velocidades sempre tornou possível a efetivação, bem como o exercício de um controle e de uma vigilância mais intensos sobre os espaços. Dos balões de observação aos aviões de reconhecimento, incluindo ainda os navios das grandes potências marítimas, a história não cessou de demonstrar que o poder visual sobre um determinado ambiente foi dado àqueles que podiam percorrê-lo de um modo mais rápido. Sabe-se, contudo, que qualquer performance motora ou trajeto físico parece ter se tornado ineficaz, portador de uma baixa utilidade, quando comparado ao imediatismo promovido pela celeridade das tecnologias da comunicação e da informação. Encaixar a ação da vigilância na velocidade desses objetos técnicos proporciona, entre outros efeitos, uma significativa ampliação do domínio e do poder sobre territórios e indivíduos, uma vez que a extensão espacial deixa de se constituir como um limite da capacidade de se visualizar com prontidão as situações. Talvez por isso, a máquina de observação que organiza na atualidade o controle, seja menos o veículo, o aparelho de deslocamento sobre o espaço, do que a transmissão, a capacidade de se veicular instantaneamente as imagens, dados e demais conteúdos informacionais. Por outro lado, o caráter funcional da velocidade na organização de uma vigilância não se encontraria restrito à celeridade dos trajetos, à propriedade de se transmitir, de uma forma imediata, as informações. A utilização de determinadas tecnologias de monitoramento, dispostas sobre os ambientes informáticos e articuladas a processos de seleção, tratamento e recuperação de dados, demonstra que a vigilância tem a sua eficiência regulada também por intermédio da própria velocidade de cálculo dos computadores. Em linhas gerais, dessa celeridade dependeria o funcionalismo das operações de coleta e processamento de dados, as quais tornariam transparente o extenso volume de informações acessadas e produzidas sobre o espaço numérico. Apoiando-se no conjunto dessas considerações, o presente trabalho busca identificar, privilegiando as suas atuais tecnologias, uma equivalência entre mais-poder e mais-velocidade nos processos de vigilância e controle disseminados sobre o corpo social.

ABSTRACT

FERREIRA, Leonardo Teixeira de Mello. *Velocity and transparency: surveillance in the speed of communication and information technologies*. Orientation: Fernanda Bruno. Dissertation School of Communication, MA in Communication and Culture. Rio de Janeiro: Federal University of Rio de Janeiro, 2006, 126 pp.

The accomplishment of greater velocities always made the effectiveness, as well as the use of more intense control and surveillance over spaces. From observation balloons to tracking aircrafts, also including great naval powers ships, history didn't cease to demonstrate that visual power over a certain environment has been given to those who could cross it in a faster way. However, it is known that any motor performance or physical length seems to be rendered ineffective, bearer of a low utility, when compared to the celerity of communication and information technologies. Fitting surveillance's action in these technical objects velocity provides, among other effects, a significative increase of power and domination over territories and individuals, since spacial extension ceases to constitute itself as a limit of the ability to visualize situations with readiness. Maybe that's why the contemporary observation machine which organizes control, is less the vehicle, the shifting device over space, but transmission, the ability to instantaneously broadcast images, data and other informational contents. On the other hand, the functional attribute of surveillance's organization velocity is not restricted to course's celerity, to the possibility of transmitting informations in real time. The use of certain monitoring technologies, disposed over informatics environments and articulated to selection, treatment and data recovery processes, demonstrates that surveillance has it's own efficiency regulated also through computer calculations velocity itself. In sum, data collecting and processing operations functionality rely on this celerity, rendering the extensive volume of accessed and produced information on the numerical space transparent. Regarding this assemblage of considerations, as well as favouring it's contemporary technologies, the current work attempts to identify an equivalence between more power and more velocity in the surveillance and control processes disseminated over the social body.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
 I. O espaço da transparência	
1. A arquitetura útil e a funcionalidade da vigilância.....	27
1.1 A situação de transparência no contexto da potência criadora da distribuição espacial.....	32
 II. A transparência da velocidade	
1. A transparência do tempo real.....	54
1.1 Velocidade e vigilância: novas diretrizes do espaço e do tempo sob a ótica de Paul Virilio.....	56
1.2 Câmeras de vigilância: o advento da interface eletrônica como suporte de uma trans-aparência.....	69
2. A transparência numérica.....	82
2.1 Bancos de dados e perfis computacionais: a informação sob vigilância.....	84
2.2 O estado de sítio global: os imperativos de uma vigilância sobre as comunicações.....	100
 Considerações finais.....	113
 Referências Bibliográficas.....	123
 Anexos.....	127

INTRODUÇÃO

“Se *Newgate* estivesse funcionando de acordo com este plano, Mr. Akerman não gastaria mais do que uma visita de 15 minutos para inspecioná-la em sua totalidade”.

Jeremy Bentham, *O Panóptico ou a casa de inspeção*.

Não há dúvidas de que a aparente onipresença do inspetor, dada pela configuração sobre os indivíduos de um sentimento de se encontrar em um meio constantemente vigiado, compreendia um dos pontos mais importantes do Panóptico. Reconhecendo-se a impossibilidade de se exercer, sobre cada cela e em todo momento, uma inspeção real, a criação de uma sensação de visibilidade permanente demonstrava ser o artifício mais eficaz no que diz respeito à superação das limitações do poder, das restrições da capacidade da vigilância. Conscientes da sua situação de exposição, os indivíduos fariam funcionar espontaneamente sobre si as relações de controle, interiorizando a presença do olhar, a ponto de observar e regular as suas próprias ações.

Os benefícios que a impressão de se estar continuamente sob vigilância poderia oferecer ao funcionamento das instituições são conhecidos: economia de pessoal, representada pela possibilidade de se reduzir o número de inspetores, diminuição dos gastos com o material empregado na construção dos edifícios, sem o prejuízo da segurança, da proteção contra as tentativas de fuga – afinal, quem se arriscaria a realizar tal propósito tendo diante de si, em todo momento, a imagem da torre central – e, naturalmente, o aumento da produção. A crença na onisciência do olhar pesaria constantemente sobre os comportamentos dos indivíduos, não permitindo que os mesmos vislumbassem brechas, oportunidades para o desperdício de tempo com vadiagens, distrações ou demais condutas que pudessem comprometer o rendimento desejado na realização das atividades.

No entanto, ao enunciar as vantagens do princípio da arquitetura panóptica sobre as demais edificações até então concebidas¹, Jeremy Bentham despendia uma grande parte de seu tempo destacando a extrema facilidade que o seu plano apresentava para o exercício efetivo da inspeção. Sem o empreendimento de maiores esforços, guardas, inspetores ou membros de escalões superiores, tais como juizes e outros magistrados, poderiam ter sob os seus olhos, dentro dos detalhes e minúcias que julgassem apropriados, todo o funcionamento do estabelecimento. Do ponto central do edifício, o espaço tornava-se completamente visível, a transparência era perfeita, destituída de zonas de sombra ou de ângulos mortos. Não implicando qualquer diminuição no rigor e na precisão exigidos no exercício de tal atividade,

¹ Cf. BENTHAM, J., *O Panóptico ou a casa de inspeção*. In: SILVA, T. T. (Org.). *O Panóptico*, Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 26-28 e ss.

a inspeção por parte dos visitantes e dos funcionários sobre os diversos setores do estabelecimento poderia ser conduzida em um ritmo impressionante, dispondo de uma rapidez que não fora, em ocasiões passadas, jamais cogitada.

Nesse sentido, a arquitetura do Panóptico não correspondia tão somente a uma máquina de observação regular, no sentido de possibilitar o exercício da inspeção, constatando-se, entre outros objetos, o cumprimento das obrigações, as deficiências apresentadas na produção ou a manutenção da ordem local. O diferencial colocado pelo modelo de organização espacial apresentado por Bentham se refere, além da criação do sentimento de exposição apontado anteriormente, ao imediatismo com o qual a inspeção poderia ser realizada e, naturalmente, às próprias conveniências que essa velocidade no reconhecimento do conjunto das ações e comportamentos poderia oferecer ao funcionamento das instituições. No plano circular, a totalidade das situações abre-se *instantaneamente* à visão do ponto central, gerando uma diminuição considerável do tempo para a produção de possíveis dissimulações que pudessem esconder, com o perdão da expressão, o *estado real das coisas*².

Com efeito, a configuração de uma relação de transparência parece, de uma certa forma, desdobrar-se também em uma relação de velocidade, tendo em vista que a possibilidade de se promover um reconhecimento imediato da totalidade das situações tornaria a atividade de inspeção mais ágil, mais rápida do que a realizada sobre os meios convencionais. Essa velocidade refletir-se-ia na própria funcionalidade e eficiência da vigilância, pois a capacidade de se detectar prontamente as irregularidades favoreceria a inscrição de um poder de intervenção mais cerrado, mais próximo dos seus objetos. A partir do momento em que a execução de uma conduta imprópria, inadequada ao bom cumprimento das obrigações, é repreendida imediatamente pelos supervisores, a inspeção se mostra mais rígida aos seus objetos, ampliando a sensação de visibilidade e os níveis de controle desenvolvidos sobre os espaços.

O fato é que a associação entre a velocidade e a transparência, mostrando-se ainda tímida nos dispositivos de vigilância modernos, ganharia novos contornos quando se observa

² Cf. BENTHAM, J., O Panóptico ou a casa de inspeção. In: SILVA, T. T. (Org.), *O Panóptico*, Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 28. As vantagens conferidas pela velocidade no reconhecimento do espaço são apontadas, de um modo mais explícito, no momento em que são comentadas as eventuais visitas dos superintendentes. “Neste plano, o caráter desagradável da tarefa do superintendente não diminui na mesma proporção em que aumenta a sua eficácia. Em todos os outros planos, se ocorrer que a visita do superintendente seja alguma vez inesperada, e seus movimentos demasiadamente rápidos, haverá sempre um tempo para preparações que escondam o estado real da coisa. Das novecentas celas, ele não poderia visitar mais do que uma de cada vez e, nesse meio tempo, as piores das outras poderiam ser arranjadas, seus habitantes ameaçados e instruídos sobre como recebê-lo. No presente plano, assim que o superintendente é anunciado, toda a cena abre-se instantaneamente à sua visão”.

o funcionamento das tecnologias de controle difundidas na atualidade. Se o estabelecimento de uma relação de transparência sobre as instituições modernas tinha como suporte a configuração de uma rígida disposição espacial, implicando uma análise detalhada da forma, da distribuição interna e das dimensões conferidas aos edifícios, a organização atual das condições para o exercício da vigilância parece ser definida por intermédio da própria celeridade veiculada pela técnica. Tal deslocamento representaria uma redefinição radical das propriedades da transparência, uma vez que a presença das câmeras, chips, bancos de dados, programas computacionais de coleta e processamento de informações tem demonstrado que o empreendimento da vigilância, antes dependente dos princípios de proximidade, do cálculo das distâncias, realiza-se a partir da própria superação do *espaço real*³.

Diferentemente do modelo de visibilidade resultante de uma administração do espaço, cujo exemplo mais pragmático corresponderia à arquitetura Panóptica, a transparência configurada sobre a velocidade das transmissões permitiria acessar instantaneamente não apenas as situações circundantes, mas igualmente, o que se passa nas mais vastas distâncias. Daí a possibilidade do exercício de uma *tele-vigilância*. A celeridade das transmissões, superando os intervalos de espaço mais extensos, permitiria, dentro de um imediatismo, acompanhar, monitorar os objetos independentemente do seu grau de afastamento.

Assim, a proliferação dos dispositivos de vigilância não deixaria de se encontrar articulada ao contexto relativo ao horizonte do desenvolvimento das tecnologias que permitem ver, falar ou agir a distância: a perda do fundamento geográfico em benefício de uma intercomunicação quase instantânea, onde a supressão dos intervalos espaciais e temporais pelo imediatismo conduziria, inevitavelmente, a uma aceleração da própria realidade. De fato, se a revolução dos transportes foi acompanhada por uma progressiva negação das distâncias de espaço, com a retenção acelerada do tempo de passagem que separa a partida da chegada, passando as mais longínquas viagens a ser pouco mais do que breves intervalos, a revolução das transmissões, por sua vez, colocou os indivíduos em contato com interfaces instantâneas que anulariam toda a duração, toda a demora na emissão e na recepção de informações. Graças à instantaneidade veiculada pelas transmissões, a maior distância não

³ Cf. VIRILIO, P.; KERCKHOVE, D., *Conflicts: A Conversation Between Paul Virilio And Derrick De Kerckhove*. Disponível em: <http://www.aec.at/de/archiv_files/20021/2002_206.pdf>. Acesso em: 4 de março de 2005. O entendimento do conceito de espaço real adotado aqui é aquele dado por Paul Virilio na sua análise sobre os efeitos do imediatismo na compreensão das noções de espaço e tempo. O sentido de tal expressão pode ser apreendido em uma diversidade de trabalhos do autor; contudo, optamos por destacar, tendo em vista a sua concisão – oportuna para este momento –, a definição fornecida durante uma célebre conferência realizada com Derrick De Kerckhove: “O espaço real compreende a geografia e as distâncias”.

ocultaria mais a possibilidade de se exercer, dentro de um imediatismo, a prática da vigilância.

Desde a extensão máxima do globo, submetida ao exame, à inspeção permanente dos satélites de observação (militares, meteorológicos, etc.), até o rastreamento exercido por programas computacionais de coleta e análise de dados sobre os gestos e condutas dos indivíduos, passando ainda pelos ambientes mais diversos da paisagem urbana que são monitorados pela iluminação intensa das câmeras de vídeo, um número sempre crescente de superfícies, objetos e ações, dos mais vastos aos mais ínfimos, é oferecido ao olhar vigilante. E nesses processos de superexposição generalizada, inscritos de uma forma contínua sobre a quase totalidade do corpo social, há algo que este estudo deseja destacar: as relações que orientam a constituição da transparência na atualidade, possibilitando o exercício da vigilância sobre uma diversidade de situações, parecem ser construídas, basicamente, no tempo, no imediatismo da velocidade das transmissões.

Dentro dos propósitos e características relativos ao exercício da vigilância, o espaço material – outrora objeto de um investimento político, de intervenções que conferiam a capacidade de visualizar e apreender imediatamente o maior número possível de acontecimentos sobrevividos – teria a sua importância progressivamente reduzida por uma valorização do “tempo real” das transmissões instantâneas, o qual, potencialmente, coloca em contato quase todas as localidades e indivíduos em detrimento de quaisquer obstáculos ou distâncias. Apoiando-se sobre essas considerações iniciais, o tema e as características que definem este trabalho podem ser agora melhor explicitados.

Em linhas gerais, trata-se de uma pesquisa fundamentalmente teórica, que objetiva reconhecer a velocidade como um possível vetor privilegiado na redefinição das relações entre a vigilância, a transparência e o poder. A fim de legitimar tal tomada de posição, pretende-se demonstrar que o funcionamento, a eficiência e a organização das condições para a difusão das práticas de controle inscritas atualmente na sociedade se tornam cada vez mais dependentes da velocidade, da celeridade veiculada pela técnica.

É curioso notar que o próprio sentido do termo “transparência”, comumente compreendido como a qualidade de algo que se deixa perceber facilmente, por si só, já nos permitiria entrever, mesmo que em um aspecto conotativo, uma relação de velocidade. O objeto transparente, além de se reportar ao fenômeno pelo qual os espectros luminosos visíveis são apreendidos a partir de certas superfícies, possibilitando distinguir com exatidão os elementos através de sua densidade, é aquele que permite um reconhecimento imediato. Um vidro industrial de cinco centímetros de espessura, cujo índice de refração é igual a

1,6, por exemplo, corresponde a um objeto portador de uma significativa transparência, uma vez que, retendo uma pequena parte da luz, qualquer elemento se torna facilmente perceptível através da sua superfície.

A idéia de transparência veiculada por este trabalho não se refere, naturalmente, à propriedade, a uma característica própria de alguns materiais – tais como a água, o ar, o vidro –, e sim a uma relação dada por um conjunto de agentes, suportes materiais, usos, apropriações, bem como por outros elementos diversos que favoreceriam a apreensão imediata das situações. Trata-se da reunião, do estabelecimento de condições que possibilitem a realização da vigilância⁴, permitindo espreitar e ter ao seu alcance aqueles que devem ser vistos, monitorados. Seja através de uma organização e de um investimento sobre o espaço material, com todos os aparatos concretos demandados por tal orientação – como, por exemplo, os planos de arquitetura e urbanismo –, seja por intermédio da transmissão instantânea das aparências a distância – tal como a empreendida pela emissão e a recepção em tempo real dos sinais de vídeo –, a constituição de uma relação de transparência corresponderia a uma das condições fundamentais para a realização da vigilância.

Fundados sobre as propriedades das tecnologias informacionais e comunicacionais, ou mais precisamente, a partir da velocidade destas, os dispositivos de vigilância disseminados hoje em dia sobre o corpo social, associando-se aos domínios industriais, econômicos, políticos ou militares, acenariam com a possibilidade de se exercer, como procuramos destacar anteriormente, um controle dos ambientes e indivíduos independentemente da posição que estes venham a ocupar no espaço material. Proporcionando uma facilidade de se passar, sem tempo de transição ou espera, de um monitoramento sobre o que se encontra em uma proximidade imediata para um controle do que está situado além do campo visual, a celeridade das transmissões provocaria, entre outros efeitos, uma certa indistinção entre o próximo e o distante, destituindo a extensão e as dimensões espaciais de uma importância efetiva para o exercício da vigilância.

⁴ Interessante apontar aqui, tendo em vista que grande parte das nossas fundamentações teóricas é circunscrita por sua literatura, algumas considerações sobre a etimologia do termo da língua francesa correspondente a vigiar, *surveiller*. Em princípio, *veiller*, termo que não possui tradução muito precisa para o português – talvez, velar seja o vocábulo mais próximo – é uma ação que relaciona os corpos e as presenças. Existe, nessa relação, sempre uma pessoa ou algo que se caracteriza como o agente e alguém ou alguma coisa que compreenderia o objeto submetido às ações da *veille*. Por sua vez, a adição do prefixo *sur* ao termo *veiller* produz uma alteração semântica, acrescentando uma marca que confere, ao mesmo tempo, uma intensidade e uma localização. Há, simultaneamente, um reforço da ação referente ao vocábulo *veiller* e a disposição de uma relação de superioridade. Tal intensidade se reflete em uma espécie de extensão, de excesso, uma vez que a *veille*, ato vinculado a um tempo relativo, cederia lugar a uma ação empreendida constantemente, em um tempo contínuo, tal como apontado pelo significado do termo *surveiller*. A idéia de localização surgiria pela disposição de uma relação hierarquizada, uma vez que, geralmente, quem vigia, realizando o ato de *surveiller*, detém uma autoridade.

No entanto, a utilização relativamente atual de determinadas tecnologias de monitoramento, dispostas sobre ambientes informacionais, articuladas a mecanismos de seleção, tratamento e recuperação de dados, tem mostrado que o caráter funcional da velocidade na organização de uma tele-vigilância parece não se encontrar restrito tão somente à celeridade dos trajetos, à instantaneidade das transmissões. Componentes estratégicos desses sistemas de coleta e de avaliação informacional, os *bancos de dados* e os *perfis computacionais*, por serem constituídos, em grande parte, a partir de operações numéricas, teriam o seu funcionamento e eficiência garantidos por intermédio da potência da velocidade de cálculo dos computadores, da rapidez na resolução das instruções que lhe são solicitadas. Este trabalho pretende demonstrar que o fato de os objetos privilegiados dessa vigilância corresponderem às informações acessadas e produzidas sobre a diversidade de interfaces numéricas, entre outras implicações, faria com que o poder e o alcance do controle se tornassem proporcionais à capacidade de se processar uma maior quantidade de dados em um menor tempo possível.

Obviamente, a propriedade de se descrever os cálculos necessários à extração de padrões no conjunto de dados analisado caracteriza-se como uma das condições fundamentais para a funcionalidade da vigilância. Prescindindo da presença do olhar, os *bancos de dados* e os *perfis* se articulam a uma transparência que se torna um fenômeno oriundo menos das propriedades da ótica do que das operações fornecidas pela linguagem codificada dos programas computacionais, cujo objetivo mais imediato seria organizar, prover sentido ao conteúdo fragmentado e extremamente numeroso disposto sobre o ambiente digital. Entretanto, como esses processos são realizados no espaço numérico, é o cálculo que faz mover todas as atividades relativas ao tratamento dos dados, fazendo com que a eficiência da vigilância seja regulada pela própria performance dos *motores informáticos*⁵.

Na verdade, a promoção de uma leitura das relações entre a transparência e a vigilância sob a perspectiva da velocidade não se esgotaria na análise destes dois planos: a instantaneidade das transmissões e a celeridade dos computadores. No entanto, esses vetores do desenvolvimento tecnológico não deixariam de ilustrar, de demonstrar, cada um ao seu modo, que a lógica, o investimento na produção de velocidades se tornou um dos

⁵ Os processadores poderiam ser descritos como alguns dos símbolos privilegiados de um desejo de velocidade que se inscreve sobre quase todos os horizontes do desenvolvimento tecnológico. A fim de dispor de uma maior rapidez na execução das operações numéricas que lhes são solicitadas, esses componentes se tornaram objetos de constantes modificações, uma vez que a potência dos computadores é freqüentemente associada a sua capacidade de produção de cálculos por segundo. Tal relação acaba sendo comum à funcionalidade da vigilância exercida sobre o ambiente informacional, tendo em vista que grande parte da eficiência (rapidez) nos processos de seleção, análise e avaliação dos dados depende da velocidade do computador na realização dos cálculos.

instrumentos privilegiados na organização do controle sobre o corpo social. Se antes a velocidade se constituía como um dos efeitos, uma das finalidades pretendidas pelo modelo espacial da transparência, relativo por exemplo, a uma maior rapidez na produção – visto que a facilidade no exercício da inspeção ajudaria a evitar qualquer desperdício de tempo –, tal grandeza parece se tornar, hoje em dia, a própria causa, o elemento organizador dessa possibilidade de se reconhecer imediatamente as situações.

A referência incontornável a Paul Virilio, que trata de forma peculiar da supremacia da velocidade no campo da política, apresenta-se no centro de nosso trabalho. São as suas análises sobre a *Dromologia* que circunscrevem, neste estudo, as apreensões, o entendimento dos processos de tele-vigilância difundidos atualmente na sociedade. Não é por acaso que o pensamento do autor dispõe de uma presença constante ao longo da segunda unidade deste trabalho, chegando mesmo a ocupar um espaço considerável no desenvolvimento da nossa dissertação. Compreender os sentidos e as orientações dessa diferente perspectiva oferecida pela *lógica da corrida* na leitura da produção técnica, da economia ou da política, exige uma investigação profunda que permita entender o modo de funcionamento, a forma que caracteriza o trabalho do *dromólogo*. Para além de reconhecer o estabelecimento da primazia da velocidade, é preciso entrever as condições, as circunstâncias que tornam possível apreender essa grandeza como a referência absoluta para a constituição, por exemplo, dos regimes de dominação e controle baseados na administração dos movimentos, veículos, transmissões, bem como de demais objetos analisados por este estudo.

De acordo com essas aproximações iniciais, buscando proporcionar uma melhor compreensão do problema a ser pesquisado, este trabalho se apresenta dividido estruturalmente em duas unidades principais. Na primeira, denominada “O espaço da transparência”, procuramos desenvolver um aparato descritivo abrigoando um conjunto de referências que, grosso modo, pretendem contextualizar o empreendimento das relações da transparência como algo resultante de um investimento político sobre o espaço, de intervenções que parecem implicar sempre uma análise detalhada, minuciosa da forma, da distribuição e das dimensões conferidas às estruturas materiais. Por sua vez, a segunda unidade, intitulada “A transparência da velocidade”, pretende demonstrar que, na atualidade, a organização das relações de transparência se realiza, entre outras circunstâncias, a partir da superação do próprio espaço material, das distâncias e das dimensões, acenando com a possibilidade do exercício de uma tele-vigilância. Essa perda da importância do espaço real para o empreendimento da vigilância é intensificada pela possibilidade de se manipular uma

velocidade absoluta, agenciando o seu exercício às tecnologias de transmissão instantânea, à celeridade limite veiculada pelos dispositivos comunicacionais e informacionais.

Resumidamente, pode-se dizer que a idéia fundamental articulada pela primeira unidade do nosso trabalho corresponde a localizar o espaço como o suporte, o objeto privilegiado de uma mecânica perfeitamente arranjada, cujos princípios agiriam determinando, por exemplo, os locais que podem ver e aquelas regiões que, em contrapartida, devem ser vistas. Precedido por uma pequena parte introdutória que cumpre explicitar o objeto e a metodologia relativos a primeira unidade, o capítulo “A arquitetura útil e a funcionalidade da vigilância”, promove uma análise da configuração das condições de visibilidade sobre os planos arquitetônicos e urbanísticos, entendendo a organização das relações de transparência como um dos múltiplos suportes da tentativa de se produzir uma majoração da utilidade. Acreditando-se que o favorecimento do exercício definido e regular de uma vigilância e a possibilidade de um reconhecimento imediato das situações contribuiriam para o aumento da funcionalidade dos ambientes, prescrevendo um maior volume na produção e uma economia nas suas realizações⁶, os espaços passam a ser concebidos, entre outras circunstâncias, de modo a tornar visíveis os que se encontram no seu interior.

A análise da disposição da transparência dentro dos vetores da constituição dos espaços funcionais é conduzida, fundamentalmente, por intermédio de um estudo sobre três objetos: os projetos da *Saline Royale d'Arc-et-Senans* e da *Ville de Chaux*, de Claude-Nicolas Ledoux; o plano para o *Hôtel-Dieu de Paris*, de Bernard Poyet; e, naturalmente, o projeto do *Panóptico*, de Jeremy Bentham. Concebidos durante a segunda metade do século XVIII, esses projetos parecem traduzir um traço comum a um conjunto maior de empreendimentos arquitetônicos – até então, relativamente distinto –, onde a forma, a disposição e a distribuição conferidas aos planos entram em composição com as necessidades funcionais dos edifícios. Obviamente, não se trata de menosprezar a existência e o valor dos objetivos próprios, específicos perseguidos por cada um dos projetos analisados. Busca-se apenas reconhecer certas estratégias que se generalizam na constituição desses espaços úteis, como por exemplo, a disposição das relações de transparência e de vigilância, objetos fundamentais deste trabalho.

⁶ Com relação ao aumento da produção, o exercício de uma observação regular ajudaria a evitar, por exemplo, a perda de tempo com distrações, preguiça e demais condutas que pudessem comprometer o rendimento desejado na realização das atividades. Por sua vez, a economia no processo produtivo resultante da capacidade de se visualizar as situações poderia, entre outros aspectos, ser identificada na possibilidade de se constatar as imperfeições ou o desperdício de materiais na execução das tarefas.

Além de pretender ilustrar, de um modo geral, a pluralidade das competências atribuídas à organização da transparência, veiculando um número de estudos, de pensamentos e de casos compatíveis com os diferentes problemas que se colocavam à tentativa de se efetivar uma majoração da utilidade sobre os espaços mais diversos, a escolha desses trabalhos que, em um primeiro momento, mostrar-se-iam distintos, também obedeceu a critérios mais ou menos específicos. Basicamente, a opção pelo projeto de Ledoux justifica-se por uma característica que ilustra bem as dimensões adquiridas pela constituição dos espaços úteis: a salina constitui-se como o nódulo de um plano urbano, devendo estender as suas propriedades funcionais à distribuição e à concepção de uma cidade inteira. Reunindo em torno de si todas as edificações necessárias ao funcionamento habitual de uma vida urbana, a usina de sal corresponderia ao centro da *Ville de Chaux*, um objeto privilegiado para se constatar o desejo de um número de arquitetos do final do século XVIII de organizar, de um modo lúcido, uma *cidade geométrica*, um modelo espacial que teria o seu funcionamento ideal regido pelas leis de uma simples e estrita geometria. Tal disposição geométrica deveria ser organizada de modo a favorecer o exercício de uma observação e de um controle mais eficazes das situações, implicando a formação de um espaço transparente, caracterizado por oferecer uma maior facilidade para o empreendimento da vigilância, da regulação das atividades da vida cotidiana, dos habitantes e funcionários.

Com o plano do *Hôtel-Dieu de Paris* de Poyet, este trabalho busca ressaltar a importância da arquitetura hospitalar para o entendimento das relações de vigilância empreendidas na organização dos espaços úteis. E a escolha por esse plano específico, em detrimento de outros projetos seus contemporâneos, foi baseada no valor conferido por Jacques Tenon, um notável médico cirurgião da segunda metade do século XVIII, à disposição espacial apresentada por tal arquitetura, identificando-a como um exemplo a ser seguido na concepção dos hospitais no período. Grande parte das nossas análises do projeto de Poyet provém do livro de Tenon, *Mémoires sur les hôpitaux de Paris*, uma obra atravessada por um conjunto de normas arquitetônicas e funcionais, pensadas para auxiliar os arquitetos, engenheiros e administradores na concepção e organização do espaço hospitalar.

O que nos levou a adotar o referido livro de Tenon como o componente privilegiado das nossas fundamentações teóricas acerca da arquitetura médica – determinando até mesmo a escolha do nosso objeto, o plano do *Hôtel-Dieu de Paris* de Poyet – foi, sobretudo, a postura relativamente inovadora adotada pelo cirurgião no modo de entendimento submetido ao espaço hospitalar. Aproximando-se das considerações teóricas da primeira unidade do nosso trabalho – da compreensão do espaço como não sendo mais um meio simples, difuso e

incoerente de detalhes, e sim como um vetor resultante de toda uma série de relações funcionais –, *Mémoires sur les hôpitaux de Paris* representa a realização de um estudo que colocava sobre o mesmo solo a arquitetura, a majoração da utilidade, a prática médica e a saúde. Nas inúmeras incorreções observadas, o cirurgião considerava que o descuido na disposição da forma e do posicionamento das salas impedia a plena realização das atividades médicas, dificultando os procedimentos terapêuticos, constituídos, por exemplo, a partir da organização de um espaço transparente, sujeito a um controle mais detalhado das suas situações cotidianas.

No entanto, é a partir do Panóptico que a inscrição da idéia de função sobre as formas, dimensões e estruturas dos edifícios se mostra levada às últimas conseqüências, promovendo uma radicalização dos mecanismos que configuram a formação dos espaços úteis. No plano de inspeção pensado por Bentham, o espaço é concebido segundo toda uma série de relações funcionais, onde cada um dos seus componentes e características contribui para a realização das suas finalidades. Tudo deve servir, ser trabalhado e concebido em função da economia e da eficiência na produção. E dentro do conjunto dos elementos mais gerais que possibilitam o empreendimento de uma majoração da utilidade, a organização de uma relação de transparência para com o edifício parece dispor de uma importância fundamental. Como podemos destacar anteriormente, o espaço transparente da arquitetura panóptica facilitaria o exercício imediato da vigilância, promovendo, por exemplo, o bom cumprimento das obrigações, a execução adequada dos serviços, evitando-se as distrações, as vadiagens e outros inconvenientes que pudessem comprometer a funcionalidade almejada.

Por sua vez, a segunda parte deste estudo, buscando apreender as relações entre a velocidade e a transparência, inicia-se com uma investigação sobre a *Dromologia* ou, mais precisamente, sobre os princípios e considerações que regem o trabalho realizado por Paul Virilio. São as análises promovidas pelo autor acerca dos processos da administração de vetores, movimentos e celeridades, associadas ao modo como estes intervêm sobre a organização social e modificam a questão do poder, que orientam o desenvolvimento de nossa pesquisa. Em linhas gerais, o seu entendimento de que a aquisição de maiores velocidades tornou possível a efetivação, o exercício de um controle maior dos espaços, constituir-se-ia como um argumento bastante pertinente à compreensão dos sentidos, das articulações que regularam, ao longo do tempo, os processos de administração empreendidos sobre o território. Dos balões de observação aos aviões de reconhecimento supersônicos, passando ainda pelos navios das grandes potências marítimas, a história não cessou de demonstrar que o poder

sobre um determinado espaço foi sempre dado àqueles que podiam percorrê-lo a uma maior velocidade.

No entanto, qualquer performance motora ou trajeto físico parece ter se tornado ineficaz, portador de uma baixa utilidade, quando comparado ao imediatismo promovido pela velocidade absoluta das tecnologias da comunicação e da informação. Talvez por isso, a máquina de observação que organiza, na atualidade, o controle dos territórios e dos indivíduos seja menos o veículo, o aparelho de deslocamento espacial, do que a transmissão, a capacidade de se veicular instantaneamente as imagens, dados e demais conteúdos informacionais. A lógica da celeridade tende a desvalorizar, cada vez mais, os procedimentos organizados a partir da estruturação do espaço, da sua materialidade, em face de um controle em tempo real possibilitado pela aceleração das informações que se propagariam à velocidade da luz.

A difusão das câmeras de vigilância seria um dos signos representativos desse privilégio conferido à *transmissão* em detrimento das técnicas de *urbanização*. Favorecendo o exercício de uma varredura tida como precisa e sistemática do espaço, a presença das câmeras de vídeo ratificaria a preponderância da imagem sobre os objetos e os seres fisicamente presentes, caracterizando a colocação em prática de um novo tipo de “relevo”, de volume audiovisual, resultado de uma nova organização da realidade sensível, dada agora por uma perspectiva do tempo real. Tal modelo de percepção – orientado não mais pelo ponto de fuga, e sim pela fuga de todos os pontos, de todos os pixels que compõem a imagem videográfica – veicularia a possibilidade de se emitir e de se receber, na celeridade da luz, as informações, permitindo o acesso imediato não só ao mundo visual circundante, mas de modo semelhante, ao que se encontra distante da posição material do observador. Nesse sentido, pode-se dizer que a vigilância exercida com o auxílio das câmeras seria organizada por intermédio da disposição de uma relação de transparência que representa, sobretudo, a perda da importância da extensão, da dependência local, territorial e do próprio horizonte como limites do campo da visão.

É a partir daí que nós podemos apreender os sentidos do termo *trans-aparência* [trans-apparence] trabalhado por Virilio, cujas características superam o caráter único das aparências dos objetos dados a ver no instante do olhar, tornando-se o das aparências instantaneamente transmitidas a distância. Para o autor, essa outra forma assumida pela ótica, caracterizada menos pelos princípios geométricos do que eletromagnéticos, organizaria a apreensão de um espaço tele-presente, resultado de uma contração telúrica, de uma relativização das distâncias e das dimensões. Tal entendimento se torna fundamental para o nosso trabalho, que visa, de

um modo geral, à produção de uma leitura dos princípios que regulam, na atualidade, as relações entre a vigilância e a transparência. Na organização do campo trans-visual disposta por essa perspectiva eletrônica, comum aos circuitos da vídeo-vigilância, a unidade de tempo predomina sobre a unidade do espaço. Isso porque a possibilidade de se empreender uma visibilidade contínua das situações não é mais obtida a partir de uma contigüidade espacial, e sim por intermédio de uma ausência de interrupção no tempo de difusão das imagens.

Apoiando-se nessas considerações, o segundo tópico desse capítulo deseja promover uma análise acerca da organização das relações de *trans-aparência* inscritas atualmente no corpo social, adotando como objeto privilegiado a vídeo-vigilância exercida nos espaços urbanos mais diversos. A leitura da cidade de Berlim feita por Michael Klier no documentário *Der Riese*⁷, cujo conteúdo é composto essencialmente por registros de câmeras de vigilância, ganha um destaque especial nessa etapa do nosso trabalho, uma vez que o filme exemplificaria, de modo oportunamente direto, o advento de uma lógica em que a organização do controle dos espaços se constitui a partir da condutibilidade das imagens. Diferentemente do modelo geométrico empreendido, por exemplo, na *Ville de Chaux*, onde o controle sobre a paisagem urbana era articulado a uma transparência resultante de uma rígida disposição espacial, de um cálculo detalhado das formas, distâncias e dimensões dos elementos arquitetônicos, o monitoramento exercido sobre a capital alemã dependeria, essencialmente, do trajeto, da velocidade das imagens e da instantaneidade das transmissões. Superando as técnicas de organização do espaço material, do investimento sobre a arquitetura, a transparência regulada pelas propriedades do vídeo veicularia, por intermédio de uma celeridade absoluta, o acesso imediato a uma localidade presente a distância, projetando a imagem de uma situação fora do nosso alcance direto.

O segundo capítulo dessa unidade cumpre observar, entre outras situações, que a possibilidade de se compreender a velocidade como um vetor privilegiado na regulação das relações entre a transparência e a vigilância não se encontra fundamentada apenas na possibilidade da criação de um espaço-tempo daquilo que se vê, próprio, por exemplo, da instantaneidade da emissão luminosa dos sinais de vídeo. Referindo-se menos a um domínio ótico do que a um tratamento estatístico e informático, os processos de vigilância exercidos sobre as informações produzidas e acessadas pelos indivíduos nos ambientes digitais, cujos suportes privilegiados corresponderiam aos bancos de dados e perfis computacionais, parecem

⁷ *Der Riese* [O Gigante], de Michael Klier, é um filme de 82 minutos composto quase que inteiramente por imagens geradas a partir de câmeras de vídeo-vigilância da cidade de Berlim. Trata-se de uma produção alemã relativa ao ano de 1983.

ter os seus alcance e capacidade regulados, em grande parte, pela potência da velocidade de cálculo dos computadores, por sua rapidez no processamento das instruções que lhe são solicitadas.

Objetos de um investimento constante por parte de diversos segmentos, tais como marketing e políticas de segurança, os dados apreendidos nas interações desenvolvidas sobre os sistemas informáticos são utilizados, sobretudo, como meio de classificar os indivíduos, categorizando e delimitando as suas potencialidades. Nos processos referentes à constituição da vigilância e da transparência sobre os ambientes numéricos – daí decorre também a possibilidade de se falar em uma transparência *numérica* –, as informações pessoais coletadas são combinadas com outros dados individuais, determinando a formação de grupos com características e comportamentos comuns, cuja finalidade mais imediata seria a projeção e a determinação de identidades, de modo a prescrever o que cada um pode ou deve vir a ser.

Obviamente, os processos de auscultação e monitoramento excessivos das informações produzidas e acessadas sobre o ambiente digital devem, nas circunstâncias em que se fazem presentes, ser acompanhados de discursos que legitimem a sua disposição no corpo social. Apoiando-se nessa consideração, o segundo tópico desse capítulo tem como objetivo demonstrar que, para além da possibilidade comumente difundida de se fornecer aos indivíduos mecanismos que os auxiliariam a encontrar, dentro do extenso volume de informações veiculado pelas redes, o conteúdo que lhes interessa, a necessidade de se promover uma vigilância sobre as ações desenvolvidas no espaço informacional tem sido freqüentemente justificada como parte de um conjunto de políticas de segurança. A partir de um contexto veiculado pela necessidade da constituição de um ambiente e de uma vida mais seguros, a relativa perda de uma liberdade, do direito à privacidade, deve ceder lugar à criação de um sentimento onde todos devem lutar contra a formação de associações terroristas, buscando coibir também o desenvolvimento da pedofilia e de outros crimes sobre a rede.

Tendo exposto, de modo breve, o conteúdo que caracteriza este estudo, gostaríamos de produzir, por fim, certos esclarecimentos no intuito de evitar o surgimento de determinadas incorreções com relação aos propósitos de nossa pesquisa. Esperamos que a divisão estrutural conferida a esta dissertação não venha a ser entendida como um reconhecimento da descrença, da impossibilidade de se realizar uma leitura *dromológica* dos processos de vigilância empreendidos no modelo espacial da transparência. Conforme apontado no início deste trabalho, a organização material dos espaços de veladura se mostrava ditada, entre outras circunstâncias, por uma relação de velocidade, no sentido de se propiciar um imediatismo no exercício da inspeção. A produção de uma apreensão *dromológica* das

relações entre a transparência e a vigilância não deve, de modo algum, ser entendida como a explicitação de uma lógica restrita à atualidade, inaugurada pela disposição e pelo funcionamento das tecnologias ultra-rápidas de controle. Neste trabalho, a *Dromologia* de Paul Virilio não surge como uma perspectiva voltada tão somente para o entendimento dos circuitos da tele-vigilância em si, mas fundamentalmente, como um modo de pensamento que nos permite entrever algumas das relações de poder que justificam a preponderância dessas tecnologias.

Dentro do conjunto das relações construídas pelo pensamento dromológico, há uma consideração que se demonstra fundamental ao nosso trabalho: a compreensão de que a disposição de maiores celeridades torna possível a efetivação, o exercício de um controle maior dos espaços. Nesse sentido, o entendimento da velocidade como um vetor privilegiado na redefinição das relações entre a transparência, a vigilância e o poder parece se fundamentar nos próprios deslocamentos produzidos na organização dos processos de visibilidade difundidos atualmente no cotidiano. De uma vigilância realizada por intermédio de uma disposição do espaço material, restrita ainda às ações de uma velocidade relativa, contempla-se, mais recentemente, o exercício de um controle construído a partir de uma administração do tempo real, da veiculação de uma celeridade absoluta. Entre outros efeitos, a possibilidade de se manipular essa velocidade limite permitiu ampliar significativamente o domínio, o poder visual sobre territórios, espaços e indivíduos, independentemente da posição geográfica ocupada por estes.

Primeira parte

O ESPAÇO DA TRANSPARÊNCIA

1. A arquitetura útil e a funcionalidade da vigilância.

“O arquiteto, em sua sabedoria, comanda; ele governa o mundo pitoresco e, em seu generoso abandono, faz arrolar as fúrias do espírito divino. Não se julgou a questão, não se aprofundou o mistério, mas no dia seguinte tudo é ingurgitado, e o ateliê retoma, ao preço do velho, um novo brilho que consolida os interesses respectivos. Sabe-se que a base de todo estabelecimento útil é fundada sobre a economia severa que sujeita o detalhe minucioso em favor do que se pode despendar grande.

A linha diagonal inscrita em um quadrado parecia reunir todas as vantagens; ela acelerava todos os serviços.

Aqui eu vos contenho.

Um círculo inscrito em um quadrado não teria produzido as mesmas vantagens? Sua forma mais próxima da abóbada celeste é pura e agrada aos olhos aprimorados. Ela não tem o inconveniente dos ângulos obtusos que retalham os desenvolvimentos, das formas acerbadas que ferem o gosto, eu convenho; mas a linha reta não é a mais curta? Aquela que vos seduz é sem inconvenientes? Ignorais que as porções circulares contribuem àquelas que as tem a fantasia.

Espírito de vida, tu vais então imprimir o movimento que o bem-estar solicita; sem teu olhar os mundos seriam confusos, irregulares; tu compões as fontes da boa ventura com o fluido que a torna inesgotável, assegurando-a. O homem, sob a cobertura das galerias preservadoras, pode exportar as matérias sem temer às intempéries que as tornam melífluas; nada pode parar, nada pode desacelerar sua atividade. O responsável pela vigilância, localizado no centro da produção, pode apreender, a partir de um breve e único olhar, os detalhes que lhe são confiados.

Nada escapa à posição dominante do diretor. Os operários são alojados de maneira saudável, os empregados comodamente; todos possuem cultivos, plantações que os prendem ao solo; todos podem ocupar os seus lazes à cultura que assegura, a cada dia, as primeiras necessidades de sua vida. Os fornos destinados a curtir os sais são afastados das recreações coletivas; localizados nas extremidades do edifício, eles convocam a afluência das águas que escoam sob as galerias preservadoras (...).

O conhecimento dos lugares muda as primeiras disposições. O artista percebeu que deve tudo isolar; que as habitações comuns e particulares, os fornos deviam estar protegidos do contato, temendo sempre o momento em que este venha ser efetuado por uma multidão. Ele percebeu que era preciso compor com os ventos que asseguram a salubridade; que era preciso preservar os muros gradeados da ruínosa atividade dos fogos dissidentes, levando as massas mais espessas a nada, bem como comprometendo os benefícios do tesouro público pelas lacunas forçadas que exigem manutenções muito freqüentemente repetidas”⁸.

A execução do projeto da *Saline Royale d’Arc-et-Senans* se dá no ano de 1774. Basicamente, sua composição é dotada de edificações que se estendem sobre o semicírculo e sobre o diâmetro das construções. No centro, encontra-se o apartamento do diretor, bem como a capela. Dispostos sobre o diâmetro, de um lado a outro, estão os locais destinados à produção. O semicírculo abriga os quatro edifícios contendo os alojamentos e os ateliês secundários dos operários, do pessoal responsável pela extração do sal (os *sauniers*), dos

⁸ LEDOUX, C. - N., *L’architecture considérée sous le rapport de l’art, des mœurs et de la législation*, Paris: H. L. Perroneau, 1804, pp. 35 -36

torneiros e ferreiros. Na parte central do semicírculo está localizada a entrada, a porta de acesso à construção.

Certamente, a situação da salina, localizada nas proximidades da floresta de *Chaux*, entre os vilarejos de *Arc-et-Senans*, não deixa de se referir a uma das inúmeras tentativas, comuns àquela época, de difusão de um sentimento de crença sobre a possibilidade de se constituir uma relação de equilíbrio entre a técnica e a natureza. Ou ainda, pode-se compreender o plano semicircular adotado por Claude-Nicolas Ledoux para a construção de sua usina como uma referência à forma perfeita, ao círculo, à figura do projeto ideal que, segundo um modo de pensamento, favoreceria a desenvolvimento do trabalho comum, de relações mais harmoniosas nos processos que envolvem o exercício das mais diversas atividades.

Por outro lado, indo um pouco mais além dessas considerações gerais, a localidade, bem como a disposição circular presente no plano de Ledoux delineando a distribuição das edificações, parece traduzir um traço comum a um tipo de arquitetura desenvolvida durante a segunda metade do século XVIII. Uma arquitetura que se encontra orientada, fundamentalmente, por uma valorização da ordem e da potencialidade geométrica, em que a forma e a situação, como será demonstrado ao longo deste primeiro capítulo, entram em composição com as necessidades funcionais dos edifícios. No conjunto de intervenções e investimentos empreendidos por esse modo até então parcialmente distinto de conceber os projetos, o espaço é trabalhado de forma muito mais detalhada, objetivando a extração do maior número possível de benefícios.

É verdade que a preocupação funcional revelada por esse tipo de arquitetura, representado aqui em um primeiro momento pelo *Arc-et-Senans*, encontra-se, na maioria de suas realizações, articulada a um motivo geral: promover um aumento da *utilidade* em um determinado espaço, observando-se, sobretudo, a economia e a eficiência sobre a diversidade das relações que se desenvolveriam não só entre os indivíduos, mas, de modo semelhante, entre as atividades ali presentes. Em linhas gerais, pode-se dizer que a idéia de função penetra nesses empreendimentos arquitetônicos e urbanísticos engendrando uma majoração da utilidade conduzida a quase totalidade das suas características. Tudo deve servir, ser transformado e aperfeiçoado a fim de que os elementos constitutivos dos projetos possam concorrer a um mesmo objetivo. Mesmo os efeitos involuntários que, a primeira vista, seriam identificados como negativos, podem, mediante aplicação de procedimentos adequados, ser redirecionados e imediatamente empregados como componentes úteis ao funcionamento de um determinado espaço.

O fato é que, excetuando-se alguns exemplos, dentro desse próprio conjunto dos mecanismos mais gerais que configuram a majoração da utilidade, a organização de uma relação de *transparência* para com os espaços parece dispor de uma importância fundamental. No conjunto das práticas mais diretas que justificariam tal proposição, pode-se citar o favorecimento do exercício definido e regular de uma observação, bem como a possibilidade de um reconhecimento imediato das situações desenvolvidas nos espaços. Submetidos a uma nova mecânica e economia da visibilidade, o movimento e a conduta dos indivíduos, os processos produtivos, tornam-se, nesses espaços da transparência, objetos potenciais de uma vigilância, de uma inspeção rigorosa e contínua que, articulada a outras técnicas e procedimentos específicos, objetivaria elevar a funcionalidade dos ambientes.

A possibilidade do exercício essencialmente efetivo de uma vigilância não se constituiria como o único desdobramento, o efeito isolado desprendido na constituição dos espaços transparentes. E, de um modo mais específico, o espaço da transparência não se mostrou circunscrito tão somente por relações que objetivariam apreendê-lo na sua capacidade de conferir, de conceder a determinadas regiões a possibilidade de uma “real” visão das situações. Considerando que o exercício de uma observação efetiva durante cada momento do tempo se tornava impossível – tendo em vista as limitações materiais, de pessoal –, era preciso encontrar, fazer uso de determinadas técnicas e de outros artifícios que pudessem contornar essas lacunas, evitando, dessa forma, limitar a funcionalidade atribuída à vigilância. Não era suficientemente útil que a situação de transparência fosse apenas inscrita materialmente no espaço social. Tornava-se ainda necessário que a condição de transparência fosse sentida, imediatamente percebida pelos seus objetos.

No *Panóptico* de Jeremy Bentham, por exemplo, a organização de unidades espaciais que permite uma visão contínua e um reconhecimento imediato das situações convive com uma prática persuasiva, objetivando induzir nos indivíduos um estado consciente e permanente de visibilidade⁹. Para além de tornar os espaços diretamente acessíveis ao olhar, a situação de transparência impressa aos espaços deve ser exaustivamente assimilada pelos seus objetos. Quanto mais a transparência se mostrasse presente, fazendo valer o poder de intervenção imediata sobre o espaço, mais intenso tornar-se-ia o sentimento de se encontrar sob inspeção. É por isso que a disposição de uma transparência para com os espaços ultrapassaria as suas competências e funções mais diretas, favorecendo não só a prática da vigilância, de fato, efetiva, mas igualmente, o exercício da persuasão. Com a facilidade de

⁹ Cf. BENTHAM, J., O Panóptico ou a casa de inspeção. In: SILVA, T. T. (Org.). *O Panóptico*, Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 24-25.

uma real presença da inspeção, as instruções, as sanções poderiam ser mais bem fundamentadas, coerentes e aplicadas de modo individual, auxiliando, dessa forma, a transmissão do sentimento de vigilância que o edifício desejava imprimir sobre seus ocupantes.

Embora o conjunto dessas considerações iniciais possa parecer, de algum modo, vinculado a tal interpretação, não se trata de conceder à transparência uma função dominante na organização dos espaços funcionais, ou tampouco, de menosprezar a importância dos demais elementos na majoração da utilidade. A visibilidade está longe de se constituir como a única forma que comandaria todos esses procedimentos direcionados sobre o espaço social articulados a finalidades econômicas e políticas. Outros esquemas e técnicas de investimento – e, em um certo sentido, alguns dos mesmos se encontram presentes neste trabalho – tiveram participação, no mínimo, igualmente decisiva na implementação dos espaços úteis.

Naturalmente, o desenvolvimento de um espaço funcional inscrito nesses projetos abriga uma diversidade de investimentos. Descrevê-los nas suas singularidades implicaria uma árdua incumbência e, de modo ainda mais oneroso, afastar-se-ia das atribuições reservadas a este capítulo. O que se pretende realizar aqui é a exposição de certas estratégias que se generalizam na constituição desses espaços utilitários, cujas práticas já não poderiam mais ser compreendidas segundo as diretrizes do paradigma geográfico tradicional. A idéia de funcionalidade articulada pelos projetos de arquitetura e de urbanidade – potencializada ainda por um conjunto de políticas colocadas em prática nos séculos XVIII e XIX – destitui o espaço do seu caráter efetivo, valorizando, em contrapartida, o seu aspecto relacional. No modo de compreensão espacial impresso nesses planos, a finalidade, as competências e o valor do espaço físico passam a ser concebidos segundo relações múltiplas e variáveis.

Diante dessas primeiras aproximações, o texto *Des espaces autres*¹⁰ de Michel Foucault apresentar-se-ia como uma das referências fundamentais. Além de fornecer um modelo metodológico próprio a esse tipo de análise, visando a apreender menos o objeto em si – o espaço – do que o modo como este é compreendido por uma determinada cultura, são oferecidos ali os princípios e características que circunscreveriam o modelo de entendimento e valoração do espaço moderno, cujas realizações parecem se dar sempre e somente sob a forma de um vetor resultante de múltiplas interações. Entre outras considerações, pode-se dizer que no conjunto de preceitos e de disposições que regulariam esse novo paradigma de compreensão do espaço, até então, considerado como inexistente na história do pensamento

¹⁰ Cf. FOUCAULT, M., “Des espaces autres”. In: Dits et écrits, vol. IV, Paris: Gallimard, 1994, pp. 752-762.

ocidental, cada componente, cada característica concedida ou implantada aos empreendimentos arquitetônicos parece circular, antes de sua efetivação, por toda uma rede de relações.

É preciso destacar ainda que este texto não deseja, de modo algum, associar as obras aqui exemplificadas a um “espírito geral”, o qual orientaria toda a arquitetura e o urbanismo da segunda metade do século XVIII e do início do século XIX. Seria um erro admitir a inexistência de outras tendências nesse período, preconizando a presença de uma gramática dominante que regeria todos os projetos, todas as realizações. Este trabalho busca, dentro de suas limitações, apenas reconhecer e analisar um tipo específico de compreensão e de valoração do espaço, onde reinaria uma linguagem relativamente comum que se presta às soluções fornecidas por uma política utilitarista, realizada, dentre outras considerações, a partir da configuração de espaços transparentes.

Talvez não seja necessário dizer que os projetos sugeridos ao longo deste capítulo não perseguem os mesmos objetivos. Alguns têm naturezas distintas e outros geram, tanto sobre os indivíduos quanto sobre o espaço, investimentos cujas realizações apresentariam certas diferenças nas suas intensidades e características. A própria transparência – conforme apontado no desenvolvimento de suas práticas – adquire um estatuto e uma competência variáveis, distintos sobre o conjunto dos diversos espaços ao quais ela se aplica. A finalidade, o motivo geral atribuído aos espaços é o que circunscreve, dentro da sua relação com os demais elementos, uma função à transparência. Na verdade, pode-se dizer que a destinação e os efeitos pretendidos na realização dos edifícios, bem como de demais intervenções sobre o espaço social corresponderiam aos gabaritos que imprimiriam o sentido e os aspectos referentes ao funcionamento da transparência.

De qualquer modo, mesmo percebendo as suas diferenças significativas, o que parece ser sintomático no conjunto desses processos – e este trabalho visa ao seu reconhecimento – é a presença, a existência de uma arte ao mesmo tempo maleável e firme que segue buscando, através também da constituição de uma relação entre o espaço, a transparência e a vigilância, aumentar a produção, desenvolver a economia, sem o empreendimento, por sua vez, de maiores ônus nessas realizações. Ver, conhecer, dominar e utilizar. As argumentações seguintes pretendem observar que, da *Saline Royale d'Arc-et-Senans* de Claude-Nicolas Ledoux ao *Panóptico* de Jeremy Bentham, a organização do espaço da transparência deve ser entendida como um dos múltiplos vetores da constituição dos espaços da utilidade.

1.1) A situação de transparência no contexto da *potência criadora da distribuição espacial*.

“A salina de Chaux pode ser considerada como a usina mais importante que se conhece em tal gênero. Até então, parece que os edifícios foram suscetíveis de uma compreensão que os identificaria como não sendo senão construções feitas ao acaso”¹¹.

Sabe-se o quanto o sal se mostrava importante para a economia do século XVIII. Antes de se constituir como um valioso suporte do exercício de um imposto indireto – a *gabelle*¹² –, o sal correspondia a um artigo utilizado em larga escala, indispensável à conservação dos produtos, dos alimentos. Assim, era preciso garantir a implementação de relações mais eficazes nos processos de extração de sal; todavia, tornava-se igualmente necessário que tais medidas não implicassem um custo significativamente elevado. Nesse sentido, a situação, a localidade escolhida para a construção da usina real, embora distante das fontes de provimento de águas marinhas – obrigando a construção de uma canalização de vinte e quatro quilômetros –, adquire um caráter utilitário, econômico, uma vez que a região era dotada dos recursos energéticos demandados pela exploração do sal. Se por um lado a proximidade do rio *Loue* fornecia a energia hidráulica requisitada pelas máquinas, a grande quantidade de madeira presente na locação garantia a fonte de calor necessária aos processos de separação da água e do sal.

A forma, a estrutura e o posicionamento das partes que compõem os edifícios devem ser organizados segundo a destinação destes. Para Ledoux, durante muito tempo esses elementos estiveram a serviço das bases móveis do capricho, resultando, dentre outras considerações, em uma limitação daquilo que o arquiteto compreende como *potência criadora da distribuição*. “A salubridade das brisas, a localização mais oportuna dos lugares devem sempre preceder e determinar a disposição e o curso das edificações: deve-se construir em função da temperatura”¹³. A arquitetura que busca criar espaços funcionais, ordenando a economia do tempo e se prevenindo contra a fantasia que dilapidam os seus projetos, torna-se, pelo seu imponente equilíbrio, cada vez mais brilhante e bela. “O bom senso nos oferecerá a

¹¹ Cf. LEDOUX, C. - N., *L'architecture considérée sous le rapport de l'art, des mœurs et de la législation*, Paris: H. L. Perroneau, 1804, p. 35.

¹² A *gabelle* correspondia a uma taxa, a um imposto aplicado indiretamente sobre o sal. Em 1790, a cobrança desse tributo foi abolida na França.

¹³ Cf. LEDOUX, C. - N., *L'architecture considérée sous le rapport de l'art, des mœurs et de la législation*, Paris: H. L. Perroneau, 1804, pp. 09-10.

analogia das proporções e dos ornamentos: ele designará como primeiro aspecto o motivo das construções e a sua destinação”¹⁴.

Ao mesmo tempo, a forma do edifício deve ser conduzida de modo a tornar a sua função exteriormente evidente; isto é, almejando revelar com clareza a todos a sua finalidade, as construções devem carregar as marcas de sua destinação prática, enunciando os seus objetivo e sentido. Aqui, a simplicidade dos planos, longe de se encontrar limitada tão somente a um retorno às figuras primeiras, está a serviço de uma difusão imediata e, se assim se pode dizer, exaustiva do motivo que faz erigir tais construções, tornando legíveis, através de manifestações figuradas, os seus princípios e funções. A presença dos ornamentos, dos meios suntuosos e de demais formas que “fatigam os olhos e corrompem a pureza das linhas”¹⁵ é preterida. Nessas verdadeiras *arquiteturas falantes*, “a forma serve a função, mas a função se reflete por sua vez na forma para nela tornar-se manifesta: uma simbólica da função se acrescenta à própria função”¹⁶.

Além disso, é preciso destacar que o projeto da salina pensado por Ledoux não se constitui apenas como uma edificação destinada a realizar, de um modo mais organizado, eficaz e econômico a extração do sal. Ele representa, sobretudo, o nódulo do modelo da cidade ideal pensada pelo arquiteto, em que as formas primitivas da geometria, aliadas ao plano radiado das construções, favoreceriam, entre outros aspectos, o exercício de uma administração centralizadora. “Uma das grandes causas para a obtenção dos resultados pretendidos a todos os instantes por uma administração é a disposição geral de um plano que reúne no centro esclarecido todas as partes que o compõem. O olho vigia facilmente a linha mais curta”¹⁷.

No *Arc-et-Senans*, a transparência que se abre ao apartamento do diretor permitia ver o que se passava no restante da construção, possibilitando a realização de um controle mais eficaz e detalhado sobre os diversos setores da produção. Ali, a organização política tem como suporte uma geometria exata, cuja disposição define a parte central – posição

¹⁴ Cf. LEDOUX, C. - N., *L'architecture considérée sous le rapport de l'art, des mœurs et de la législation*, Paris: H. L. Perroneau, 1804, p. 10.

¹⁵ Idem, p. 25.

¹⁶ Cf. STAROBINSKI, J., *Os emblemas da razão*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 64. Para o autor, a finalidade expressiva está relacionada ao desejo dos arquitetos de conferir aos seus edifícios uma legitimidade imediata. Apoiando-se nessa espécie de linguagem simbólica arquitetônica, o criador pretende manifestar a todos os olhares a utilidade de sua construção, objetivando persuadir os cidadãos de que a sua obra participaria do sistema de serviços recíprocos que compõem a utilidade pública. A destinação deve ser anunciada a todos os olhares com clareza porque interessa aos arquitetos o reconhecimento universal da utilidade de seus edifícios, ou antes, que as suas obras sejam proclamadas como úteis ao bem comum.

¹⁷ Cf. LEDOUX, C. - N., *L'architecture considérée sous le rapport de l'art, des mœurs et de la législation*, Paris: H. L. Perroneau, 1804, p. 27

dominante, de onde é possível apreender, a partir de um “breve e único olhar”, o conjunto das situações desenvolvidas no espaço –, como o lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido. Com relação à cidade de Chaux, tal situação não seria diferente. A distribuição dos elementos arquitetônicos e urbanísticos conferida por Ledoux sugere o centro como o local privilegiado para a verificação, o registro e a análise das atividades, fazendo com que o mesmo venha a acumular a totalidade das funções administrativas.

Também a vida cotidiana seria favorecida pela forma e estrutura empreendidas na salina, as quais são ampliadas pelo arquiteto na constituição da cidade. O plano semicircular conferido ao *Arc-et-Senans* corresponderia à base, o epicentro em torno do qual se construiriam todos os tipos de edifícios necessários à vida social e urbana, tais como casas de comércio, igrejas, teatros, salas de banho públicas, pontes ou até mesmo cemitérios¹⁸. Carregado de símbolos e significações, esse espaço urbano que pretende se afirmar como ideal não poderia ter deixado escapar, negligenciar nenhuma construção útil à felicidade do gênero humano. Cada uma dessas construções teria a sua disposição minuciosamente calculada segundo um conjunto de princípios que, em seu encontro com relações de utilidade, de segurança e de bem estar, circunscreveria uma localidade mais adequada dentro da série de edifícios.

Entende-se por cidade ideal não a configuração de um modelo urbano concebido como algo simplesmente utópico, um isolado jogo do espírito. Mais do que isso, a cidade ideal, conforme apontado por Jean Starobinski, corresponderia à proposição de um plano que avalia as condições de sua passagem à realidade, cuja viabilidade é compreendida pelo seu inventor como perfeitamente possível¹⁹. Ledoux passou todo o restante da sua vida promovendo modificações sobre o plano da salina e dos demais edifícios que deveriam compor a Cidade de Chaux. A sua inquietação é movida por uma vontade de aprimorar incessantemente o domínio do espaço, tornando-o, entre outras significações, uma fonte para o acúmulo de riquezas e de bem-estar. Construir, descobrir e aperfeiçoar. Nesse século apaixonado por luzes, por nitidez, por transparências, a genialidade humana não deixou de ser anunciada também sob os desígnios de uma concepção utilitária dos espaços.

“O espaço neutro oferece-se aos empreendimentos conquistadores do homem e ao domínio metódico da razão. O homem em sua inquietude experimenta continuamente suas

¹⁸ Ledoux descreve detalhadamente esses, bem como outros edifícios que compõem a Cidade de Chaux, a partir de escritos reunidos entre os anos de 1768 e 1789, publicados conjuntamente em *L'architecture considérée sous le rapport de l'art, des mœurs et de la législation*.

¹⁹ Cf. STAROBINSKI, J., *A invenção da liberdade*, São Paulo: UNESP, 1994, pp. 229-236.

forças, penetrando assim num mundo que vai tentar orientar segundo a sua vontade, articular segundo seus valores e seu interesse; nele, verá aumentar seu poder à medida que seus conhecimentos aumentarem. O espaço neutro é o espaço da técnica”²⁰.

A *Cidade de Chaux* refletiria o desejo, o objetivo de um número de arquitetos do final do século XVIII de organizar, de um modo lúcido, uma *cidade geométrica*, um modelo de espaços e equipamentos urbanos que teria o seu funcionamento ideal regido pelas leis de uma simples e estrita geometria. Dentro desse tipo de arquitetura, de edificações que encontram o mérito na simplicidade e na capacidade do artista em subordinar todas as partes do seu plano a um motivo geral, destacam-se também, como exemplos, o *Cenotáfio de Newton*, de Étienne-Louis Boullée, e o *Projeto de cenotáfio à glória de Newton*, de Pierre-Jules Delépine. Esses projetos, assim como muitas outras obras suas contemporâneas, caracterizam um estilo de arquitetura e de urbanismo que, para além de repudiar os ornamentos dispendiosos, a irregularidade, mostra-se intensamente empolgado com as possibilidades funcionais e expressivas conferidas pela simetria, pela proporcionalidade das formas.

“Sua forma regular – quadrangular ou circular – torna possíveis ora uma subdivisão em partes rigorosamente iguais e justapostas, ora uma perfeita simetria dos elementos periféricos dominados por um centro onipotente (...). A geometria é a linguagem da razão no universo dos signos. Retoma todas as formas em seu começo – em seu princípio – ao nível de um sistema de pontos, de linhas e de proporções constantes”²¹.

No entanto, tal estilo de arquitetura adepto de figuras, de formas simples e constantes como princípios reguladores de sua composição, está longe de traduzir uma imagem simplificada. Delineando a formação de um edifício útil, a simplicidade geométrica empreendida nos planos, aliada à própria estruturação de formas falantes e significantes, deixa transparecer a formação de um certo poder de organização racional relativamente complexo dos espaços. Nos planos da cidade de Chaux, por exemplo, a utilização de volumes e de áreas simples e simétricos convive com um criterioso estudo da relação das edificações com a natureza que as rodeia, bem como das mais variadas funções potenciais do espaço arquitetônico. Com relação ao projeto do *Cenotáfio de Newton*, a preferência das formas circulares é tomada por uma linguagem significativa que expressa, de modo nada simples, a manifestação simbólica de um poder. Boullée situa no centro da imensa esfera da construção

²⁰ Cf. STAROBINSKI, J., *A invenção da liberdade*, São Paulo: UNESP, 1994, p. 134

²¹ Cf. STAROBINSKI, J., *Os emblemas da razão*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 53-63.

uma representação do sol, o qual regeria soberanamente o seu conjunto. “É à centralidade de um princípio luminoso, é à expansão irresistível de seus raios que deve subordinar-se todo edifício”²².

É verdade que todo esse estilo de arquitetura, que se autoproclama como reduzido aos preceitos geométricos, permaneceu restrito aos projetos, não se traduzindo de modo fiel no plano material. No sentido estrito das suas considerações, a disposição de uma cidade geométrica, o desejo de constituir uma sociedade racional organizada pelos princípios da geometria não chegou nunca a ser realizado na sua totalidade. A falta de recursos, de um modo geral, e o momento político vivido durante aquele período se tornaram apenas alguns dos seus obstáculos mais diretos; contudo, o modo de compreensão e de valoração do espaço inscrito nos trabalhos desses artistas, sobretudo os preceitos que determinam a majoração da utilidade e a funcionalidade imediata, corresponderia aos indícios, aos sinais da configuração de um novo modelo espacial que seguiria, pouco a pouco, adquirindo o seu lugar no horizonte das teorias e das práticas do homem moderno.

No texto *Des espaces autres*²³, Michel Foucault ressalta a importância que a questão do espaço assumiu ao longo da história, bem como os tipos de tratamento que ela recebeu nesse trajeto. Ali, empreende-se toda uma tentativa de formular os princípios que tornam possível a promoção de um novo questionamento acerca do *espaço*²⁴, ou antes, desenvolve-se uma nova forma de compreensão deste objeto em geral que vem substituir aquelas que eram vigentes até o começo do século XIX na história do pensamento ocidental²⁵. Denominado

²² Cf. STAROBINSKI, J., *Os emblemas da razão*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988., p. 58.

²³ Cf. FOUCAULT, M., “Des espaces autres”. In: *Dits et écrits*, vol. IV, pp. 752-762, Paris: Gallimard, 1994.

²⁴ Naturalmente, a referência espacial disposta por Foucault nesse artigo deve ser compreendida não quanto ao lugar em si, mas ao procedimento através do qual cada cultura, em uma dada época, pôde entender o seu sentido geral da idéia de espaço. O objeto é menos importante do que o modo como este é compreendido pela reflexão filosófica e científica e pelo conjunto de práticas morais, religiosas e institucionais de uma determinada cultura.

²⁵ Existiram, anteriormente a esse entendimento que surge no século XIX, outros modelos de compreensão e valoração do espaço, dos quais Foucault traça, em linhas gerais, as características. O primeiro deles encontra-se ao longo da Idade Média, denominado pelo autor como *espaço de localização* [espace de localization]. Nesse modelo, o princípio organizador é o da hierarquia e das oposições e comparações que ela estabelece; tem-se, por exemplo, o lugar do sagrado e do profano, do celeste e do terrestre, do campo e da cidade. Essa organização fornece uma espécie de mapa, onde cada região só adquire seu valor quando comparada com outra, a qual lhe deve ser superior ou inferior. Em outras palavras, todo espaço da Idade Média é um espaço definido segundo sua posição em uma escala de valores dada. A política que reina nesses espaços corresponderia a uma política vertical, teocrática ou aristocrática. Sucedendo o espaço de localização, Foucault reconhece, a partir do século XVII, representado por Galileu, um novo paradigma de compreensão do espaço. A noção de lugar da Idade Média é dissolvida por uma reflexão orientada pela idéia de *extensão* [étendue], com o espaço medieval das hierarquias e das comparações sendo substituído pelo espaço infinito, no qual cada ponto seria obtido a partir de seu valor absoluto como resultante de duas coordenadas (x, y) em um plano aberto, sem limites. Nesse sentido, não seria equivocado afirmar que o espaço de extensão, o qual sucederia ao de localização, é, ao mesmo tempo, um espaço “galileano” e cartesiano. Se o lugar de uma coisa não seria senão um ponto em seu movimento, o repouso de algo não corresponderia a nada além do que o seu movimento indefinidamente desacelerado.

espaço de situação [emplacement]²⁶, o novo paradigma espacial é definido por Foucault como sendo resultante das relações de vizinhança entre pontos ou elementos. Formalmente, é possível descrever esses sistemas relacionais que circunscrevem o entendimento do espaço como sendo um conjunto de *séries, árvores ou malhas treliçadas*²⁷.

No *espaço de situação* observado pelo autor²⁸, já não se torna mais possível demarcar apenas um lugar fisicamente, na medida em que se trata de um conjunto de relações que, em seu encontro, circunscreve um lugar. Essas relações possuem a capacidade de se multiplicar dentro de um mesmo espaço físico, e assim, para cada espaço material, pode ocorrer um número de espaços de situação correspondente à quantidade de relações que se estabelece aí. Nesse sentido, uma casa, por exemplo, não corresponderia tão somente a um espaço físico. Dentro dos princípios que organizam esse novo modelo de questionamento e de majoração espacial, a casa tornar-se-ia também um espaço de situação definido segundo relações de utilidade, visto que nos domicílios são comumente oferecidas áreas para dormir, trabalhar, higiene pessoal ou comer.

A faculdade de justapor ou de multiplicar, em um único lugar real, vários espaços, várias conjunturas, possibilitaria compreender a residência como sendo também um outro espaço de situação definido, por exemplo, segundo relações de *isolamento*. Tal proposição é confirmada pela própria distribuição conferida a uma casa, a qual comportaria, entre outros aspectos, repartições seriadas, decompondo o espaço em áreas distintas que, por sua vez, corresponderiam às divisões típicas das residências, conforme ilustram as separações entre

²⁶ Uma tradução mais precisa do termo para o português se torna quase impossível, uma vez que Foucault já havia utilizado *localisation* em um sentido que se pode mesmo contrapor a *emplacement*. Optamos, por conseguinte, pela tradução desse último termo para “situação”, uma vez que tal correspondência, embora ainda incompleta, permitir-nos-ia valorizar o caráter relacional desse novo paradigma, cujas considerações serão apresentadas ao longo do nosso texto.

²⁷ Cf. FOUCAULT, M., “Des espaces autres”. In: Dits et écrits, vol. IV, p. 753.

²⁸ Foucault prossegue distinguindo dois tipos muito gerais de espaços de situação: as utopias, bem como as *heterotopias* [hétérotopies]. No primeiro caso, a situação resultante das relações estabelecidas não se aplica sobre nenhum lugar físico: a utopia é o lugar que se apresenta apenas idealizado, que serve de modelo para a sociedade. Pode-se compreendê-la melhor, imaginando o caso dos espaços definidos pelas utopias religiosas, tal como o reino de Deus, ou políticas, como, por exemplo, a cidade ideal platônica ou o socialismo utópico. Já as heterotopias se aplicam a lugares físicos, mas não correspondem totalmente a eles. Para ilustrar como elas funcionam, Foucault utiliza o exemplo da imagem no espelho: ela não existe enquanto dado físico no espaço, mas se aplica a uma realidade que se situa no espaço. Diante do espelho, é possível estabelecer várias relações com o corpo, com o ambiente real e, através dessa imagem, modificar o próprio espaço (o caso de uma relação neurótica com essa imagem pode resultar em uma destruição desse espaço-corpo através, por exemplo, da bulimia ou da anorexia). As heterotopias correspondem ao objeto ao qual Foucault se deterá em sua análise. A sua proposta é de determinar quais princípios podem ser utilizados caso se pretendesse construir um estudo desses espaços sem lugar real definitivo que começou a ocupar as preocupações da modernidade há dois séculos. Tais espaços são, em primeiro lugar, absolutamente relacionais e, por isso, os princípios para identificá-los já não podem mais ser os mesmos de Galileu. Esse estudo, que objetiva identificar as orientações necessárias ao entendimento desse novo paradigma espacial, é nomeado por Foucault como *heterotopologia* [hétérotologie]. A partir daí, são enumerados os princípios que orientarão o estudo das heterotopias, as regras metodológicas que visam a apreender o espaço heterotópico em sua qualidade especificamente relacional.

cômodos públicos, privados e de serviço. Em suma, a idéia de situação desloca o modo de entendimento do espaço, substituindo a noção de efetividade por uma compreensão geral, a qual concebe ou organiza o espaço físico de acordo com relações múltiplas e variáveis.

A seqüência da leitura dos princípios enumerados por Foucault que organizam o modelo de apreensão espacial moderno permite perceber que a resultante dessas relações múltiplas, as quais atravessam o espaço, não se restringe a um domínio interno, tal como observado na imagem da residência. Isso porque, dentro desse novo paradigma fornecido pela idéia de situação, todo espaço tem, em relação ao outro restante, uma função, fazendo com que a disposição e demais elementos externos tenham a sua concepção igualmente agenciada. No caso de alguns conventos jesuítas nas colônias da América do Sul, por exemplo, a reorganização do espaço exterior era motivada por uma rede de relações que objetivava imprimir, fazer valer o caráter onipotente atribuído à edificação religiosa. Por intermédio da distribuição dos prédios e das ruas ao seu redor, os conventos tornavam-se o centro da paisagem urbana, favorecendo o exercício da regulação da vida cotidiana dos habitantes, desempenhado, dentre outros meios, a partir de um tempo imposto com seus sinos e hábitos.

De qualquer modo, não seria inexato dizer que os planos concebidos por Ledoux, bem como por outros arquitetos seus contemporâneos, já esboçavam algumas das características dessa compreensão do espaço disposta no século XIX. Nos planos do *Arc-et-Senans*, o caráter funcional conferido às edificações, longe de promover uma apropriação uniforme, geral ou homogênea do espaço, convive com uma análise minuciosa do ambiente físico, separando e agenciando as construções de modo a explorar, mais adequadamente, as diversas funções potenciais dos empreendimentos arquitetônicos.

A disposição dos edifícios que abrigam os fornos destinados a curtir os saís, por exemplo, não parece ser circunscrita tão somente por relações de, por assim dizer, “contigüidade”, no sentido de ter a sua localidade concebida unicamente em função de agilizar, por intermédio da proximidade com os outros prédios imediatamente anteriores ou seguintes das etapas de fabricação, a produção da usina. De acordo com as inúmeras considerações apontadas por Ledoux, o espaço de situação das casas de curtição, tendo o seu acesso privado, restrito a um certo número de funcionários, poderia ser definido também segundo relações de *isolamento*, uma vez que a sua posição deveria ser fixada longe das recreações coletivas, da aglomeração dos operários e de seus familiares, a fim de garantir a integridade dos equipamentos e de se prevenir contra acidentes.

A própria distribuição circular concedida ao projeto da usina, o plano radiado das construções, com todos os prédios abertos para o interior, voltados para uma edificação

central, não facilitava apenas o desenvolvimento do trabalho comum, o emprego de uma espécie de justaposição dos inúmeros processos que regem a produção do sal. Conforme apontado pelas considerações iniciais desta unidade, o posicionamento das construções da salina parece atender ainda a uma certa demanda colocada aos empreendimentos arquitetônicos e urbanísticos: os planos devem ser concebidos de modo a favorecer o exercício de um controle interior, articulado e detalhado, tornando visíveis os que neles se encontram. Nesse sentido, a disposição das edificações do *Arc-et-Senans* seria definida igualmente segundo relações de transparência, onde o encaixamento espacial é submetido às exigências de uma nova economia da visibilidade, cujos princípios agiriam determinando os locais que podem ver e aqueles que devem, em contrapartida, ser vistos.

É verdade que dentro desse modelo de arquitetura circunscrito pela idéia de função, vinculado, dentre outros aspectos, à necessidade de tornar os espaços legíveis, há uma diversidade de planos, bem como de estudos que se mostraram igualmente importantes, e, por conseguinte, poder-se-ia dizer que os mesmos mereceriam aqui uma justa atenção. Mesmo reconhecendo a existência de algumas estratégias gerais que se consolidam de um modo mais ou menos semelhante na pluralidade dos seus segmentos, a política sistemática dos espaços está longe de se encontrar presa, estruturada por um tipo de epicentro. A cidade como um lugar a ser aperfeiçoado exigia uma série de investimentos, circunscritos eles próprios por relações variáveis e originalmente distintas. Em linhas gerais, a majoração da utilidade nos meios urbanos encontrou um número de caminhos, de pensamentos e de casos compatíveis com a multiplicidade dos problemas que se colocavam diante das instituições mais variadas, tornando equivocado conferir aos arquitetos, assim como aos engenheiros, uma prática ou uma participação exclusiva nos processos de ordenação dos espaços modernos.

No âmbito desses modos de organização espacial atravessados por objetivos econômicos e administrativos, este trabalho não poderia deixar de reconhecer a importância do papel exercido pelos médicos. A disposição da higiene, da saúde da população em geral, correspondendo a uma das finalidades estratégicas do conjunto de políticas desenvolvidas no final do século XVIII²⁹, implicava uma série de investimentos, de intervenções sobre o espaço urbano, objetivando, naturalmente, a constituição de um ambiente salubre, adequado aos níveis de bem estar físico que se desejava imprimir à sociedade. “A cidade com seus princípios espaciais variáveis aparece como um objeto a medicalizar”³⁰. Dentro dos inúmeros

²⁹ Cf. FOUCAULT, M., “La politique de la santé au XVIII siècle”. In: *Dits et écrits*, vol III, Paris: Gallimard, 1994, pp. 13-27.

³⁰ Idem, p. 20

procedimentos que seguiriam orientando a constituição dos espaços úteis, o meio urbano era apreendido pelo corpo médico como um objeto a ser cuidadosamente trabalhado, corrigindo as suas imperfeições e, sobretudo, apurando as suas potencialidades por intermédio da valorização do seu caráter relacional. O fragmento abaixo recolhido de uma conhecida entrevista concedida por Foucault parece ilustrar bem tal situação:

“Nesta época, os médicos eram, de certa forma, especialistas do espaço. Eles formulavam quatro problemas fundamentais: o das localizações (climas regionais, umidade e secura: sob o nome de ‘constituição’, eles estudavam essa combinação dos determinantes locais e das variações sazonais que favorece em dado momento determinado tipo de doença); o das coexistências (seja dos homens entre si: questão da densidade e da proximidade; seja dos homens e das coisas: questão das águas dos esgotos, da ventilação; seja dos homens e dos animais: questão dos matadouros, dos estábulos; seja dos homens e dos mortos: questão dos cemitérios); o das moradias (*habitat*, urbanismo); o dos deslocamentos (migração dos homens, propagação das doenças). Eles foram juntamente com os militares, os primeiros administradores do espaço coletivo. Mas os militares pensavam, fundamentalmente, o espaço das ‘campanhas’ (portanto das ‘passagens’) e o das fortalezas; já os médicos pensaram, sobretudo, o espaço das moradias e o das cidades”³¹.

O Estado sofrendo com a perda de sua população – ou seja, da sua força de trabalho – e o tesouro público sendo cada vez mais deteriorado pela realidade apresentada pela assistência médica, onde os enfermos, quando não morrem, são submetidos a períodos de convalescença mais longos, devido aos elevados índices de infecções e de contágios, corresponderiam a apenas alguns dos diversos elementos circunstanciais que, diante das novas exigências impostas pelas transformações econômicas na época, justificavam um redimensionamento imediato das políticas de saúde empreendidas sobre o espaço social. No amplo conjunto dos objetos regulados por essas intervenções sistemáticas, o hospital parece ter obtido uma atenção privilegiada, uma vez que a sua baixa funcionalidade o denunciava, por exemplo, como sendo menos um agente terapêutico para a população do que um lugar de morte, de pobreza e de desperdícios mais diversos.

São conhecidas as condições dos hospitais nos períodos que antecederam à reforma. Entre outras considerações, pode-se dizer que a dificuldade de se cuidar efetivamente das

³¹ Cf. FOUCAULT, M., “L’oeil du pouvoir”. In: *Dits et écrits*, vol III, Paris: Gallimard, 1994, p. 194. Interessante notar o exemplo do cemitério, onde a mudança das relações intrínsecas, de local privilegiado – lugar espiritual da passagem em direção à imortalidade, núcleo religioso da vida humana – para foco de doenças – segundo os preceitos da *noso-politique* –, reconfigurou a sua relação com o espaço que lhe cercava e o transportou para fora da cidade.

doenças, combatendo a sua progressão e evitando os contágios, e a falta de condições de higiene adequadas às necessidades colocadas pelas práticas empreendidas no tratamento e na recuperação dos enfermos, aliadas à própria ausência de uma vigilância mais consistente por parte do corpo profissional, conviviam com uma concepção mal regulada dos espaços e com uma inadequada distribuição das áreas internas e externas. Se a forma adotada pelos planos hospitalares favorecia a estagnação do ar e a umidade, tornando esses ambientes insalubres, o posicionamento descuidado, menos preciso das salas impedia a plena realização das atividades médicas, dificultando os procedimentos terapêuticos, constituídos, em parte, por intermédio da organização de um espaço transparente, sujeito a um controle mais detalhado das suas situações cotidianas.

Nesse sentido, não é difícil perceber o porquê da arquitetura dos hospitais ter sido comumente objeto de uma série de estudos, de processos que buscavam apreendê-lo como um espaço médico mais útil às finalidades pretendidas pelas políticas de saúde engendradas no período. Em *Mémoires sur les hôpitaux de Paris*³², por exemplo, o cirurgião Jacques Tenon desenvolve uma leitura analítica do espaço hospitalar que, para além de se debruçar sobre os mínimos detalhes referentes ao exercício das atividades médicas, promoveria um estudo acerca do modo de concepção da arquitetura das edificações. Percorrendo várias instituições da França e da Inglaterra, a fim de analisar os conjuntos de procedimentos aplicáveis a vários domínios dos serviços de saúde, reconhecendo o que se mostrava favorável e o que se mantinha prejudicial à funcionalidade destes, Tenon elabora uma espécie de memorial descritivo, um conjunto de normas arquitetônicas e funcionais que, segundo suas convicções, deveria servir como um material de referência para a concepção e organização do espaço hospitalar.

No relatório elaborado por Tenon são analisados não apenas o modo de cuidar dos pacientes, as rotinas do corpo profissional no seu trabalho, mas também, a disposição do mobiliário, a ordenação do espaço, representada, dentre outras situações, por uma análise minuciosa das dimensões e das formas conferidas aos prédios, leitos, corredores, escadas e demais componentes da arquitetura das edificações. Com mais vigor, é possível perceber no relatório do cirurgião a presença de uma inquietação permanente com a economia espacial, isto é, uma visão que procurava se inscrever sobre os mínimos detalhes do espaço, prescrevendo a melhor solução para um compartimento, observando-se, fundamentalmente, as

³² Cf. TENON, J., *Mémoires sur les hôpitaux de Paris*, Paris: Doin / Assistance Publique-Hôpitaux de Paris, 1998.

menores dimensões admissíveis para a boa execução das atividades, bem como os mais baixos custos de execução e de manutenção dos edifícios.

“As dimensões das salas não são aleatórias. São adequadas, como tudo que esteja relacionado aos hospitais; elas são deduzidas essencialmente a partir da estatura do indivíduo, da natureza de seus males, do clima do lugar onde ele habita e de uma certa economia no serviço (...). A estatura do homem guia naturalmente a largura do leito, o qual, entre nós, deve medir seis pés (...) como se deve colocar duas filas por sala – e, pelas razões apresentadas, somente duas –, perfazem já doze pés; a fim de prevenir os perigosos efeitos da umidade e do frio dessas paredes sobre os enfermos, bem como para facilitar a manutenção e a limpeza dos leitos, será deixado meio pé entre a cabeceira e ao longo das paredes laterais. Tem-se então treze pés. Por fim, serão estipulados doze pés para a passagem central para que ali, caso seja necessária uma limpeza profunda, possam ser transportadas as filas de leitos (...) Logo, a estatura do homem e a necessidade do serviço determinam que a largura das salas deve corresponder a vinte e cinco pés”³³.

Nesses processos exaustivos de classificação e dimensionamento dos elementos que, entre outras situações, delimitariam as características sãs ou menos dispendiosas, o mérito de Tenon se deveu, em grande parte, a sua postura relativamente inovadora na forma de compreensão submetida ao espaço hospitalar, configurada, sobretudo, a partir da realização de um estudo que colocava sobre o mesmo solo a arquitetura, a majoração da utilidade, a prática médica e a saúde. Longe de se constituir tão somente como uma crítica profunda, bem detalhada do espaço médico, a importância de *Mémoires sur les hôpitaux de Paris* parece residir justamente na forma, no modelo de apreensão submetido ao seu objeto, identificando-o como não sendo mais um meio simples, difuso e incoerente de detalhes, e sim como um vetor resultante de toda uma série de relações funcionais.

O plano para o *Hôtel-Dieu de Paris*³⁴, elaborado em 1785 pelo arquiteto Bernard Poyet, grande contribuinte direto no desenvolvimento das soluções espaciais apresentadas por Tenon, constitui-se como uma dessas primeiras tentativas de elaboração de projetos que procuravam inscrever a idéia de função e de utilidade sobre o espaço hospitalar, objetivando, sobretudo, a redução do tempo de internação dos pacientes e a diminuição do número de óbitos. Basicamente, pode-se descrever esse edifício como uma estrutura concebida sob a

³³ Cf. TENON, J., *Mémoires sur les hôpitaux de Paris*, Paris: Doin / Assistance Publique-Hôpitaux de Paris, 1998, p. 186.

³⁴ O plano do Hôtel-Dieu de Paris concebido por Poyet correspondia a um dos projetos destinados a substituir o edifício original, o qual fora destruído por um grande incêndio. Encontrando resistências e recusado pelas autoridades administrativas, o plano do arquiteto francês jamais foi realizado dentro da totalidade dos parâmetros que o definiam.

forma de uma imensa rotunda, dotada de amplos corredores que, dentre outras utilidades, cumpririam a função de articular as enfermarias, os dormitórios e demais cômodos ao centro da construção. Na parte central do prédio estava prevista a construção de uma célula administrativa, além da presença de uma capela, a qual deveria ser posicionada de modo a permitir aos habitantes assistirem às missas.

Curioso perceber que, também aqui, a forma, a estrutura e as dimensões dos elementos arquitetônicos que compõem a estrutura hospitalar são distribuídas, concebidas segundo caracteres funcionais múltiplos e variáveis. Com relação, por exemplo, às dimensões das partes que compõem o edifício, sabe-se que as mesmas devem ser prescritas, determinadas por toda uma série de estudos volumétricos que objetivassem garantir uma quantidade mínima ideal de ar renovado para cada paciente; mas, ao mesmo tempo, pode-se dizer também que o dimensionamento deve ser orientado a fim de permitir a boa execução das atividades, sem implicar o provimento de maiores custos de execução e de manutenção do estabelecimento³⁵. No projeto do *Hôtel-Dieu de Paris* elaborado por Poyet, cada medida empregada na construção das suas unidades deve ser obtida a partir de um conjunto de relações heterogêneas, flexíveis ou polivalentes.

O fato é que, destinado a abrigar cerca de cinco mil pacientes, o espaço hospitalar concebido por Poyet não podia se encontrar restrito tão somente a uma finalidade imediata, preocupada em garantir apenas porções de áreas proporcionais ao número de ocupantes. Objetivando atender igualmente as demandas colocadas pelas políticas de saúde aos empreendimentos arquitetônicos e urbanísticos do final do século XVIII, as formas, estruturas e dimensões dos hospitais devem ser calculadas de modo a favorecer o exercício de um controle médico articulado e detalhado, tornando imediatamente visíveis, ou seja, transparentes, os quadros clínicos dos pacientes que neles se encontram. A massa desordenada de enfermos, o amontoamento generalizado dos doentes, tornando irregular o desenvolvimento dos diagnósticos e dos procedimentos terapêuticos, deve ceder lugar a uma distribuição calculada dos pacientes, que os ordena distintamente, segundo suas características e especificidades, possibilitando uma apreensão e uma análise individualizadas, singulares da sua situação.

³⁵ Não é raro encontrar ao longo do trabalho de *Mémoires sur les hôpitaux de Paris* a presença de referências diretas e indiretas ao plano do *Hôtel-Dieu de Paris* elaborado por Poyet. Na verdade, a forma, as dimensões, a disposição interna e o modo de organização do controle e da visibilidade pensados pelo arquiteto são comumente utilizados por Tenon para ilustrar a configuração e o funcionamento ideais do espaço hospitalar.

“Assim é que o hospital-edifício se organiza pouco a pouco como instrumento de ação médica: deve permitir que se possa observar bem os doentes, portanto, coordenar melhor os cuidados; a forma dos edifícios, pela cuidadosa separação dos doentes, deve impedir os contágios; a ventilação que se faz circular em torno de cada leito deve enfim evitar que os vapores deletérios se estagnem em volta do paciente, decompondo seus humores e multiplicando a doença por seus efeitos imediatos. O hospital – aquele que se quer aparelhar na segunda metade do século, e para o qual se fizeram tantos projetos depois do segundo incêndio do Hotel-Dieu – não é mais simplesmente o teto onde se abrigavam a miséria e a morte próxima; é, sem sua própria materialidade, um operador terapêutico”³⁶.

A forma circular empreendida *Hôtel-Dieu de Paris* proposto por Poyet, associada a uma organização pavilhonar do espaço, além de auxiliar a ventilação uniforme dos cômodos, potencializaria ainda, tendo em vista o plano radiado da construção, o exercício de uma vigilância e de uma administração graduadas. Para garantir o bom andamento dos cuidados, o cumprimento das obrigações e o estabelecimento das rotinas que se desejavam imprimir ao edifício, tornava-se necessária a efetivação de toda uma organização funcional e hierárquica da visibilidade, prescrevendo comunicações e escalas entre os olhares. A introdução obrigatória das notações sobre os internos, contendo, entre outras informações, a prescrição das rotinas e dos cuidados com os pacientes, não poderia conviver com o fato de que cada pavilhão ou unidade de serviço não dispusesse ainda dos seus próprios serviços e instrumentos de registros. Diante do elevado número de pacientes que o hospital se dispunha a abrigar, as tarefas de controle faziam-se mais necessárias e mais difíceis, obrigando o exercício de uma vigilância mais cerrada, mais próxima dos seus objetos.

Todo o funcionamento, todas as situações desenvolvidas no hospital poderiam ser acompanhados pelo ponto central; mas, ao mesmo tempo, a necessidade de uma inspeção constantemente presente exigiria que cada enfermaria, cada ambiente hospitalar exercesse também uma vigilância sobre si³⁷. Ligadas a parte central, as unidades que compõem o edifício encontrar-se-iam submetidas ao exercício de uma visibilidade intensa por parte do

³⁶ Cf. FOUCAULT, M., *Vigiar e Punir*, Petrópolis: Vozes, 2001, p. 145.

³⁷ Naturalmente, a constituição dessa vigilância cujo funcionamento é circunscrito por uma série de relações de transparência, de olhares, não é tributária apenas de uma rigorosa disposição espacial, de uma distribuição concertada dos corpos envolvidos. Complementando a organização de todo um sistema de registros, de notações e de avaliação submetidos aos enfermos, é preciso destacar a necessidade da criação ou do emprego de um corpo de profissionais especializados, de indivíduos capacitados, treinados para garantir o exercício de um controle contínuo sobre as situações desenvolvidas nos ambientes sob inspeção. No domínio das instituições médicas, o surgimento da profissão do enfermeiro corresponderia ao exemplo mais imediato da função responsável pela efetivação das fiscalizações, bem como dos acompanhamentos regulares que se desejava imprimir sobre os pacientes.

diretor ou do administrador; contudo, elas mesmas já se constituiriam como células de vigilância locais, engendrando a adoção de mecanismos de observação e de acompanhamento dos indivíduos que ali se encontram. Com efeito, pode-se dizer que o hospital ideal pensado por Poyet corresponderia, sob certas circunstâncias, a um espaço das transparências, objeto de olhares múltiplos que se articulam dentro de uma funcionalidade, vislumbrando um motivo mais geral.

Conforme apontado anteriormente, o desenvolvimento de um espaço funcional, orientado de modo a favorecer, sobretudo, a economia e a eficiência nas suas atribuições, abriga uma diversidade de investimentos, veiculando um número de estudos, de pensamentos e de casos compatíveis com a multiplicidade dos problemas que se colocavam às diferentes instituições. Dentro do diversificado conjunto dos projetos arquitetônicos e urbanísticos concebidos segundo relações de utilidade, certas estratégias se generalizam: os espaços são trabalhados de forma muito mais detalhada, objetivando a extração do maior número possível de benefícios. Ao mesmo tempo, é preciso destacar que os processos de majoração da utilidade apresentam certas diferenças nas suas intensidades e características, visto que essas propriedades seriam dadas pelo próprio motivo, pela finalidade atribuída à construção. No *Panóptico* de Jeremy Bentham, por exemplo, cujo propósito mais geral compreenderia a resolução do problema da vigilância nas instituições modernas, a inscrição da idéia de função sobre as formas, dimensões e estruturas dos edifícios parece ser levada às últimas consequências, promovendo uma radicalização dos mecanismos que configuram a formação de um espaço útil.

No plano de inspeção pensado por Bentham, a majoração da utilidade parece ser conduzida a quase totalidade das características da edificação. Tudo deve servir, ser revisto e aperfeiçoado a fim de que os elementos constitutivos do projeto possam concorrer a um mesmo objetivo. Nada no edifício é concebido ou construído ao acaso, sujeito a prescrições impensadas, ausentes de uma avaliação rigorosa por parte de seu criador. O espaço é submetido a uma análise minuciosa, torna-se objeto de uma investigação sistemática, visando à identificação, ao reconhecimento dos detalhes que favoreceriam a funcionalidade da construção, evitando-se, sobretudo, o acúmulo de desperdícios. A concepção de uma edificação útil, descrita por seu autor como a mais adequada aos propósitos das instituições mais diversas, não poderia ter deixado escapar, negligenciar nenhuma característica ou elemento que pudesse vir a comprometer o nível de eficiência prometido pelo plano. A organização dos componentes internos, o modo de aquecimento da construção, o sistema de comunicação entre as partes central e periférica, além de inúmeras características, teriam a sua

disposição minuciosamente concebida segundo um conjunto de princípios que, em seu encontro com relações de funcionalidade, de segurança e de economia, circunscreveria uma opção mais adequada aos propósitos do estabelecimento.

A arquitetura e o princípio do Panóptico são conhecidos: o edifício é circular. Na parte periférica, encontra-se uma construção concebida sob a forma de um anel e dividida em celas. O centro abriga uma torre, rodeada de janelas que se abrem para a face interna do anel. Entre o prédio central e a parte periférica há um espaço vazio. As celas possuem duas janelas, uma voltada para o interior, para a torre, outra que se encontra localizada na parte exterior da circunferência, permitindo que a luz atravessasse as divisões do anel de um lado a outro. O caráter polivalente atribuído por Bentham à construção permite alojar em cada uma dessas celas, segundo a instituição em questão, um operário, um louco, um doente, um prisioneiro ou um aluno. Do ponto central, o anel periférico se torna visível de parte a parte, a transparência é perfeita. Um único vigia situado na torre se mostra suficiente para observar, com significativa exatidão, o que as pessoas fazem a cada instante em suas celas. Em contrapartida, na parte periférica, tudo se inverte: nada é oferecido ao olhar, a não ser, obviamente, a imagem sempre presente da torre central.

A instauração de uma assimetria na visibilidade, a dissociação do ver e do ser visto cumpre assegurar o que, talvez, fosse o efeito primordial atribuído à arquitetura panóptica: induzir sobre os seus ocupantes um estado consciente e permanente de visibilidade. Cada corpo se encontra em seu lugar, sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível pelo centro; contudo, a presença de determinados anteparos proíbe à parte externa, além do contato com outros corpos, uma visão recíproca. “É visto, mas não vê: objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação”³⁸. Em sua análise do dispositivo panóptico, Foucault demonstrava que o princípio de vigilância é o seu modo de funcionamento, alcançando o seu pleno regime a partir do momento em que a permanência do controle atravessa não só o corpo, mas igualmente, a consciência daquele que é controlado. Incapacitados de verificar ou de discernir a presença ou a ausência do inspetor, os indivíduos conviveriam com a incerteza acerca das possibilidades de estarem ou não sendo vigiados, o que favoreceria a constituição de um sentimento dos mesmos de que sempre poderão estar nessa situação de vigilância.

Considerando que o exercício de uma observação efetiva durante cada momento do tempo – ou seja, fazer com que cada pessoa estivesse, de fato, sob inspeção durante cada

³⁸ Cf. FOUCAULT, M., *Vigiar e Punir*, Petrópolis: Vozes, 2001, p. 166.

momento do tempo – tornava-se impossível, era preciso encontrar, fazer uso de determinadas técnicas e de outros artifícios que pudessem contornar essas lacunas, evitando, dessa forma, restringir a funcionalidade atribuída à vigilância. Nesse sentido, a configuração de uma assimetria da visibilidade – de um lado, é-se totalmente visto sem nunca ver; do outro, vê-se tudo sem nunca ser visto – cumpriria contribuir para que os indivíduos se sentissem, a todo instante, como se estivessem realmente sob vigilância. Tomando como empréstimo a caracterização precisa realizada por Foucault, eis aquele que poderia ser considerado, talvez, como o propósito primordial conferido ao princípio de inspeção do Panóptico: “fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos mesmo se descontinua nas suas ações”³⁹.

A criação desse sentimento de se estar em um espaço transparente, constantemente vigiado e controlado, parece compreender o mecanismo fundamental para a obtenção dos níveis de funcionalidade demandados pelos mais diversos estabelecimentos, sem a promoção, em contrapartida, de um acúmulo de maiores custos nas suas realizações. Isso porque a certeza de que se pode estar sendo observado e, conseqüentemente, a garantia de punição, pesariam permanentemente sobre as ações dos indivíduos, fazendo com que os mesmos passem a vigiar, a todo instante, os seus próprios comportamentos e condutas na execução das obrigações. Conscientes da sua situação de transparência, convivendo com a certeza de que o menor movimento efetuado poderia ser facilmente detectado pela torre central, os indivíduos não identificariam a presença de situações oportunas para se afastarem do cumprimento das suas atividades, das determinações que lhes são impostas. Reconhecendo a facilidade para o exercício da vigilância e, ao mesmo, incapacitados de verificar as ações desta, o aluno, o prisioneiro, o doente ou o operário, dificilmente vislumbrariam a existência de um tempo livre para se deixarem corromper pela preguiça, por brincadeiras, conversas e demais atos indesejados que são potencialmente prejudiciais à produção.

A organização dessa relação fictícia de uma visibilidade permanente, bem como a configuração da transparência empreendidas sobre o edifício, além de elevarem os níveis de produtividade dos estabelecimentos, vão exigir muito pouca despesa no que diz respeito aos custos administrativos. As aparentes onipresença e continuidade da inspeção, combinadas ainda, com a extrema facilidade do real exercício desta, possibilitariam a redução do número de inspetores, gerando uma economia de pessoal que, contrariamente aos planos convencionais, não traria prejuízos aos propósitos severos e coercitivos atribuídos à vigilância. Pode-se dizer que a consciência dos indivíduos de que sempre se pode ser

³⁹ Cf. FOUCAULT, M., *Vigiar e Punir*, Petrópolis: Vozes, 2001, p. 166.

observado, bem como a própria disposição centralizada da vigilância, tornava suficientemente útil, por exemplo, que apenas um único funcionário ficasse responsável por fiscalizar o funcionamento de um andar inteiro. “Um número maior do que jamais foi alojado em uma única casa pode ser inspecionado por uma única pessoa, pois há uma diminuição do trabalho de inspeção sem que seu rigor seja diminuído”⁴⁰.

Além da economia de pessoal, a utilização desses artifícios que configuram a possibilidade de se ver sem ser visto, associada à centralidade da posição do inspetor, favoreceria igualmente o empreendimento de uma economia dos materiais empregados na construção dos estabelecimentos. Nas casas penitenciárias, por exemplo, a situação de transparência conferida às unidades periféricas, tornando qualquer movimento dos seus ocupantes potencialmente exposto à visão do inspetor, bem como a inverificabilidade da vigilância, tornariam desnecessário à prevenção contra fugas o emprego de materiais pesados, de alta resistência, evitando, por conseguinte, o encarecimento da realização das edificações. Demolir alvenarias, serrar ou torcer grades de ferro exigiria, além de ferramentas adequadas a tais propósitos, um espaço de tempo livre de interrupções; mas, conforme aponta Bentham, “quem pensará em começar um trabalho de horas e de dias, sem qualquer possibilidade tolerável de fazer um único movimento nessa direção sem ser observado”⁴¹. Diante da possibilidade de detecção instantânea e a incapacidade de reconhecer as intermitências da vigilância relativas ao plano de inspeção, a parede mais fina já se mostraria suficientemente segura contra as possíveis tentativas de fuga.

Naturalmente, como se pôde perceber até aqui, a organização do espaço atribuída ao plano não teria como finalidade única fazer com que as pessoas a serem inspecionadas se sentissem sempre como se estivessem sob vigilância. Conforme aponta Bentham acerca dos objetivos da construção, “o que é também de importância é que, para a máxima proporção de tempo possível, cada homem deva estar realmente sob inspeção”⁴². O Panóptico é concebido, então, de modo a se tornar, igualmente, um espaço da transparência, organizando unidades que permitem ver e reconhecer imediatamente a totalidade dos movimentos efetuados sobre o edifício. Essa transparência que se abre para a parte central possibilita ao inspetor ter o conjunto das atividades desenvolvidas no interior da construção sob os seus olhos, favorecendo a realização de um controle mais eficaz e detalhado sobre os diversos setores do estabelecimento. Pode-se acompanhar, por exemplo, o cumprimento das obrigações, a

⁴⁰ Cf. BENTHAM, J. “O Panóptico ou a casa de inspeção”. In: SILVA, T. T. (Org.). *O Panóptico*, Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 26.

⁴¹ Idem, p. 29

⁴² Ibidem, p. 25.

execução adequada dos serviços, evitando-se as distrações, as vadiagens e outros inconvenientes que pudessem comprometer a funcionalidade almejada.

A forma, a estrutura e as dimensões atribuídas à arquitetura do Panóptico devem permitir a configuração de uma visibilidade plena, tornando o espaço legível de parte a parte, sem faces ocultas. Diante desse propósito, a forma circular demonstra ser, para Bentham, a mais apropriada, uma vez que, dada a centralidade da situação do inspetor, ela é “a única que permite uma visão perfeita, e a mesma visão, de um número indefinido de apartamentos das mesmas dimensões”⁴³. As partições são distribuídas de modo a manter a mesma distância do centro, favorecendo a constituição de uma visibilidade homogênea, bem como reduzindo, ao mínimo possível, “o caminho tomado pelo inspetor ao passar de cada parte do campo de inspeção a qualquer outra”⁴⁴. Sem qualquer mudança de posição, o responsável pela vigilância no estabelecimento pode “escrutinar com a mesma perfeição o número total de apartamentos e, com não mais do que uma mudança de postura, a metade do número total ao mesmo tempo”⁴⁵.

Os artifícios utilizados para a obtenção de uma economia dos movimentos, das ações parecem dispor de uma importância bastante significativa dentro das características conferidas ao Panóptico, não permanecendo restritos apenas à distribuição interna – caracterizada pela centralidade da situação do vigia – e à forma circular referidas anteriormente. A redução dos deslocamentos no exercício das atividades de inspeção, essencialmente, a passagem de instruções e o controle dos comentários e ruídos indesejados, é garantida também pela utilização de pequenos tubos metálicos que ligam os apartamentos à torre central. A adoção desse recurso possibilitaria ao inspetor, sempre que for possível e necessário, ministrar instruções aos seus subordinados – bem como exigir destes o silêncio que convém ao desenvolvimento das atividades e às necessidades dos estabelecimentos – a distância, sem deixar o seu posto no alojamento. Além de evitar o esforço da voz e a confusão que se seguiria se diferentes instrutores ou demais funcionários no alojamento estivessem falando ao mesmo tempo, o uso desse procedimento impediria que, por ocasião da sua ocupação com algum aluno, operário ou detento, o inspetor se afastasse da sua posição dominante, da situação de invisibilidade, tornando perceptíveis àqueles que devem ser observados as intermitências da vigilância.

⁴³ Cf. BENTHAM, J. “O Panóptico ou a casa de inspeção”. In: SILVA, T. T. (Org.). *O Panóptico*, Belo Horizonte: Autêntica, 2000., p. 24.

⁴⁴ Idem, p. 25.

⁴⁵ Ibidem, p. 24.

Por tudo isso, não seria difícil concluir que a utilização desse sistema de comunicação entre o alojamento central e as unidades do anel periférico contribuiria, igualmente, para a manutenção da inverificabilidade das atividades de vigilância. Afinal, a imobilidade e a supressão do movimento na passagem de instruções ajudaria a manter o exercício da inspeção ainda mais distante do alcance dos indivíduos, uma vez que estes não teriam a chance de saber, de discernir as situações em que o inspetor os mantém sob seus olhos – vigiando, efetivamente, seus comportamentos – das ocasiões em que ele se mostra entretido com os demais ocupantes do estabelecimento. Assim, no espaço da utilidade pensado por Bentham, a economia dos deslocamentos poderia ser apreendida dentro das relações que possibilitariam a implementação da própria “economia do estoque vivo de inspetores”, tendo em vista que, conforme apontado anteriormente, a invisibilidade da inspeção, gerando uma incerteza quanto às possibilidades de se estar ou não sendo observados, contribuiria para a criação de um sentimento de certeza do indivíduo de que ele sempre poderá se encontrar nessa situação de vigilância.

“Se posso discernir o olhar que me espia, domino a vigilância, eu a espio também, aprendo suas intermitências, seus deslizos, estudo suas regularidades, posso despistá-la. Se o olho está escondido, ele me olha, ainda que não esteja me vendo. Ao se esconder na sombra, o olho intensifica todos os seus poderes – e a economia ganha com isso, pois o número dos que suportam a função de vigilância pode ser reduzido na medida dessa intensificação”⁴⁶.

No entanto, conforme sugere Bentham, a indução sobre os indivíduos de um estado consciente e permanente de visibilidade não seria tributária tão somente de uma situação de *inverificabilidade* da vigilância, ou seja, da disposição de uma relação de invisibilidade do inspetor para com os seus comandados. Para além do confisco da possibilidade de uma visão recíproca, amparado por uma série de artifícios que impediariam o discernimento das ações do olhar vigilante, a produção de uma sensação de se estar constantemente sob observação derivaria ainda, do próprio exercício de uma inspeção rigorosa, construída, em grande parte, por intermédio de uma monitoração efetiva. A presença real da vigilância – cujas possibilidades, como demonstrado anteriormente, eram ampliadas pela forma, dimensão e distribuição atribuídas ao plano – permitia o estabelecimento de intervenções mais condizentes com os comportamentos dos indivíduos monitorados, alertando-os sobre a sua

⁴⁶ Cf. MILLER, J. - A., “A máquina panóptica de Jeremy Bentham”. In: SILVA, T. T. (Org.). *O Panóptico*, Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 78.

condição de visibilidade. Isso porque, quando um ato indesejado, tal como a distração, a má execução de uma tarefa ou a preguiça, tem como efeito uma repreensão pontual e imediata, organizada de modo a responder adequadamente às falhas ou desobediências cometidas, a sensação de se estar sob vigilância acaba sendo reforçada, tendo em vista que esses procedimentos confirmariam que as atividades de inspeção estão sendo desenvolvidas no espaço.

Se a invisibilidade do olhar retirava dos ocupantes da parte periférica a capacidade de visualizar uma alternativa que descaracterizasse a presença de uma vigilância permanente, contínua, a transparência do espaço, permitindo o exercício de um controle rigoroso sobre o estabelecimento, demonstraria aos indivíduos, por meio de sanções, de instruções e demais meios de intervenção, que eles não poderiam duvidar jamais das possibilidades de se encontrarem sob inspeção. Em linhas gerais, sabe-se que

“quanto mais constantemente as pessoas a serem inspecionadas estiverem sob a vista das pessoas que devem inspecioná-las mais perfeitamente o propósito do estabelecimento terá sido alcançado. A perfeição ideal, se esse fosse o objetivo, exigiria que cada pessoa estivesse realmente nessa condição, durante cada momento do tempo. Sendo isso impossível, a próxima coisa a ser desejada é que, em todo momento, a ver razão para acreditar nisso e ao não ver a possibilidade contrária, ele deveria pensar que está nessa condição”⁴⁷.

A *possibilidade contrária* a que se refere Bentham é negada pela inverificabilidade da vigilância. Já “as razões para se acreditar” nisso, acenando com os objetivos próprios aos princípios de inspeção, isto é, *da produção de uma consciência dos indivíduos de que seja lá o que fizerem será sabido*⁴⁸, mostra-se intensificada pelas determinações sobrevindas da unidade central. Com efeito, no ambiente relacional característico da arquitetura panóptica, a organização de unidades espaciais que permite uma visão contínua e um reconhecimento imediato das situações se encontra, em um certo sentido, a serviço de uma prática persuasiva, à indução dos indivíduos a um estado consciente e permanente de visibilidade. Para além de tornar os espaços diretamente acessíveis ao olhar, a situação de transparência impressa aos espaços deve ser exaustivamente assimilada pelos seus objetos. Quanto mais a transparência se mostrasse presente, fazendo valer o poder de intervenção imediata sobre o espaço, mais intenso tornar-se-ia o sentimento de se encontrar sob inspeção. É por isso que, no espaço da

⁴⁷ Cf. BENTHAM, J., O Panóptico ou a casa de inspeção. In: SILVA, T. T. (Org.). *O Panóptico*, Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 17.

⁴⁸ Idem, p. 71.

utilidade benthamiano, circunscrito, fundamentalmente, pelas relações de eficácia e economia, a disposição de uma relação de transparência para com os espaços ultrapassaria as suas competências e funções mais diretas, favorecendo não só prática da vigilância, de fato, efetiva, mas também, o exercício da persuasão.

* * *

Os sentidos de uma *arquitetura falante*, presente também no projeto do Panóptico, não deixariam de ser manifestados, entre outras circunstâncias, no conjunto de procedimentos que objetivam informar incessantemente aos ocupantes do edifício a sua situação de transparência e de vigilância. Todavia, no contexto dos objetivos mais gerais de nossa dissertação, o “falar” inscrito nas características do plano de inspeção de Bentham, bem como nos outros projetos analisados por este trabalho, o *Hôtel-Dieu de Paris* de Poyet e a *Saline Royale d'Arc-et-Senans* de Claude-Nicolas Ledoux, funcionaria com um testemunho, revelando-nos a natureza e as dimensões da redefinição das relações entre a vigilância e a transparência operada na atualidade.

Se o estabelecimento de uma relação de transparência sobre as instituições modernas tinha como suporte um investimento político sobre o espaço, implicando uma análise detalhada da forma, da disposição interna e das dimensões conferidas aos edifícios, as condições para o exercício da vigilância na atualidade parecem ser definidas por intermédio da própria celeridade veiculada pelas tecnologias comunicacionais e informáticas. Esse deslocamento representaria um redimensionamento radical das relações entre a transparência e a vigilância, uma vez que a possibilidade de se visualizar as situações, antes dependente dos princípios de proximidade, do cálculo das extensões, realiza-se, como veremos a seguir, a partir da própria superação do *espaço real*.

Segunda parte

A TRANSPARÊNCIA DA VELOCIDADE

1. A transparência do tempo real.

“O Tempo e o Espaço morreram ontem. Vivemos já no absoluto, pois criamos a eterna velocidade onipresente”.
F. T. Marinetti, *Fundação e Manifesto do Futurismo*.

Toda a atenção se concentra no movimento do corpo: o objeto é apreendido pelas suas características dinâmicas, pela *kinetiké* que ele é capaz de produzir. Dentro dos princípios que regulam essa percepção, o valor do deslocamento, dos trajetos, sobrepõe-se à materialidade do espaço, fazendo com que a performance motora se torne a unidade, o elemento articulador do processo de representação.

O veículo parece se confundir, em um primeiro momento, com o próprio ambiente que ele busca percorrer. A animação se inscreve na paisagem, promovendo uma sucessão de planos que não cessam de valorizar o dinamismo, a capacidade de se romper com a imobilidade. Submetidos às ações do movimento, o objeto se multiplica, as formas se decompõem em diversas partes – preferencialmente, de modo a seguir direções distintas –, buscando ocupar, tomar conta da quase totalidade do espaço...

A princípio, o *Dinamismo di un ciclista* de Umberto Boccioni não apresentaria nenhum realismo. A presença de cores ácidas e brilhantes, a imagem adquirindo, por vezes, a aparência de um emaranhado de pétalas de uma flor gigante, faria com que a tela assumisse, grosso modo, uma distância dos aspectos do ciclista. Essa impressão de distanciamento, contudo, tende a ser desfeita quando se analisa o modo como tal objeto parece ser apreendido pelo pintor italiano.

O que é um ciclista? Ou antes, o que caracteriza o dispositivo *homem-bicicleta*? Para Boccioni, essa composição deveria ser entendida, sobretudo, como uma máquina de velocidade. Não é por acaso que o artista irá privilegiar em seu trabalho a disposição de formas que venham a reproduzir, fazer referências à magnificência da engrenagem, ao mecanismo que, ao transmitir o esforço submetido ao pedal para as rodas, produz a aceleração. São as dinâmicas da produção desse movimento, além da própria sensação de celeridade produzida pelo ciclista, que tal obra busca incessantemente capturar.

Um das possíveis leituras que poderia ser feita acerca do *Dinamismo di un ciclista*, válida também para as demais obras da série *Dinamismi*, corresponde a entendê-la como uma tentativa de Boccioni de afirmar que é possível, ou até mesmo mais pertinente, apreender os

corpos e os fenômenos sob a perspectiva da velocidade destes. Nos princípios que organizam essa outra forma de se perceber o cotidiano, os objetos valem pela suas propriedades dinâmicas, pelo seu poder de mobilidade. Nesse sentido, o modo de entendimento e de valoração submetido por Boccioni ao ciclista não deixaria de ilustrar, sob certas circunstâncias, a posição assumida por este trabalho na leitura das tecnologias de vigilância difundidas atualmente sobre o corpo social: apreender tais dispositivos, fundamentalmente, a partir das velocidades que estes venham a produzir.

A referência a Paul Virilio, autor que trata de forma peculiar da supremacia da velocidade na concepção e no funcionamento dos objetos técnicos, apresenta-se no centro de nossa dissertação, que visa, de um modo geral, a analisar as relações entre a vigilância e a transparência desenvolvidas na atualidade. São as suas considerações sobre a *lógica da corrida* [logique de la course], ou *Dromologia* – pensamento que identifica a velocidade como a referência absoluta, o objetivo perseguido pelo poder e pela política – que fundamentariam, na redefinição das relações entre a vigilância e a transparência, o valor conferido às transmissões, em detrimento das estruturas espaciais, da materialidade física das distâncias e das dimensões. Encaixar a ação da vigilância à celeridade das tecnologias comunicacionais e informacionais significaria, entre outros efeitos, ampliar consideravelmente o domínio, o poder visual sobre territórios e indivíduos, uma vez que a extensão e a dependência local e territorial deixam de se constituir como delimitadores da capacidade de se visualizar as situações.

Essa equivalência entre mais-poder e mais-velocidade, objeto de uma análise incessante nos trabalhos de Virilio, não deixaria de se constituir como uma justificativa do abandono das relações de vigilância constituídas a partir de uma estruturação do espaço, da sua materialidade, em favor dos procedimentos de controle articulados, entre outras celeridades, ao tempo real das transmissões. Desde a inspeção permanente dos satélites de observação (militares, meteorológicos, etc.), até o monitoramento exercido pelas câmeras de vídeo, um número sempre crescente de superfícies, objetos e ações, dos mais vastos aos mais ínfimos, parece ser oferecido aos olhares da tele-vigilância.

Nos processos de vigilância realizados remotamente, a relação de transparência, desvalorizando os fundamentos geográficos ou geométricos, supera o caráter único das aparências dos objetos dados a ver no instante do olhar, tornando-se o das aparências instantaneamente transmitidas a distância. É sobre essa nova forma assumida pela transparência, cujas propriedades permitem observar imediatamente o que se passa fora do alcance da visão, que este capítulo pretende tratar.

Este capítulo está dividido em dois segmentos. O primeiro busca, a partir de uma análise do trabalho de Paul Virilio, entender a constituição das relações de *trans-aparência* na sua relação com *a lógica da corrida*, valorizando a exposição das condições, das circunstâncias que fizeram com que a presença de materiais de informação, detecção e transmissão instantânea se tornasse um instrumento privilegiado para a elaboração dos processos de vigilância. Por sua vez, o segundo tópico pretende entrever certas instâncias práticas da valorização da *trans-aparência*, realizando um estudo sobre os circuitos da vídeo-vigilância, um dos suportes privilegiados das políticas de segurança desenvolvidas sobre os mais diversos espaços públicos e privados.

Obviamente, a *trans-aparência* seria um dos elementos constitutivos de um fenômeno de superexposição que não se encontra limitado apenas às características dos processos da vídeo-vigilância. Entretanto, o monitoramento exercido pelas câmeras parece compreender um dos exemplos mais representativos de uma tele-vigilância associada a uma *trans-aparência* do tempo real, uma vez que o vídeo permite a visualização de imagens em movimento de uma situação no momento mesmo em que ela se dá, tornando imediatamente perceptíveis os fenômenos registrados a distância.

1.1) Velocidade e vigilância: novas diretrizes do espaço e do tempo sob a ótica de Paul Virilio.

Por acaso a terra encolheu?
– Sem dúvida, respondeu Gauthier Ralph. Eu estou de acordo com Mr. Fogg. A terra encolheu, visto que hoje em dia se pode percorrê-la dez vezes mais rápido que há uns cem anos.
Jules Verne, *A volta ao mundo em oitenta dias*.

A partir de um texto sobre as possíveis formas de controle, de monitoramento dos espaços e dos indivíduos que são originadas pela aquisição e administração da velocidade da luz, Paul Virilio questionava os efeitos de uma *transparência* cuja compreensão não estaria mais restrita a um fenômeno ótico característico dos meios considerados tradicionais, tais como a água, o ar ou o vidro. Tratava-se ali de apontar os indícios de uma relação de visibilidade que, pouco a pouco, afastar-se-ia de uma materialidade física, tornando-a dependente menos de uma disposição e administração do espaço do que de um ordenamento concernente à emissão e à recepção em tempo real. Uma das principais consequências do surgimento dessa transparência seria, segundo o autor, a efetivação de uma possibilidade de se

acessar imediatamente não só ao mundo visual circundante, mas, de modo semelhante, ao que se passa nas mais vastas distâncias.

“O que acontece à transparência do ar, da água ou do vidro, isto é, do ‘espaço real’ das coisas que nos cercam, quando a interface em ‘tempo real’ sucede ao intervalo clássico, e a distância cede repentinamente o lugar a uma potência de emissão e de recepção instantânea? O que ocorre enfim, quando a *comutação* eletro-ótica substitui a *comunicação* ótica clássica?

Se os tempos se caracterizam pelo uso repetido e abusivo do prefixo des, descentralização, desregulamentação, desconstrução, etc., nós podemos acrescentar aqui um novo vocábulo: *desregulação* [dérégulation], não apenas das aparências visíveis, mas, ainda, da própria transparência. Uma ‘transparência’ sem além, que nada tem em comum com a da espessura de um qualquer material, nem mesmo com a da atmosfera terrestre”⁴⁹.

Diante de uma série de questionamentos acerca dos caracteres de um fenômeno ótico considerado por Virilio como sem precedentes, é preciso insistir sobre os sentidos dessa outra forma assumida pela transparência⁵⁰. Mais ainda, é preciso estender a compreensão da transparência disposta pelo autor como uma engrenagem, como parte integrante de um pensamento máquina que se desdobra em um movimento mais ou menos específico: o reconhecimento da supremacia da velocidade. Decerto, a revelação de uma transparência direta da espessura “ótica” da atmosfera que passa a ser redobrada por uma outra de natureza indireta, de espessura “eletro-ótica”, refere-se também a uma desregulamentação da aparência do olhar direto, sensível dos objetos, que sofre a transmutação da tele-observação e da telecomunicação dos dados de uma imagem. No entanto, a transparência do domínio das tecnologias que veiculam uma percepção em tempo real parece acenar, sobretudo, para uma nova relação com as distâncias de espaço e de tempo, criada por uma intensa utilização da velocidade absoluta⁵¹ das transmissões.

49 Cf. VIRILIO, P. *L' inertie polaire*, Paris: Christian Bourgois, 1990, p. 107.

50 Referimos-nos à noção de transparência trabalhada pelo autor ligada às interfaces, relacionada a um *para além* das aparências imediatamente sensíveis, em que prevalece a potência de emissão e de recepção instantâneas própria, por exemplo, da ótica ondulatória dos sinais de vídeo. Essa noção de *trans-aparência* [trans-apparence] trabalhada por Virilio é desenvolvida progressivamente ao longo de seus trabalhos; contudo, para efeitos de referência, citamos o seu livro *L' inertie polaire*, sobretudo o capítulo “Le contrôle de l'environnement”.

⁵¹ São variadas as interpretações do sentido do “absoluto” referido por Virilio em suas análises sobre a velocidade veiculada pelas tecnologias da comunicação e da informação mais recentes; contudo, duas interpretações parecem dispor de uma recorrência mais frequente ao longo de suas considerações. Uma se refere ao seu valor inultrapassável, 300 000 km / s, o qual conferiria a essa grandeza o seu caráter absoluto, desvalorizando o emprego das outras velocidades. A outra se refere ao próprio fato da velocidade ter se constituído, na opinião do autor, como uma grandeza primitiva, independente de toda medida, tanto de tempo quanto de espaço.

Sabe-se que grande parte do trabalho de Virilio realiza-se, de uma certa forma, a partir de um ponto sólido, o *território*, estudando aquilo que na sua opinião o atravessa de uma forma mais intensa; mais precisamente, a *velocidade*. Nos seus trabalhos, tal grandeza não é apreendida tão somente como um deslocamento de uma posição a outra, um problema de tempo entre dois pontos, nem como a aceleração de um movimento vetorial. Na verdade, Virilio procura entender a velocidade como um meio, um novo ambiente provocado pelo veículo e pela transmissão. Em um Prefácio à edição brasileira de *Velocidade e política*, Laymert Garcia dos Santos – referindo-se a uma entrevista concedida por Virilio a Sylvere Lotringer⁵² – lembra que essa nova orientação no entendimento do sentido da velocidade começa a ser definida em um estudo denominado “Véhiculaire”, parte integrante do livro *L’insécurité du territoire*⁵³.

“Seguindo suas intuições e associações, Virilio percebeu que ocorre uma mudança de estado, um transporte, pois passamos a habitar um não-lugar – e se pôs a buscar o sentido dessa mudança. Deslocamento, trajeto, transporte, projeção, transmissão, veículo – em Veicular todas essas noções começaram a se precipitar para configurar a descoberta desse não-lugar como um novo país ou continente, o da velocidade; mais ainda: para determinar como uma ‘aristocracia da velocidade’ nele se constituía visando a dominar o espaço. Em ‘veicular’ despontava o sentido da velocidade”⁵⁴.

O continente da velocidade pensado por Virilio corresponderia ao surgimento de um não-lugar na história, com a produção tecnológica tendo culminado finalmente na constituição de um meio que desenvolveria, de uma certa forma, toda uma cultura e organizações próprias. Em tal ambiente, eliminam-se progressivamente as distâncias, bem como criam-se outros referenciais de espaço e tempo, configurando, com o intenso desenvolvimento dos transportes e das telecomunicações, uma espécie de política da instantaneidade, da ubiquidade e da própria aceleração. O acontecimento que conduziria logicamente a esta extremidade, em que o poder é investido de um modo ainda mais intenso na própria aceleração, compreenderia, segundo o autor, a constituição da própria Revolução Industrial.

Para além de uma possibilidade de multiplicação de objetos similares, a Revolução Industrial, tal como compreendida por Virilio, trouxe consigo um conjunto de procedimentos

⁵² Cf. VIRILIO, P. & LOTRINGER, S. “Fragmentação e tecnologia”. In: *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*, São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 39-48.

⁵³ VIRILIO, P. “Véhiculaire”. In: *L’insécurité du territoire*, Paris: Galilée, 1993, pp. 243-270

⁵⁴ SANTOS, L. G. “Prefácio”. In: VIRILIO, P. *Velocidade e política*, São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 9.

que permitia “fabricar velocidades”⁵⁵. Por isso, esse acontecimento seria para o autor, antes de tudo, uma *Revolução Dromocrática*, haja vista ela colocar em cena, através da produção do motor a vapor, o aperfeiçoamento dos grandes *arquétipos veiculares*⁵⁶. Mais tarde, outras revoluções trariam outros motores, tais como o a explosão, o elétrico e, um pouco mais recentemente, o *informático*. Máquinas que, segundo Virilio, longe de permanecerem limitadas às alterações das condições dos sistemas de produção, transformavam o território em um meio atravessado por séries contínuas de trajetos, cujas velocidades afetariam a constituição do espaço urbano.

A partir do momento que Virilio estabelece o território, os espaços urbanos e as cidades como superfícies sob atuação contínua da força da celeridade, como não entrever, nessa proposição, uma tentativa do autor de reconhecer, também para o urbanista, a necessidade de se pensar, de se produzir reflexões acerca dos problemas colocados pela velocidade? Para Virilio, o urbanista encontra-se dividido não só entre as necessidades permanentes da organização e da construção do espaço real, com os seus problemas territoriais, sendo igualmente confrontado aos novos constrangimentos do ordenamento do movimento, da aceleração, vinculados ao tempo real, ao imediatismo e à ubiqüidade.

“Ser urbanista hoje exige uma inteligência dromológica, capaz de compreender a velocidade e a aceleração. Em grego, ‘dromos’ significa corrida. A palavra ‘rua’ está na raiz de ‘corrida’, como ‘dromos’. Ser urbanista implica compreender que a cidade é traçar, povoar, construir, pôr em movimento. Tenho refletido sobre a importância da velocidade nas cidades e nas relações sociais”⁵⁷.

O trabalho sobre a arquitetura urbana se desdobra em uma análise sobre os trajetos que se inscrevem na sua disposição e no seu dimensionamento. Para Virilio, o estudo acerca do território, da paisagem, não pode se constituir de uma forma satisfatória senão percebendo que os lugares desaparecem continuamente, com os espaços geográficos se restringindo em proporção direta ao progresso da velocidade. A localização estratégica tem sua importância pouco a pouco substituída pela deslocalização dos vetores e de suas performances, em um fenômeno telúrico e técnico que introduz o território em um universo topológico factível,

⁵⁵ Cf. VIRILIO, P. "Le Crépuscule des lieux". In: *Revue d'Esthétique* nº 3-4 (La ville n'est pas un lieu), Paris: Union Générale d'Éditions, 1977, pp. 383-394.

⁵⁶ Cf. VIRILIO, P. & LOTRINGER, S. "A velocidade e o militar". In: *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*, São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 49-56.

⁵⁷ Cf. VIRILIO, P. & SILVA, J. M., *Virilio, o oráculo*, entrevista concedida ao UOL, maio de 2003. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/170,1.shl>>. Acesso em: março de 2005.

expresso pelo face a face não só de todas as superfícies da cidade, mas, de modo semelhante, por uma relativa colocação em contato de todas as regiões do globo.

“Meu trabalho se refere à narrativa, mas, de forma semelhante, ao *trajeto* [trajet] (...). Não trabalho com o objeto e o sujeito – esta é a ocupação do filósofo – e sim, com o *trajeto*. Eu mesmo propus inscrever o *trajeto* entre o objeto e o sujeito, inventando o neologismo *trajetivo* [trajectif] a fim de acrescentá-lo aos termos *subjetivo* e *objetivo*. Portanto, eu sou um homem do *trajetivo* e a cidade é o lugar dos trajetos e da *trajetividade* [trajectivité]”⁵⁸.

Mas o que seria o trajetivo? Como poderíamos definir a *trajetividade*? O próprio Virílio não se refere a uma possível definição desses conceitos, no mínimo, incomuns. Talvez, porque o mais importante não seja o que se diz sobre o significado do *trajetivo*, mas a questão que esse neologismo coloca, os problemas aos quais se refere. O *trajetivo* se refere à percepção de um território que é retalhado progressivamente pelos trajetos das máquinas de transporte e de transmissão. Com o desenvolvimento das tecnologias da comunicação e da informação, bem como dos meios de transporte, o *trajetivo* inscrever-se-ia sobre os efeitos de uma realidade, tal como descrita pelo autor, em que o primado da velocidade age implodindo toda a nossa tradicional compreensão de espaço e tempo.

De fato, se a revolução dos transportes foi acompanhada por uma progressiva negação das distâncias de espaço, com a retenção acelerada do tempo de passagem que separa a partida da chegada, passando as mais longínquas viagens a ser pouco mais do que breves intervalos, a revolução das transmissões, por sua vez, situa os indivíduos diante de interfaces instantâneas, que anulariam toda a duração, toda a demora na emissão e na recepção de informações. A velocidade segue *contaminando*⁵⁹ a extensão e as distâncias do mundo,

⁵⁸ Cf. VIRILIO, P. & PETIT, P. *Cybermonde: la politique du pire*, Paris: Textuel, 1996, p. 40.

⁵⁹ Cf. VIRILIO, P. “L’écologie grise”. In: *Vitesse de Libération*, Paris: Galilée, 1995, pp. 75-87. Segundo o autor, essa perda da extensão do espaço real em benefício do tempo real constituiria um “atentado” às dimensões da natureza. Ao lado de uma destruição massiva da natureza com a poluição das substâncias naturais denunciada pelos ecologistas, Virílio revela um processo progressivo de *poluição das distâncias naturais*, o qual provocaria danos irreparáveis à consciência dos indivíduos. O reconhecimento da existência dessa poluição das distâncias e das dimensões naturais seria o ponto de partida para o advento de uma nova ecologia: a *ecologia urbana*. Para o autor, trata-se do desenvolvimento de uma disciplina menos preocupada com a poluição da natureza do que com os efeitos da inscrição da *trajetividade* no espaço real, sobre o qual figurariam as distâncias e as dimensões naturais. Se a poluição das substâncias da natureza, como por exemplo, a água e o ar, possibilitaram o surgimento de uma ecologia verde, a poluição *dromosférica*, refletida na poluição pela velocidade do tamanho natural das dimensões do território, favoreceria o surgimento de uma *ecologia cinza* (Virílio utiliza o termo cinza para designar, dentre outros aspectos, uma ecologia que não teria cor, aludindo à tonalidade produzida pelo giroscópio quando este se move a uma certa velocidade). Segundo Virílio, diferentemente da tradicional, verde, essa ecologia não seria percebida, uma vez que ela se referiria a um efeito mental que afeta, sobretudo, a consciência das distâncias de espaço e de tempo, provocando distúrbios na percepção dos indivíduos.

fazendo com que o fundamento geográfico, em uma certa perspectiva, seja substituído progressivamente por um outro; mais precisamente, o tempo real da transmissão instantânea.

É diante dessa perda do fundamento geográfico, do espaço real em benefício do tempo real, onde as noções de proximidade, de distância, dos intervalos de tempo e espaço são progressivamente desvalorizadas pelo intervalo do gênero luz, isto é, da velocidade absoluta da luz, que devemos compreender os sentidos da *trans-aparência* referida por Virílio. A *transparência* pensada pelo autor se refere menos a um ordenamento do espaço do que a um ordenamento do tempo, em que “a transmissão substitui a urbanização”⁶⁰. Se o mapeamento e a disposição do espaço – antes tão necessários ao modelo espacial, a uma transparência direta – compreendiam uma das modalidades da geopolítica, a organização de uma *transparência* indireta, vinculada à emissão e à recepção em tempo real, aproximar-se-ia estrategicamente das práticas orientadas por uma *cronopolítica*⁶¹.

A *cronopolítica* refletir-se-ia hoje nessa progressiva substituição de ações prescritas pela administração de um espaço real por intervenções desenvolvidas na organização do controle da condutibilidade das imagens e da informação em tempo real. Quando “o valor estratégico do não-lugar da velocidade suplantou definitivamente o do lugar, e a questão da posse do tempo renovou o da posse territorial”⁶², a geopolítica deixa de ser uma necessidade fundamental ao controle dos territórios. A partir do momento em que entramos, para além da era dos transportes, na era da organização e no condicionamento eletrônico do meio ambiente – cujo exemplo desenvolvido neste trabalho corresponde à generalização em curso da tele-vigilância – a ubiquidade e a instantaneidade revelar-se-iam como os vetores privilegiados, os valores mais importantes na sistematização de uma política de controle dos territórios. Por conseguinte, a reflexão conduzida por Virílio acerca do desenvolvimento de uma *cronopolítica* não deverá ser percebida, como se pretende demonstrar a seguir, senão pela sua relação com a *dromologia*.

Para Virílio, a *dromologia* poderia ser compreendida como uma disciplina que estuda a velocidade como meio político. Trata-se, na sua opinião, de uma ciência preocupada em

⁶⁰ Cf. VIRILIO, P. & LOTRINGER, S., *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*, São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 85.

⁶¹ Para Virílio, a perda do fundamento geográfico, do espaço real em benefício do tempo real refletir-se-ia também na constituição dos “telecontinentes”, os quais compreenderiam os espaços que não se relacionam mais com uma descrição geográfica, e sim a um meio configurado pelas transmissões instantâneas operadas pelas modernas tecnologias comunicacionais e informacionais. Nos “telecontinentes” ocorre a supressão das fronteiras tradicionais e da noção mesma de limite geográfico, uma vez que nesses novos ambientes se opera uma valorização do conceito de interface, que vai emparelhar com o caráter desmesurado das tecnologias do tempo real; ou seja, as telecomunicações seguem decretando o fim da delimitação das superfícies, assim como de todas as distâncias em benefício da comutação instantânea.

⁶² Cf. VIRILIO, P. *Vitesse et politique: essai de dromologie*, Paris: Galilée, 1977, p. 131.

analisar, entre outros objetos, os processos da aceleração da velocidade e o modo como estes intervêm sobre a organização social e modificam a questão do poder. “Dromologia vem de dromos, corrida. Portanto, é a lógica da corrida. Para mim foi a entrada no mundo do equivalente-velocidade ao equivalente-riqueza”⁶³. Em *Velocidade e política*, livro que na primeira edição francesa tem como subtítulo “Ensaio sobre Dromologia”, Virilio demonstrava o modo como a modulação e a manipulação de velocidades vetoriais (a polícia logística) foram, nos diversos conflitos militares e revolucionários na Europa e nos Estados Unidos, os elementos mais sólidos da coesão das massas. Entretanto, em um movimento simultâneo, o autor já deixava transparecer que o objetivo perseguido pelo poder era menos a invasão dos territórios, a sua ocupação, que um tipo de redução do mundo obtido pela instantaneidade da presença militar, por um puro fenômeno de velocidade.

Segundo Virilio, da antiguidade aos dias atuais, a velocidade dos meios de transporte e das comunicações constituiu-se como um fator decisivo nos domínios das guerras e no controle dos territórios. “Não são os que atuam sobre a terra – os que permanecem enraizados ao solo – que possuem o poder, mas aqueles que podem percorrê-la a uma maior ou menor velocidade”⁶⁴. A cavalaria vai servir para conquistar e dominar o mundo até a invenção da artilharia, em que a velocidade do projétil passava a fazer, então, a diferença. Depois vieram os barcos e os navios, armas das grandes potências marítimas, tais como a França e a Inglaterra. Mais tarde surgiram as ferrovias, o avião, os satélites... Para Virilio, a história mostra que adquirir maior velocidade significa controlar espaços mais vastos.

Diante do progressivo desenvolvimento técnico da guerra e da constituição de táticas de guerrilha mais complexas, tornava-se necessária à proteção do território, bem como à administração do espaço da guerra, a disposição de “máquinas de velocidade” cada vez mais eficientes, a obtenção de uma prerrogativa de resposta quase que imediata. O *poder-mover* pensado por Virilio seria organizado, sobretudo, mediante constituição de uma visão mais rápida das situações, dos ambientes e dos espaços sobre os quais ela recai. Em um ensaio intitulado “O imaterial da guerra”⁶⁵, Virilio demonstrava que, para além de uma ampliação da profundidade do campo visual, tornou-se igualmente necessário constituir uma visão mais imediata, com o gerenciamento do espaço da guerra e do controle do território sendo orientados por uma relativa administração do tempo.

⁶³ Cf. VIRILIO, P. & LOTRINGER, S., *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*, São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 48.

⁶⁴ Cf. VIRILIO, P. & STERCKX, P. “Paysage d'événements sur fond de vitesse”. In: *Art Press* n° 217, outubro de 1996, pp. 19-26.

⁶⁵ Cf. VIRILIO, P. *Un paysage d'événements*, Paris: Galilée, 1996, pp. 163-170.

Com relação ao espaço da guerra, por exemplo, identificar com maior velocidade os movimentos inimigos, os seus deslocamentos, capacidades bélicas e ações estratégicas, bem como se encontrar menos propenso aos efeitos-surpresa, possibilitava a uma potência não apenas *ganhar tempo*, no sentido conferido a uma maior ou menor rapidez de resposta, à elaboração de uma contra-medida mais ou menos imediata; mas de uma forma geral, como nos revela Virilio, a visualização mais rápida das situações permitiria “ganhar no tempo”⁶⁶, ser mais veloz que o inimigo, surpreendendo-o e se antecipando as suas possíveis manobras mediante previsão das suas ações e de seus comportamentos. Segundo o autor, no espaço da guerra, “ser tomado [être pris] pela velocidade e ser surpreendido [être surpris] é quase a mesma coisa, e quem fica surpreso já está perdido; a surpresa é uma realização da velocidade”⁶⁷.

Por conseguinte, diante dos caracteres dispostos por uma transparência construída sobre uma perspectiva midiática, independentemente de uma tipologia dos arquétipos dinâmicos, dos vetores da conquista espacial – tais como o navio, o submarino, o avião, o foguete ou o satélite –, Virilio demonstra que a máquina de observação que organiza o controle dos territórios – relacionada não só ao espaço da guerra, mais igualmente, aos segmentos mais diversos –, é menos o veículo, o aparelho de deslocamento físico dos observadores do que uma *imagem*. Assim, paralelamente à fabricação e à utilização dos veículos clássicos, é possível reconhecer um investimento progressivo no desenvolvimento de uma verdadeira *logística da percepção*, em que a presença de materiais de informação, de detecção e de transmissão instantânea torna-se o instrumento privilegiado na elaboração de estratégias e de políticas nos domínios da administração do território.

“Quaisquer que sejam suas performances motoras, os novos veículos são hoje ultrapassados pela ‘vídeo performance’ da transmissão das imagens, a representação instantânea de dados (câmera ultra-rápida capaz de apreender um milhão de imagens por segundo, equipamento de tele-detecção, câmera de alta definição decimétrica dos satélites espões, termografia infravermelha, imagem de radar, etc.)”⁶⁸.

⁶⁶ Cf. VIRILIO, P. & LOTRINGER, S. *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*, São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 21-29.

⁶⁷ Cf. VIRILIO, P. & SCHEPS, R. “A técnica e a guerra”. In: *O império das técnicas*, São Paulo: Papirus, 1996, p. 194.

⁶⁸ Cf. VIRILIO, P. O espaço crítico, São Paulo: 34, 1999, p. 24.

Para Virilio, a vantagem do vetor audiovisual sobre o veículo resultaria, sobretudo, da superioridade atual de sua velocidade de transmissão⁶⁹, da rapidez na captura e na difusão das informações. Dessa forma, se o desenvolvimento técnico dos transportes do século XIX tinha visto a emergência e a implantação progressiva do veículo dinâmico automóvel, a era das tecnologias midiática e informática compreenderia, por sua vez, a inovação de um novo tipo de veículo, de caráter estático e audiovisual. Após a longa geração de veículos dinâmicos, móveis, depois automóveis, acompanha-se o progressivo desenvolvimento desse vetor audiovisual, do *último veículo*, o qual tenderia a se tornar, segundo Virilio, o único meio, o único horizonte dos trajetos em detrimento de toda uma engenharia de transportes.

O *último veículo* compreenderia o desenvolvimento de vetores que se constituem a partir de um movimento aparente, de uma inércia que se assemelharia, inclusive, ao mais vasto percurso: “o espaço já não se estende, o momento de inércia sucede à deslocação contínua”⁷⁰. Tais vetores tornar-se-iam o substituto de um deslocamento físico, considerado como relativamente inútil, tendo em vista o imediatismo e a instantaneidade promovidos pela velocidade absoluta das tecnologias da comunicação e da informação. Nesse sentido, o *último veículo* não deixaria de se constituir como o reflexo, o correlato de uma expressão orientada sobre as tramas de uma política da aceleração, da velocidade, em que a interface instantânea tomaria progressivamente o lugar dos intervalos de tempo das mais longas durações da deslocação.

Para Virilio, o momento de inércia sucederá cada vez mais ao deslocamento contínuo, desenvolvendo sua atividade em um processo onde todos os trajetos concentrar-se-ão em um único sentido, em uma imobilidade que se situaria no modelo de um não-movimento, representado mais freqüentemente pelos diversos simuladores⁷¹. Entretanto, mais do que um não-movimento, a perda do sentido de um deslocamento físico parece se referir ainda mais a uma superação do espaço real, cujas orientações eram constituídas, fundamentalmente, sobre as distâncias e dimensões geográficas. Um espaço real que, segundo o autor, é progressivamente desvalorizado pela ubiquidade, pelas novas relações de proximidade, por uma espécie de interface que nos obrigaria a repensar as noções clássicas de limite, de superfície, as quais organizavam, anteriormente, as separações entre os indivíduos, bem como entre as mais vastas localizações das superfícies do globo⁷².

⁶⁹ Cf. VIRILIO, P. *L'horizon négatif*, Paris: Galilée, 1984, pp. 165-189.

⁷⁰ Cf. VIRILIO, P. *L'inertie polaire*, Paris: Christian Bourgois, 1990, p. 40.

⁷¹ Idem, p. 40. “De um campo de golfe a um jogo de vídeo, de uma pista de automóveis para um simulador de corrida”.

⁷² Cf. VIRILIO, P. *O espaço crítico*, especialmente o capítulo “As perspectivas do tempo real”, pp. 101-119.

Obviamente, ao longo da história, a técnica sempre possibilitou uma superação, uma interconexão entre espaços territoriais, ou elementos geográficos originalmente separados. São variados os exemplos desses agenciamentos espaciais promovidos pela técnica, passando desde a construção de viadutos, de pontes, até o desenvolvimento dos mais diversificados meios de transporte; contudo, o desenvolvimento tecnológico orientado por uma política da velocidade tornou mais evidente a presença de um deslocamento, de uma mudança de perspectiva que desregula os sentidos das distâncias. No continente da velocidade, nos domínios desse não-lugar descrito por Virilio, indivíduos, regiões, encontram-se separados não tanto por distâncias espaciais, mas fundamentalmente, por distâncias de tempo.

Para Virilio, existe uma nova relação de proximidade organizada pelas tecnologias da comunicação e da informação que não se referiria mais às dimensões e às extensões espaciais. Quando o tempo real das comunicações instantâneas prima sobre o espaço real de uma região, de um ambiente efetivamente percorrido, as relações de proximidade são construídas no tempo, na velocidade de uma transmissão. Fenômeno idêntico ocorre quando a noção de transparência supera o caráter único das aparências dos objetos dados a ver no instante do olhar, tornando-se o das aparências instantaneamente transmitidas à distância. O termo proposto por Virilio, *trans-aparência*, refere-se, sobretudo, ao tempo real, e não apenas a uma *transparência* do espaço real. As relações que orientam a constituição de uma *trans-aparência* também se constroem no tempo, no imediatismo e na velocidade de uma transmissão.

Assim, a nova categoria de veículos pensada por Virilio, de caráter estático e áudio-visual, seria o desdobramento de uma nova orientação que recai não só sobre o caráter dos trajetos, mas também sobre a natureza e as características dos fenômenos óticos. A viagem no espaço se tornou uma metáfora de uma viagem no tempo, um deslocamento constituído sobre as transmissões instantâneas promovidas pelas tecnologias da comunicação e da informação, em que a mobilidade, a locomoção seria suplantada por uma espécie de *onipresença potencial*. “Desde já, tudo *acontece* [arrive] sem que seja necessário partir”⁷³. À chegada restrita dos veículos dinâmicos, móveis e depois automóveis, sucede a chegada generalizada das imagens e dos sons, signos característicos não apenas do *último veículo* em si, mas igualmente, da própria *transparência*; ou melhor, da *trans-aparência*.

⁷³ Cf. VIRILIO, P. *L'inertie polaire*, Paris: Christian Bourgois, 1990, p. 46. Na tradução, fica sem efeito o jogo de palavras presente nessa frase. O termo *arriver* empregado no texto original em francês pode significar tanto “acontecer” quanto “chegar”. Assim, “Desde já, tudo acontece (chega) sem que seja necessário partir”.

De uma forma geral, pode-se dizer que, com relação ao domínio do desenvolvimento dos transportes, dos veículos tradicionais, o território, os espaços se encontravam confrontados à intensidade de uma velocidade ainda relativa. Na verdade, com o ordenamento das pontes e das estradas, a construção dos túneis, o desenvolvimento de empresas ferroviárias e de auto-estradas, tratava-se, dentre outros objetivos, de *aperfeiçoar* o território, a fim de aumentar a velocidade e expandir o deslocamento físico das pessoas e dos bens por intermédio de uma urbanização do espaço real. Foi a partir do desenvolvimento dos *últimos veículos*, desses vetores da eletrônica, da cibernética, da informática, ou ainda, da telemática, que o território e o meio ambiente passaram a ser expostos, com maior frequência, às ações de uma velocidade absoluta.

Diferentemente de um espaço urbanístico tradicional, Virilio demonstra que o ordenamento das tecnologias da comunicação e da informação sobre o território agiria constituindo uma outra urbanização, a qual seria organizada sobre o tempo real. Não se trata mais somente, como no século XIX e no início do século XX, da mutação de um território orientada pelo progressivo desenvolvimento das infra-estruturas ferroviárias ou rodoviárias. A transformação do espaço seria a súbita revelação de um ambiente tele-presente, constituído sobre uma “urbanização do tempo real” empreendida pelas tecnologias da comunicação e da informação. Para Virilio, esse modelo de urbanismo que, na verdade, refere-se às transmissões instantâneas, refletir-se-ia no desenvolvimento de um espaço, de um ambiente menos tópico e territorial do que *tele-tópico* e *extraterritorial*.

A transparência que se abre ao olhar da vigilância na atualidade, relacionando-se menos com um ordenamento no espaço do que com um ordenamento no tempo, seria também um dos vetores da constituição desse ambiente tele-presente, extraterritorial. Se uma possível definição da palavra *transparência* se refere ao que se deixa facilmente atravessar pela luz, ou ainda, o que permite distinguir claramente os objetos através da sua própria densidade ou espessura, duas questões são, desde já, colocadas acerca do caráter dessa *trans-aparência*: a natureza dessas radiações luminosas que se propagam de uma forma cada vez mais intensa, permitindo a revelação dessa que é compreendida por Virilio como a última *transparência*, refere-se, na verdade, à luz da velocidade, à celeridade de um tempo-luz veiculada pelas tecnologias da comunicação e da informação. E o que define a espessura, a densidade e os obstáculos que devem ser atravessados por essa luz, permitindo que os indivíduos e os espaços sejam vistos, corresponderiam às distâncias.

O caminho percorrido por este capítulo desenvolve-se a partir de um estudo das relações entre a vigilância e a *transparência*, onde o controle do espaço real cederia lugar a uma tele-controle contínuo e em tempo real, uma atividade possibilitada pela aceleração das informações que se propagariam à velocidade da própria luz. Por conseguinte, diante da configuração da imagem de um espaço cada vez mais desprovido de faces ocultas, transparente, *superexposto* [surexposé], quais seriam os liames de interação e as relações que se estabelecem entre a *transparência*, a velocidade, a vigilância e o próprio poder?

Como uma análise dos fenômenos da *transparência* configurados sobre as propriedades das tecnologias comunicacionais e informacionais, ou, mais precisamente, a partir da velocidade destas, relacionar-se-ia, por exemplo, aos processos de vídeo-vigilância presentes nos mais diversos espaços? Ou ainda, de que forma o vídeo como material de captura e de transmissão instantânea permitiria a constituição de uma *transparência* que nos possibilita observar não tanto o mundo visual circundante, delimitado pela proximidade imediata, mas, através de uma percepção assistida, acessar quase que instantaneamente o que se passa fora do alcance da visão? Enfim, trata-se de observar o modo como as noções de *trans-aparência*, de tele-vigilância, *tele-visão* e horizonte artificial articulam-se a uma proposição mais ou menos específica: a perda da importância do espaço das distâncias e dimensões compreendidas como naturais.

Certamente, a *trans-aparência* referida pelo autor seria um dos elementos constitutivos de um fenômeno de superexposição que não se encontra limitado apenas aos caracteres de uma proliferação dos circuitos da vídeo-vigilância. Pode-se dizer ainda que os sentidos de uma *transparência* propostos por Virilio superariam, inclusive, a sua dimensão relativamente “horizontal”, estendendo a compreensão desse fenômeno ótico a partir do agenciamento de suas características a outros processos de vigilância. Para além de uma presença constante das câmeras de vídeo, bem como de outras *máquinas de visão* diante dos indivíduos, da paisagem urbana, existiria ainda sempre um “olho” localizado em alguma parte no céu, acima dos espaços, das regiões mais diversas, o qual veicularia a constituição de uma observação sistemática, possibilitando o desenvolvimento de ações de vigilância e de controle do território relacionadas aos segmentos mais variados⁷⁴.

A disposição de um olhar constituído sobre os céus seria o reflexo da presença cada vez maior de uma maquinaria da visão cujas ações seriam orientadas, segundo Virilio, por um outro ponto de vista. Na verdade, a máquina de vigilância relacionada, por assim dizer, a uma

⁷⁴ Cf. VIRILIO, P. *Un paysage de événements*, Paris: Galilée, 1996, pp. 171-177.

diferente perspectiva, não compreenderia mais a revelação de um horizonte artificial, e sim, de um modo mais geral, a potencialização de uma verdadeira verticalidade do olhar. Com o progressivo lançamento de satélites de observação, a dimensão do zênite prevalece sobre a dimensão do horizonte, organizando uma perspectiva sistematizada, dentre outras características, por uma dominação do ponto de vista orbital, o qual favoreceria a constituição de uma *visão globalitária*, do aparecimento de uma grande ótica planetária, cujos efeitos veiculariam o surgimento de um olhar sobre um mundo constantemente monitorado, *superexposto*⁷⁵.

Entretanto, a proliferação de câmeras de vídeo em inúmeros ambientes parece se constituir como um dos exemplos mais significativos de uma tele-vigilância associada a uma *trans-aparência* do tempo real, cujas propriedades passam a dispor de uma importância compreendida como fundamental aos processos de monitoramento e de controle dos espaços urbanos. De fato, o vídeo como *máquina de visão* eletrônica permite a visualização de imagens em movimento de uma situação no momento mesmo onde ela se dá⁷⁶. Apresentando certas especificidades com relação a algumas máquinas da visão, as quais veiculariam a percepção de uma situação diferida temporalmente do seu acontecimento – como, por exemplo, a câmera cinematográfica –, o vídeo permite a constituição de uma visão “em direto” dos fatos, tornando imediatamente visíveis os fenômenos registrados.

A constituição de uma visão “em direto” seria o advento de uma percepção assistida, mediatizada, que se organiza sobre uma *transparência* vinculada à superação do espaço real da visão pelo tempo real da imagem. Uma *transparência* que, graças às propriedades técnicas do vídeo, compreenderia as aparências transmitidas instantaneamente, ou seja, a própria

⁷⁵ Cf. VIRILIO, P. *Un paysage de événements*, Paris: Galilée, 1996, pp. 163-170. Sobre os caracteres da verticalidade do olhar, atualizada com mais vigor hoje em dia pelo contínuo lançamento de satélites de observação meteorológica ou militar, o autor demonstra a importância conferida ao longo da história à constituição de uma visão configurada a partir de pontos elevados, em relação à organização de ações estratégicas referentes ao controle e à vigilância dos territórios. Inicialmente, a ampliação do campo visual sobre um determinado território se dava mediante conquista e ocupação de elevações naturais, de regiões localizadas em altitudes dominantes, tais como montanhas e colinas. Posteriormente, a utilização de balões de observação, os quais viriam a se constituir como verdadeiras “elevações flutuantes”, permitiu contornar essa imobilidade relacionada às elevações naturais, possibilitando a realização de movimentos sobre o território e favorecendo o desenvolvimento das atividades ligadas ao reconhecimento e à vigilância dos espaços. Em seguida, já no século XX, a primeira e a segunda guerra mundial acompanharam o desenvolvimento da aviação de reconhecimento, dos veículos aéreos equipados com um arsenal ótico de captação e registro de imagens do território. Ao longo dos mais diversos conflitos, as atividades de vigilância vão ser realizadas por aeronaves cada vez mais desenvolvidas tecnicamente, desde o antigo avião de reconhecimento fotográfico U-2, passando pelos aviões “hipersônicos” que voam a grande altitude, tal como o SR-71 *Blackbird*, chegando aos *drones*, aviões de reconhecimento lançados ao céu sem piloto.

⁷⁶ Naturalmente, mesmo que relativamente imperceptível, há um ligeiro atraso da imagem devido à transmissão eletromagnética que se efetua à velocidade da luz – quanto maior a distância entre o ponto de recepção e o acontecimento transmitido, maior o atraso – e a uma certa inércia do aparelho eletrônico.

trans-aparência referida por Virilio. Para o autor, a *trans-aparência* compreenderia um fenômeno ótico em que se torna possível visualizar também, no imediatismo da captura e da transmissão das imagens, o que se passa nas mais vastas distâncias⁷⁷. E, naturalmente, essa visão constituída sobre as aparências transmitidas instantaneamente à distância favoreceria a organização de uma tele-observação em tempo real, a qual vem se tornando o fenômeno securitário de controle das cidades. Um dos exemplos de tal processo, seria a generalização em curso da vídeo-vigilância.

1.2) Câmeras de vigilância: o advento da interface eletrônica como suporte de uma *trans-aparência*.

“à iluminação das vitrines, das lojas, sucederam, desde pouco, estas indiscretas luzes da cidade, esta vitrine catódica de uma *régie-vídeo* da qual nós somos, às vezes, os presentes”.
Paul Virilio, *Un paysage d'événements*

Uma extensão de um olhar atento, minucioso, excessivo, sempre alerta, a espreitar continuamente as situações, disposto a tornar mínima a sua eventualidade, o casual. Uma visão onipresente, mais cerrada e sólida, que almeja se debruçar sobre tudo, sobre a totalidade dos espaços. Nada pode escapar a sua atividade. Captura constante, varredura integral, fim dos ângulos mortos, das zonas de sombra. Uma *transparência* perfeita deve se abrir ao olhar!

Berlim é o objeto desse olhar. Ela é a casa de vidro, a idealização de um território transparente exposto à obscenidade de uma visão em que a maior distância não ocultaria mais a percepção. Da imediata proximidade do visível para a visibilidade do que está para além do campo visual, a cidade se deixa ver como um todo. O aeroporto, as rodovias, as estações de trens, as companhias de gás, os clubes de sexo... na interface da tela tudo é comprimido em um só lugar. A cidade é *sobreexposta* no imediatismo de uma transmissão instantânea.

A capital alemã se torna um espaço acidental, descontínuo, heterogêneo, uma espécie de inventário, uma colagem realizada por Michael Klier a partir de cenas registradas pelas

⁷⁷ Além da capacidade de interação com satélites geo-estacionários, os quais permitiriam ampliar consideravelmente o alcance da sua transmissão, existem inúmeras câmeras de vídeo espalhadas nas localidades mais diversas do globo cujos registros e imagens podem ser acompanhados em tempo real pela Internet.

câmeras de vigilância espalhadas nos seus mais diversos espaços. *Der Riese*⁷⁸ ilustra bem a constituição desse olho pretensamente poderoso, de um certo modo anônimo, que vê tudo, mas que permanece relativamente invisível. Bancos, supermercados, shopping centers, tudo é inscrito na temporalidade da velocidade absoluta dos sinais de vídeo. Uma cidade tele-presente, onde o volume territorial passa a se constituir como uma massa crítica, eletrônica, desprovida de dimensões espaciais.

Hoje em dia, pode-se falar que a vigilância se tornou demasiadamente presente nas mais diversas cidades, sendo a proliferação de câmeras de vídeo em inúmeros ambientes um dos exemplos mais significativos e reveladores desse processo de monitoramento e de controle dos espaços urbanos. “Agora, tornou-se virtualmente impossível mover-se pelo espaço público (e, progressivamente, no privado) sem ser fotografado ou filmado”⁷⁹, constata Norris e Armstrong acerca do avanço dos sistemas de vigilância na sociedade britânica. De fato, começa a se configurar, de uma forma ainda mais intensa, uma espécie de policiamento, no sentido de auscultar, monitorar os indivíduos e os espaços, em que toda a obscuridade e intimidade cederiam lugar ao esclarecimento e à superexposição de detalhes.

A crescente utilização dessas câmeras de vídeo nos mais variados espaços urbanos reflete a generalização em curso da tele-vigilância, que se torna, entre outras considerações, um dos suportes privilegiados dos processos securitários adotados por inúmeras localidades. A partir desta que seria compreendida como uma vigilância televisual, comum não só a Berlim de Michael Klier ou às cidades inglesas descritas por Norris e Armstrong, mas também a outros sítios urbanos, observa-se o surgimento de um novo território, de uma verdadeira “vídeo-cidade”. Um território cujo volume material, em uma certa perspectiva, é substituído progressivamente por informações eletrônicas e instantâneas dos sinais de vídeo.

Naturalmente, não pretendemos afirmar os processos de vídeo-vigilância como um fenômeno homogêneo, generalizando a sua utilização e os seus sentidos na multiplicidade de ambientes sobre os quais eles recaem. A compreensão de que os processos de vigilância devem ser entendidos na sua articulação com as normas culturais, com o campo político e com o conjunto de práticas sociais sobre os quais os seus regimes de funcionamento são inscritos parece ser auto-evidente; todavia, a ausência de uma orientação unificadora das relações entre a vídeo-vigilância e as dinâmicas de controle e da administração dos espaços

⁷⁸ *Der Riese* [O Gigante], de Michael Klier, é um filme de 82 minutos composto quase que inteiramente por imagens geradas a partir de câmeras de vídeo-vigilância da cidade de Berlim. Trata-se de uma produção alemã relativa ao ano de 1983.

⁷⁹ Cf. NORRIS, C. & ARMSTRONG, G. *The maximum surveillance society: The rise of CCTV*, Oxford: Berg, 1999. p. 3

urbanos nas localidades mais diversas não impediria, de uma forma geral, o reconhecimento de problemas mais ou menos específicos, como por exemplo, a organização de um processo em que os *espaços públicos e privados* tendem a ser suplantados progressivamente por uma espécie de *imagem pública*⁸⁰.

Com efeito, a vigilância eletrônica deve ser compreendida dentro de uma lógica em que a organização do controle dos espaços se constitui a partir da condutibilidade das imagens. Essas imagens seriam, nos domínios das propriedades do vídeo, provenientes de uma comutação de informações, de uma transmissão cuja velocidade corresponde à da propagação eletrônica, possibilitando a constituição de uma tele-vigilância em tempo real. Com o advento dessas tecnologias, à observação direta dos objetos, das superfícies, sucederia uma observação *em direto*, mediatizada, a qual se desenvolveria a partir da disposição de uma interface entre alguém que vigia e um outro ou algo vigiado – a observação conferida pelo exemplo da vídeo-vigilância designa, de início, um aparelho técnico: a câmera e o monitor de vídeo.

Um dos objetivos propostos por essa tele-vigilância em tempo real seria tornar sua presença não mais ocasional, e sim fazê-la pesar em permanência sobre as ações dos indivíduos. Abandona-se a idéia de uma repressão exercida pontualmente pelos agentes mais fortes ou mais numerosos em proveito de uma vigilância imanente aos espaços, onde a conscientização dos indivíduos de que sempre se pode ser observado os afastaria das práticas delituosas, das ilegalidades.

“Quando os indivíduos se sentem vigiados pelas câmeras, mesmo que não exista ninguém na *régie*, há um condicionamento e há uma espécie de comando. A vídeo-vigilância é um comando de comportamentos. Ao mesmo tempo que ela dissuade os delinquentes, ela modifica os comportamentos de todo mundo”⁸¹.

A tele-vigilância em tempo real privilegiaria também a constituição de uma suposta *imagem total* dos espaços e dos indivíduos suspeitos, tornando-os transparentes ao olhar, bem como espreitando de modo contínuo as situações de risco. Com a observação dos ambientes, das situações em tempo real, já não são se pretende mais tão somente a execução de uma resposta que visaria a restabelecer a ordem, a pacificidade, diante de certos indivíduos – os

⁸⁰ De fato, algumas câmeras situadas em determinadas localidades urbanas transmitem diretamente a Internet as imagens registradas, tornando públicos desde as fachadas das residências até os corpos dos indivíduos presentes nas aéreas sob vigilância; ou seja, espaços que até então deveriam ser compreendidos como privados tornam-se, com a vídeo-vigilância, um dos exemplos da constituição de uma *imagem pública*.

⁸¹ Cf. VITALIS, A. & HEILMANN, E., “La vidéosurveillance: un moyen de contrôle à surveiller”. In: *Le Courrier du CNRS* n° 82, maio de 1996, pp. 48-49.

desviantes, os delinquentes – que tomam a iniciativa de afrontar em um ponto a harmonia, a segurança. No contexto da vigilância eletrônica, o sistema objetivaria a constituição de procedimentos que permitissem preceder e prever os atos, possíveis delitos e crimes, interceptando os indivíduos suspeitos em seu trajeto, no decorrer de suas ações.

Norris e Armstrong ilustram bem esse processo contínuo que visaria a interceptar, impedir a ocorrência de determinados crimes, de ilegalidades mediante elaboração de uma espécie de codificação de situações, comportamentos, bem como de ambientes que são potencialmente delituosos nas cidades inglesas⁸². Ali, englobam-se ainda outros elementos, tais como características sociais, fatores étnicos, idade, cujas análises viriam a constituir uma espécie de tipologia de indivíduos suspeitos. Entre outros sentidos, essa classificação deve orientar os operadores das salas de controle não só no reconhecimento das circunstâncias que devem ser monitoradas, mas, de modo semelhante, na determinação de quais ocorrências devem ser comunicadas ao posto policial, a fim de impedir, de uma forma geral, a ocorrência de crimes, de delitos.

Grande parte da eficiência dos processos de vídeo-vigilância relacionar-se-ia, sob certas circunstâncias, às características técnicas dos materiais utilizados, tais como a precisão e a resolução das imagens, os níveis de zoom ou, ainda, o período de registro e a mobilidade da própria câmera. Existe uma diversidade de câmeras de vigilância presente nos espaços públicos e privados, desde as mais simples, com alcance de cem metros, até as mais sofisticadas, com infravermelho, mobilidade rotacional de 360 graus e níveis de zoom que permitem uma aproximação de até dois quilômetros. Entretanto, uma das características técnicas dos dispositivos de vídeo-vigilância que tem sido compreendida como fundamental ao controle dos espaços urbanos corresponderia ao seu agenciamento, a sua interação com sistemas informáticos.

Um dos possíveis exemplos dessa importância conferida à articulação com suportes informáticos seria o projeto *Olho Vivo*, uma tecnologia ininterrupta de vigilância desenvolvida pela empresa *AT4 Solution*, do *Grupo WDC*⁸³. Esse projeto se constitui como um processo flexível e integrado de monitoramento que grava e mantém em arquivo uma larga escala de imagens por um longo período de tempo, permitindo a vigilância de pontos remotos com grande facilidade a partir de uma circulação de imagens via Internet. O projeto

⁸² Cf. NORRIS, C. & ARMSTRONG, G. *The maximum surveillance society: The rise of CCTV*, Oxford: Berg, 1999, pp. 117-151.

⁸³ A maioria das câmeras utilizadas pelo Projeto Olho Vivo pode ser remanejada facilmente de um ponto a outro, permitindo a interligação a uma rede ou a outros tipos de sistemas de circuito fechado de televisão. Para um maior detalhamento do funcionamento desse sistema de vigilância, ver a página da Internet da WDC Networks: <http://www.wdcnet.com.br/>

oferece ainda, através de *softwares* especialmente desenvolvidos para tal, a capacidade de interagir com os arquivos e registros produzidos a fim de possibilitar, por exemplo, o reconhecimento de placas de veículos e a detecção de indivíduos suspeitos.

Por outro lado, a organização de uma vigilância associada a interfaces informáticas revela-se ainda mais intensa quando a capacidade de análise do meio ambiente, a interpretação das situações passa a ser relativamente atribuída a softwares desenvolvidos para um monitoramento automático dos espaços, o que suprime, em certos domínios, a necessidade da presença de um observador. As câmeras de vídeo de um projeto denominado *Chromatica* dispostas nas estações metroviárias de algumas cidades européias, tais como Londres, Milão e Paris, são capazes de detectar automaticamente nos indivíduos comportamentos e situações que, supostamente, fugiriam à normalidade. “‘Há lugares no metrô onde não se pode ficar parado’, explica Louahdi Khoudour, um dos responsáveis pelo projeto na França, ‘pois o sistema associa isso a uma situação de perigo, ou no mínimo suspeita’”⁸⁴.

Permanecer parado por uma dada quantidade de tempo – ficando um minuto imóvel, a imagem do indivíduo se torna verde; caso o tempo seja superior a dois minutos, a imagem na tela se torna vermelha e o alerta é dado –, não prosseguir na direção natural do movimento, parar e se juntar a um grupo, circular em espaços proibidos, tornam-se alguns dos comportamentos suspeitos apontados pelos computadores integrados às câmeras de vigilância⁸⁵. De fato, a máquina de visão já não age apenas efetuando uma varredura automática no espaço sobre o qual ela opera. Ela seria ainda um dos signos atualizados pela constituição de uma verdadeira “automação da percepção”⁸⁶, veiculada, dentre outros fatores, por uma análise eletrônica da realidade, por assim dizer, objetiva.

É preciso atentar também para a multiplicidade dos desvios no uso das câmeras de vídeo, os quais fugiriam das suas aplicações consideradas como práticas e imediatas, ou seja, dos seus objetivos aparentemente securitários, do combate às práticas delituosas. Além de possibilitar, por exemplo, intervenções sobre situações de furto, a capacidade de realizar um monitoramento contínuo sobre os espaços comerciais permite vigiar o comportamento dos empregados durante a execução de seus trabalhos⁸⁷. Registrando de um modo ininterrupto as

⁸⁴ Cf. MAZOYER, F., “O mercado da vídeo-vigilância”. In: *Le monde diplomatique* – Edição brasileira, ano 2, nº 19.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Cf. VIRILIO, P. *La machine de vision*, Paris: Galilée, 1994, pp. 125-159.

⁸⁷ Cf. VITALIS, A., “Le regard omniprésent de la vidéosurveillance”. In: *Le monde diplomatique*, março de 1998. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/VITALIS/10142>>. Acesso em: fevereiro de 2006. Interessante notar os desdobramentos atualizados por esse desvio nas aplicações imediatas da vídeo-vigilância. Aqui, o processo securitário se converte em ferramenta de controle do trabalho e da produtividade dos empregados inscritos nos espaços monitorados.

situações vivenciadas, as câmeras de vídeo conferem ainda a oportunidade de verificar o comportamento dos consumidores, observando a sua conduta nos processos de compra. Essa observação dos gestos e procedimentos dos indivíduos permitiria, entre outras utilidades, aperfeiçoar o posicionamento dos produtos e induzir o percurso de compra mais eficaz⁸⁸.

Não podemos, igualmente, limitar os desvios dos objetivos imediatos construídos sobre a presença cada vez maior dessa vigilância televisual a mecanismos de dominação. Como apontamos anteriormente, um dos processos conduzidos por esse sistema de monitoramento são construídos sobre produção, análise e difusão de imagens. E o estudo sobre as formas como as tecnologias transmutam modos de criação, geração, transmissão, conservação e percepção desses conteúdos tem se revelado como uma preocupação bastante recorrente nos domínios da arte, sobretudo, nas vídeos-instalações. Com relação à vídeo-vigilância, aos circuitos internos de televisão, Anne-Marie Duguet nos mostra, tomando como base os trabalhos de artistas como Bruce Nauman e Dan Graham, que a arte torna possível “jogar” o dispositivo⁸⁹, renovando, a partir de uma re-apropriação do mesmo, o seu próprio sentido e funcionalidade.

Na verdade, “jogar” um dispositivo significaria, entre outras atribuições, produzir manipulações, intervenções que se direcionassem sobre os agenciamentos entre os seus diferentes elementos constitutivos. Em trabalhos como *Video surveillance Piece (Public Room, Private Room)* ou *Time Delay Room*, os quais são construídos sobre os processos de vigilância, Bruce Nauman e Dan Graham não fazem senão organizar novas divisões do visível e do invisível, acenar com uma outra proposta de recorte das noções de espaço e de tempo, promover diferentes modos de inscrição e jogos da presença filmada. De fato, compreender o funcionamento e o desenvolvimento da vídeo-vigilância a partir de deslocamentos que são produzidos na sua utilização, em determinadas situações que, de um certo modo, incidiriam sobre a disposição dos elementos que o recompõem, torna-se uma importante via para o seu entendimento.

Citando o exemplo das ações referentes à polícia da municipalidade de Hoboken, distrito de Nova Iorque, Paul Virilio desloca os sentidos da vídeo-vigilância⁹⁰ associando o seu desenvolvimento aos circuitos de iluminação dos espaços públicos e privados, os quais objetivariam, entre outros fins, *clarear* [éclaircir] esses ambientes, tornando-os mais acessíveis

⁸⁸ Cf. VITALIS, A., “Le regard omniprésent de la vidéosurveillance”. In: *Le monde diplomatique*, março de 1998. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/VITALIS/10142>>. Acesso em: fevereiro de 2006.

⁸⁹ Cf. DUGUET, Anne-Marie. *Déjouer l'image – Créations électroniques et numériques*, Nîmes: Éditions Jacqueline Chambon, 2002, pp. 35-40.

⁹⁰ Cf. VIRILIO, P. *L'insecurité du territoire*, Paris: Galilée, 1993, pp. 205-209.

ao olhar, ampliando a visibilidade sobre as situações. Se a iluminação dos espaços públicos e privados sempre esteve associada à constituição de uma sensação de segurança, tornando esses ambientes transparentes ao olhar, bem como eliminando as obscuridades e as zonas de sombra, caberia à vídeo-vigilância a função de aperfeiçoar ou completar esses processos e, sobretudo, de potencializá-los em novas características, conferindo uma outra dimensão à iluminação urbana.

Com a presença das câmeras de vigilância nos mais diversos espaços urbanos, a idéia do olho-lâmpada do Iluminismo – o qual se refletia em uma investigação e monitoramento dos espaços públicos e privados, a fim de que uma imagem total da sociedade fosse obtida –, parece se tornar uma realidade. Entretanto, para Virilio não se trataria mais de uma iluminação oriunda de uma luz química ou de luz elétrica, e sim, como nos revela a Berlim disposta no filme de Michael Klier, de uma espécie de iluminação pública eletrônica, onde a luminosidade indireta da imagem sucederia à luz direta tradicional⁹¹. Segundo o autor, essa iluminação veicularia a constituição de uma espécie de dia eletrônico, de um prolongamento da duração da visibilidade, compreendido como um *faux jour*, que já se revelara anteriormente sob as formas de um dia químico (luz de velas e luminárias a gás) e de um dia da eletricidade (lâmpadas elétricas).

Para Virilio, de uma luz direta refletida pelos objetos dada a ver no instante do olhar, passamos a contemplar uma luz indireta transmitida instantaneamente, um meio eletro-ótico, consequência de uma aparente *disposição em onda do real* [mise-en-onde du réel], tornada possível graças às propriedades da física eletromagnética⁹². Segundo o autor, existe uma primazia do “tempo real” das transmissões instantâneas sobre o “espaço real”, bem como um privilégio da imagem sobre os objetos e os seres fisicamente presentes que caracterizam a colocação em obra de um novo tipo de “relevo”, de volume áudio-visual, resultado de uma nova organização da realidade sensível, de uma ótica, por assim dizer, ondulatória

⁹¹ Cf. VIRILIO, P., Sobre os sintomas que apontariam para uma “iluminação pública” oriunda menos de uma luz elétrica direta do que de uma luz eletrônica indireta relativa à vídeo-lâmpada das câmeras de vigilância, ver os seus livros *L’inertie polaire*, sobretudo o capítulo “La Lumière indirecte”, bem como *O espaço crítico*, principalmente os capítulos “A cidade sobreexposta” e “A arquitetura improvável”.

⁹² Na verdade, os fenômenos de visualização, bem como o próprio desdobramento da visão (uma visão direta que passa a conviver com uma visão “em direto”) analisados por Paul Virilio encontram na Ciência, sobretudo na Física, o solo privilegiado para a organização e concepção dos seus paradigmas conceituais-tecnológicos. Como a Ótica corresponde à parte da física que trata das propriedades da luz, considerando esta como a primeira condição dos fenômenos relativos à visão – não sendo o visível senão o *efeito de real* do imediatismo de uma emissão luminosa –, compreende-se melhor não só a perspectiva conferida pelo autor na leitura dos problemas colocados pelo advento do vídeo como uma visão assistida, intermediada, mas também, a intensa utilização de termos como ótico-eletrônica, meio eletro-ótico, dentre outros que venham a surgir ao longo do nosso texto.

eletrônica⁹³. A observação de materiais de registro e difusão em direto, a constituição de uma espécie de tele-realidade presente em “tempo real” agiria suplantando progressivamente a realidade da presença do espaço real dos objetos e dos indivíduos, onde o visível seria fruto do golpeio de nossas retinas não mais pelas radiações da luz solar ou elétrica, mas antes, pelas radiações eletromagnéticas de uma luz oriunda de um aparato eletrônico.

“Material de substituição eletro-ótica, a *videoscopia* encontra aqui, a meu ver, o seu papel principal: o de iluminar”⁹⁴. Uma substituição que seria também a metáfora de uma amplificação da luz ambiente realizada por algumas câmeras de vídeo, onde o aparelho de captura comporta vários patamares sucessivos de aceleração dos fótons, que aumentam na proporção correspondente a luminosidade da imagem final. Esse novo tipo de iluminação favoreceria a constituição de uma visão sobre espaços obscuros mediante substituição de uma luminosidade direta por intensificadores de luz. Ou ainda, uma iluminação que seria também o correlato de uma visão que “enxergaria” no escuro, veiculada pelas câmeras de vídeo infravermelho que capturam imagens a partir do calor emitido pelos corpos⁹⁵. Com efeito, a partir da utilização dessas últimas tecnologias, observa-se o surgimento de uma nova percepção dos fenômenos, a qual seria organizada, de uma certa forma, sobre uma *visão térmica do mundo*⁹⁶...

Maquinarias do visível que operam uma varredura precisa e sistemática do espaço, as câmeras de vídeo parecem idealizar ainda mais a constituição de uma vigilância permanente, inseparável dos indivíduos, das situações, dos ambientes sobre os quais ela recai; todavia, diante das propriedades da ótica eletrônica, essa continuidade visual não é mais obtida a partir de uma contigüidade espacial, e sim por uma ausência de interrupção na difusão das imagens no tempo. A arquitetura do centro de vigilância se tornou um tipo de *régie-vídeo*, constituído

⁹³ Cf. VIRILIO, P., *O espaço crítico*, São Paulo: 34, 1999, p. 62. Ótica eletrônica, como uma “ótica que não resulta mais tanto das propriedades do vidro das lentes tradicionais, mas antes das propriedades da transmissão eletrônica, desta *transparência* das distâncias”. Entretanto, parece-nos difícil fazer uma economia das reflexões conduzidas por Virilio sobre os caracteres da ótica ondulatória eletrônica, bem como dos seus efeitos sobre a organização das experiências vivenciadas pelos indivíduos. Para um maior detalhamento dessa que seria para o autor compreendida como a “grande ótica”, ver os capítulos “L’optique cinématique” e “La grande optique”, respectivamente nos livros *L’inertie polaire* e *La vitesse de libération*.

⁹⁴ Cf. VIRILIO, P. *L’inertie polaire*, Paris: Christian Bourgois, 1990, pp. 10-11.

⁹⁵ Baseando-se nas estatísticas do ITARDA (uma instituição japonesa que estuda acidentes de trânsito), as quais revelavam que 70% dos atropelamentos acontecem à noite, a Honda (empresa japonesa fabricante de automóveis) apresentou, em meados de 2004, um novo sistema inteligente de visão noturna. Através da utilização de câmeras de infravermelho, posicionadas abaixo do pára-choque, esse sistema permite detectar pedestres que estejam na rota ou nas proximidades do veículo, fornecendo ao motorista alertas visuais e sonoros. Além de evitar atropelamento, o sistema teria como objetivo fornecer ao motorista uma visão mais efetiva das estradas e das ruas em períodos noturnos, principalmente em situações críticas, como nos pontos de cruzamentos, etc. As imagens são apresentadas ao motorista através de uma tela retrátil localizada sobre o painel. Durante o dia, ou quando o motorista desejar, a tela permanece recolhida, não atrapalhando a visão direta.

⁹⁶ Cf. HADNI, A. *L’infrarouge*, Paris: PUF, 1975, pp. 18-22

não mais por janelas abertas a um espaço vizinho, cujo acesso imediato aos indivíduos e aos objetos se tornava possível por intermédio de uma luz do dia solar ou do dia da eletricidade. De uma visão direta das janelas das construções arquitetônicas, contempla-se o advento de uma “visão indireta” da tela dos monitores de vídeo, os quais são compreendidos por Virilio como uma *terceira janela*⁹⁷, uma esquadria removível e portátil que se abre a um outro regime de visibilidade, àquele das partículas aceleradas de uma iluminação eletrônica.

Se a luz direta das radiações luminosas (seja a da lâmpada elétrica, seja a do Sol), possibilitava, segundo Virilio, a constituição de uma espécie de *transparência* “vulgar”, a luz indireta dos elétrons, dos fótons da ótica ondulatória dos sinais de vídeo provoca o surgimento de uma nova *transparência*. Uma *transparência* vinculada à sobreposição do “espaço real da visão” pelo “tempo real da imagem”, onde, de uma certa forma, a iluminação habitual dos ambientes cederia lugar às aparências instantaneamente transmitidas. “A luz permanece, portanto, como o único revelador das aparências sensíveis, mas é doravante a sua velocidade que ilumina, que dá a ver, em detrimento da claridade do dia solar ou do falso dia da eletricidade”⁹⁸.

De fato, se uma possível definição da palavra *transparência* se refere ao que se deixa facilmente atravessar pela luz, ou ainda o que permite distinguir claramente os objetos através da sua própria densidade – tal como o vidro, por exemplo –, verificamos que com a noção nova de interface em tempo real a *transparência* em Virilio muda de natureza. A *transparência* deixa de se referir às radiações luminosas do Sol ou da eletricidade para se relacionar com a celeridade das partículas elementares eletrônicas, tais como elétrons ou fótons, que se propagam à velocidade da própria luz. A superfície transparente torna-se o equivalente de um espaço atravessado pela luz indireta, por uma difusão imediata de uma iluminação eletrônica.

Por conseguinte, a noção de *transparência* supera o caráter único das aparências dos objetos dados a ver no instante do olhar, tornando-se o das aparências instantaneamente transmitidas, onde o termo proposto por Virilio, *trans-aparência*, refere-se ao tempo real e não apenas a uma *transparência* do espaço real. Com o desenvolvimento de um novo tipo de luz artificial, a transmissão “em direto” das aparências dos objetos se acrescenta à antiga

⁹⁷ Cf. VIRILIO, P. *O espaço crítico*, São Paulo: 34, 1999, pp. 55-80. Para o autor, a primeira janela compreendia a porta, a porta-janela, estrutura necessária ao acesso e, portanto, à realidade da residência. A esquadria propriamente dita seria, na verdade, a segunda janela, a qual dentre outras atribuições caberia a função de iluminação, possibilitando o acesso à luz exterior. Finalmente, a terceira janela seria a tela da televisão, a qual se torna o terminal da luz eletrônica, permitindo o acesso a esta luz indireta que revela um novo campo perceptivo: o *horizonte artificial*.

⁹⁸ Cf. VIRILIO, P. *L'inertie polaire*, Paris: Christian Bourgois, 1990, p. 108.

transparência do espaço real, a da atmosfera terrestre. A *transparência* direta, a natural, do ar, da água, é confrontada à *transparência* da ótica ondulatória eletrônica dos sinais de vídeo, com as aparências sendo comprimidas sobre uma só superfície: a interface do monitor.

A tela se torna uma espécie de transporte do olhar dos indivíduos, telescopia, fruto de uma radiação eletro-ótica que, segundo Virilio, decretaria o fim do mundo exterior, deste mundo de aparências imediatas que necessitava ainda de um movimento de deslocamento, da administração de um intervalo de espaço e de um certo lapso de tempo; intervalos “negativo” e “positivo” singularmente desvalorizados pelo intervalo da velocidade absoluta da luz, intervalo nulo destas ondas responsáveis da emissão eletrônica que, segundo o autor, recolocaria em causa não somente a noção filosófica de tempo presente; mas, sobretudo a de instante real. O tempo extensivo e cronológico se encontra progressivamente confrontado a uma temporalidade intensiva, orientada por um imediatismo, por uma instantaneidade.

“Com o excesso de velocidade, a visão se torna progressivamente a via, a via de acesso, de modo que a vida cotidiana pareça se tornar uma vigília ótica [veille optique], onde a visão substitui a vida, como se, desde já, presumindo chegar sem partir fisicamente, cada um se contentasse em permanecer em estado de espera diante do aparelho audiovisual, estimando provavelmente que o vetor *dromovisual* os alcance pela instantaneidade e pela ubiqüidade”⁹⁹.

A *transparência* da ótica ondulatória eletrônica dos sinais de vídeo compreenderia um outro horizonte de visibilidade, um *horizonte artificial* que não poderia se constituir senão por intermédio de uma emissão e de uma recepção em tempo real. É a partir desse outro horizonte que Virilio vai problematizar a formação de uma última perspectiva, a *perspectiva do tempo real*, onde a estética do aparecimento dos objetos ou das pessoas, os quais se encontravam no horizonte aparente das unidades de tempo e de lugar da perspectiva clássica, passa a conviver com uma *estética do desaparecimento* [esthétique de la disparition] de personagens distantes surgindo sobre o *horizonte indireto* de uma tela catódica, na qual a unidade de tempo predomina sobre a unidade do espaço¹⁰⁰. Para Virilio, a luz indireta da ótica eletrônica ilumina o espaço urbano provocando o aparecimento de uma *fratura morfológica* [fracture morphologique], cujo possível desdobramento poderia ser compreendido como um fenômeno

⁹⁹ Cf. VIRILIO, P. *L' horizon négatif*, Paris: Galilée, 1984, pp. 159-160.

¹⁰⁰ Cf. VIRILIO, P. *O espaço crítico*, São Paulo: 34, 1999, pp. 101-118.

de contração da cidade, uma fricção de lugares e elementos naturalmente distintos, bem como separados por intervalos de distâncias¹⁰¹.

O vídeo como máquina de visão projeta a imagem de um espaço fora do nosso alcance imediato, provocando o aparecimento de uma logística da percepção cujos caracteres inaugurariam uma transferência desconhecida do olhar, intensificando a constituição da *fratura morfológica*, um encaixe entre o próximo e o distante, um fenômeno de aceleração que aboliria o conhecimento dos indivíduos acerca das distâncias e das dimensões¹⁰². Essa *fratura morfológica* anunciada por Virilio conduziria os indivíduos, diante do advento da perspectiva do tempo real, a um universo topológico artificial, tornando a cidade um *espaço crítico*, uma massa eletrônica relativamente desprovida de dimensões espaciais. Diante desta súbita facilidade anunciada pelo autor de passar sem transição ou espera da imediata proximidade do visível para a visibilidade do que está para além do campo visual, a antiga distinção entre as dimensões e as distâncias parece não dispor mais de uma importância efetiva para a visão.

¹⁰¹ Os sentidos de uma estética do desaparecimento trabalhados por Virilio não se apresentam de uma forma muito precisa; contudo, a diversidade de considerações do autor sobre esses processos oriundos de uma transmutação das representações e dos fenômenos de observação parecem adquirir uma orientação, um segmento mais ou menos específico: o cinematismo. Na verdade, pode-se dizer que a estética do desaparecimento acenaria com a constituição de imagens e de formas instáveis, presentes por sua própria fuga, em detrimento de uma “estética do aparecimento”, a qual se caracterizaria pelas formas e imagens estáveis, reconhecidas pelo seu caráter estático. De uma forma geral, para Virilio, a estética do desaparecimento refletir-se-ia na revelação de um mundo orientado pelos vetores do movimento, dos meios de locomoção, dos veículos dinâmicos e dos veículos estáticos, também compreendidos como audiovisuais. Ver desfilar uma paisagem através da janela de um vagão ou de um automóvel é perceber os efeitos da inscrição da velocidade sobre o ambiente, considerados por Virilio como uma “dromoscopia”, deparando-se com um movimento de mundo que supre a locomoção do indivíduo cada vez mais sedentário. A paisagem, antes inerte, estável, anima-se progressivamente, torna-se uma “paisagem-rolante”. O ambiente toma para si o movimento, deslocando-se com uma rapidez proporcional à celeridade adquirida pelo veículo, até se desfigurar, a desaparecer totalmente, quando submetido às altas velocidades, no meio de riscos, de formas sem definição. Nos domínios da produção das imagens, a estética da aparição seria descrita por Virilio como a representação própria, por exemplo, da escultura e da pintura. As formas emergem de seus substratos – ou seja, o mármore para a escultura, a tela para a pintura –, sendo o suporte a essência da aparição da imagem. À “estética da aparição” na arte referir-se-ia então a uma imagem estável, presente por sua estática, pela persistência de seu suporte físico, da sua superfície de inscrição (pedra, madeira, mármore, tela). Com relação às imagens veiculadas pelos monitores de vídeo, é possível identificar também os efeitos de um cinematismo, o qual favoreceria a constituição da estética do desaparecimento. A estética do desaparecimento seria caracterizada pela presença de imagens instáveis, presentes por sua fuga, cujo suporte principal é a persistência retiniana, a do “tempo de sensibilização”, o qual escapa à nossa consciência imediata quando o limite dos 20 milissegundos é ultrapassado.

¹⁰² Cf. VIRILIO, P. *O espaço crítico*, São Paulo: 34, 1999, p. 27. A fratura morfológica como “a crise de um espaço substancial (contínuo e homogêneo) em benefício de um espaço acidental (descontínuo e heterogêneo) em que as partes, as frações (pontos e fragmentos diversos) tornam-se novamente essenciais, assim como o instante, a fração, ou mesmo fratura do tempo”. De uma certa forma, os efeitos descritos por essa fratura morfológica não seriam desenvolvidos exclusivamente a partir das características disseminadas pela ótica ondulatória eletrônica. Na verdade, o desenvolvimento do telescópio e do microscópio já produzia esse fenômeno de “encaixe”, provocando uma relativa indistinção entre as dimensões e as distâncias. Para Virilio o telescópio acenava com a constituição de uma visão independente da proximidade visual, ocasionando uma fusão / confusão entre a imediata proximidade do visível e a visibilidade do que está para além do campo visual. Por sua vez, o microscópio provocava o aparecimento de uma visão que se tornava independente de uma realidade macro ou micro-física, produzindo uma indistinção entre as dimensões, por assim dizer, naturais.

A *transparência* constituída sobre uma transmissão imediata e a distância das aparências, a *trans-aparência*, refere-se à ruptura progressiva da extensão, da dependência local, territorial e, sobretudo, do próprio horizonte como limites, como delimitadores do campo da visão. “De além-mar até além-céu, o horizonte separa a *transparência* da opacidade”¹⁰³, escrevia Paul Virilio acerca do potencial crítico relacionado ao regime de relações inter-pessoais, estéticas, sociais e políticas oriundo da aquisição recente da *velocidade de libertação*. Diante da constituição do horizonte artificial, compreendido pelo autor como um *horizonte indireto*, que desloca os sentidos relacionados não só a uma proximidade geográfica (com a anulação das distâncias de espaço), mas, de forma semelhante, a uma proximidade geométrica (com a relativa superação de uma perspectiva do espaço real por uma perspectiva do tempo real), o que separa a *transparência* da opacidade é a transmissão, a difusão contínua de imagens no tempo.

A vídeo-vigilância inscrever-se-ia justamente nessa lógica, em uma nova proximidade de caráter eletromagnético que, de uma certa forma, sucederia também à proximidade mecânica dos veículos dinâmicos, dos meios de transporte. No domínio do ordenamento da *transparência* indireta relacionada às tecnologias da vídeo-vigilância, a visibilidade dependeria fundamentalmente do trajeto, da velocidade das imagens, da velocidade da luz da eletro-ótica na atualidade. Por conseguinte, compreende-se melhor a importância conferida por Paul Virilio no entendimento da formação desse horizonte constituído sobre o tempo real, o qual, entre outros desdobramentos, veicularia a revelação de uma *transparência* fruto do caráter ondulatório eletrônico da realidade. Uma *transparência* vinculada à superação do espaço real da visão pelo tempo real da imagem, a uma sobreposição de uma visão direta por uma visão assistida, mediatizada.

Para Paul Virilio, a perda da importância da linha de horizonte da perspectiva geográfica, sob certas condições, tornaria extremamente necessária a criação de um horizonte de substituição. Um horizonte artificial de uma tela ou de um monitor capaz de demonstrar, de revelar incessantemente essa preponderância da perspectiva midiática sobre a perspectiva imediata do espaço¹⁰⁴. Os lugares, as superfícies, o ambiente territorial são apreendidos sob as orientações prescritas por uma perspectiva do tempo real, oriunda também do trajeto instantâneo e ubíquo da eletro-ótica, a qual desvalorizaria a existência do horizonte natural, a sua importância na delimitação da *transparência*. De fato, para além de nos informar, por intermédio da imagem retiniana, o mundo visual circundante, delimitado pelo horizonte

¹⁰³ Cf. VIRILIO, P. *La vitesse de libération*, Paris: Galilée, 1995, p. 11.

¹⁰⁴ Cf. VIRILIO, P. *La bombe informatique*, Paris: Galilée, 1998, pp. 24-25.

geográfico, a velocidade nos permite, através da formação de um *horizonte indireto* veiculado pelas transmissões em tempo real, visualizar o que se passa nas mais vastas distâncias quase que instantaneamente¹⁰⁵.

O conceito de *trans-aparência* desenvolvido por Virilio não compreenderia senão a súbita revelação de um espaço tele-presente que resulta de uma contração telúrica, de uma extensão geofísica que se comprime, que se concentra, relativizando a extensão das distâncias e das dimensões. Um verdadeiro *espaço crítico* que não deixa de estar presente em *Der Riese*, bem como nos mais diversas localidades urbanas, onde a vídeo-vigilância se organiza sobre esses circuitos da atualidade que transmutam a distância em interface luminosa, transformando a *transparência* num valor cujo vetor será a velocidade, o cinetismo e a potência de luminosidade. “O que se manifesta na tela catódica é o espaço de uma distância que se transmuta, diante dos nossos olhos, em energia luminosa, em poder de iluminação”¹⁰⁶. Para se ver, não se contenta mais em se dissipar a obscuridade, dissipa-se também o obstáculo da extensão, da distância, pela implacável perspicácia de um material de captura e de transmissão instantânea.

¹⁰⁵ Graças à capacidade de interação com tecnologias informáticas, existem inúmeras câmeras de vídeo espalhadas nas localidades mais diversas do globo cujos registros e imagens podem ser acompanhados em tempo real pela Internet.

¹⁰⁶ Cf. VIRILIO, P. *L'inertie polaire*, Paris: Christian Bourgois, 1990, p. 16.

2. A transparência numérica

“Excelente, Oskar, acredite num colega mais experiente. Não devemos estar nunca entre os espectadores, nosso lugar é o palco ou o picadeiro, somos nós que temos de representar o jogo e determinar a ação, pois de outra forma seremos manejados por eles, e costumam nos tratar muito mal”.
Günter Grass, *O Tambor*

No capítulo anterior, tomando como base a crescente utilização de câmeras de segurança nos mais diversos ambientes públicos e privados, observou-se que o privilégio concedido à perspectiva dromológica na leitura e no entendimento da transparência encontrava grande parte de suas justificativas na própria natureza e características relativas à vídeo-vigilância. Diferentemente do modelo geométrico empreendido, por exemplo, na *Ville de Chaux*, onde o controle sobre a paisagem urbana era articulado a uma transparência resultante de uma rígida disposição do espaço real, de um cálculo detalhado das formas, distâncias e dimensões dos elementos arquitetônicos, o monitoramento exercido pelas câmeras dependeria, essencialmente, do trajeto, da velocidade das imagens e da instantaneidade das transmissões. Superando as técnicas de organização do espaço material, do investimento sobre a arquitetura, a transparência regulada pelas propriedades do vídeo veicularia, por intermédio de uma celeridade absoluta, o acesso imediato a um espaço tele-presente, projetando a imagem de uma situação fora do nosso alcance direto.

No entanto, o caráter funcional da velocidade na organização de uma tele-vigilância parece não se encontrar restrito tão somente à celeridade dos trajetos, à propriedade de se transmitir instantaneamente as informações. A utilização relativamente atual de determinadas tecnologias de monitoramento, dispostas agora sobre ambientes informáticos e articuladas a processos de seleção, tratamento e recuperação de dados, torna necessária, dentro da proposta deste trabalho de se estabelecer uma leitura *dromológica* do controle, a elaboração de uma análise que pudesse reconhecer, apontar os possíveis elementos que justificariam a manutenção do privilégio conferido à velocidade na redefinição estratégica das relações entre a vigilância, a transparência e o poder. Nesse sentido, esta pesquisa deve se preocupar também em localizar o valor conferido à velocidade na constituição dessa vigilância exercida, agora, sobre as redes informáticas.

Acreditamos que os componentes estratégicos desses sistemas de coleta e de avaliação informacional, tais como os bancos de dados e os perfis computacionais, parecem ter a sua eficiência garantida por intermédio da própria velocidade de cálculo dos computadores, da

rapidez no processamento de um conjunto de dados. Com efeito, uma apreensão dromológica dos sistemas de vigilância dispostos na atualidade não seria tributária apenas dos investimentos recentes nas transmissões instantâneas, mas, de forma semelhante, do próprio movimento de aceleração submetido aos circuitos microeletrônicos das tecnologias informáticas. A funcionalidade das operações aritméticas e a eficácia do modo como as máquinas realizam a coleta e processam os dados, tornando transparente o extenso volume de informações acessadas e produzidas sobre o ambiente digital, não deixaria de se referir à capacidade, aos níveis de velocidade de cálculo relativos ao computador.

Além disso, a presença dos bancos de dados e dos perfis computacionais acenaria com a perda da importância da visão para a constituição da vigilância, tornando-a uma atividade dependente menos das ações do olhar do que das operações numéricas e automatizadas. Exercida sobre os dados obtidos na interação dos indivíduos com as inúmeras interfaces digitais que regulam a sua vida cotidiana, essa vigilância não se referiria mais a um domínio ótico, mas a um tratamento estatístico e informático. Veiculando um conteúdo fragmentado e extremamente numeroso, as informações coletadas não são em si mesmas clarividentes e flertam, na maioria das vezes, com uma ausência de sentido, o que torna necessária a disposição de ferramentas para tornar legíveis, transparentes, as situações monitoradas. Entretanto, diferentemente das câmeras de vídeo presentes, por exemplo, na Berlim de Michael Klier, onde o material registrado era oferecido a um observador, no contexto da vigilância vinculada aos bancos de dados e perfis computacionais, o registro e a apreensão da informação, destituídos definitivamente de uma visão direta ou indireta, são realizados pela e para a máquina.

Diante de tal consideração, o próprio conceito de transparência, comumente entendido como um fenômeno ótico, deve ter o seu sentido revisto. Quais são os vetores que regulariam esse reconhecimento imediato das situações possibilitado, agora, por intermédio dos processos de seleção, tratamento e avaliação das informações? Ou antes, quais são os procedimentos relativos às tecnologias digitais que identificariam ou, pelo menos, favoreceriam a presença e a realização das atividades da vigilância? Quais são as razões que motivariam esse empreendimento da *transparência* sobre as tecnologias comunicacionais? Quais os setores beneficiados? E, de um modo mais importante, como a velocidade acabou se tornando, novamente, um dos vetores privilegiados na regulação das relações entre a *transparência* e a vigilância exercidas sobre o espaço informacional?

Essas são algumas das questões que este capítulo pretende desenvolver.

2.1) Bancos de dados e perfis computacionais: a informação sob vigilância.

“Quando Jesus Cristo diz que ‘Bem-aventurados os que têm fome, porque eles serão saciados’, ele faz um cálculo de probabilidades”.

Charles Baudelaire, *Meu coração desnudado*

Não é difícil perceber que, na atualidade, a arquitetura de vidro, a cidade transparente, cujo menor ponto se encontra submetido às atividades de um olhar, corresponderia, sobretudo, a uma difusão generalizada da luz eletrônica. Isso porque, recentemente, a *transparência*, assim como a própria iluminação dos espaços públicos e privados, não poderiam ser compreendidas adequadamente caso fossem omitidos o direcionamento e a distribuição estratégica cada vez mais intensificados de uma *luz indireta*¹⁰⁷ que, entre outras finalidades, permite a visualização das situações, das atividades vivenciadas em inúmeros contextos. Referindo-se a uma esfera distinta dos processos relativos a uma iluminação tradicional, a veiculação de uma iluminação eletrônica acenaria com o emprego generalizado de câmeras de vigilância, dessas interfaces eletrônicas que se tornaram um dos elementos mais presentes no cotidiano das cidades.

De fato, os inúmeros aparelhos arquitetônicos e urbanísticos, tais como logradouros públicos, condomínios, escolas e universidades, bancos, supermercados, estações de metrô ou shopping centers, passaram a conviver cada vez mais com esses novos acessórios, essas diferentes luminárias que seguem iluminando os ambientes de circulação pública. E assim como a presença de lamparinas a gás ou das lâmpadas elétricas se tornou, no decorrer dos séculos anteriores, um dos elementos constitutivos da vida das cidades, as luminárias eletrônicas são progressivamente integradas à rotina e às estruturas necessárias ao funcionamento habitual dos espaços, adequando-se, inclusive, aos demais componentes da paisagem urbana. Afinal, diante de uma proliferação cada vez maior das câmeras de vídeo em uma diversidade de situações, deparar-se com essas máquinas de visão já não causa mais, ao longo dos últimos anos, tanta estranheza.

Naturalmente, o vídeo como suporte de uma transmissão instantânea e a distância das aparências permite, no caso de uma difusão direta, a observação de imagens em movimento de uma situação no momento mesmo onde ela se dá, tornando imediatamente visíveis os fenômenos registrados; contudo, excetuando-se alguns casos, como por exemplo, a vigilância objetivando a constituição de “vídeo-provas” em inquéritos, a execução de flagrantes ou de

¹⁰⁷ Cf. VIRILIO, P., “La lumière indirecte” In: *L’ inertie polaire*, Paris: Christian Bourgois, 1990, pp. 9-37.

investigações policiais sigilosas, as câmeras de vídeo não agiriam simplesmente propiciando, através da luz eletrônica, a visualização dos ambientes monitorados. A fim de possibilitar o pleno funcionamento dos circuitos da vídeo-vigilância, além de tornar os espaços visíveis, transparentes ao olhar, a fonte de iluminação eletrônica deve se tornar ela mesma imediatamente perceptível, verificável.

Não é por acaso que as práticas de vigilância operacionalizadas pelas câmeras de vídeo seriam quase sempre caracterizadas pela sua evidência. Na verdade, é preciso que essa presença descrita como contínua e excessiva de um olhar – o qual, pretensamente, veicularia uma visibilidade total das situações –, seja percebida, assimilada, a fim de que a certeza da possibilidade de se encontrar sob vigília em um determinado espaço possa evitar atos ou situações desfavoráveis. Dado que o conhecimento dos indivíduos acerca da sua potencial situação de observação os condicionaria a adotar um comportamento desejável¹⁰⁸, desviando suas intencionalidades de praticar algum ato irregular, o estabelecimento de medidas que tornem explícitas essas condições se apresenta como fundamental à eficiência desses processos de vigilância. Objetivando constituir esse sentimento de exposição, sugerindo a situação de monitoramento, uma das iniciativas frequentemente empregadas corresponderia à veiculação de mensagens, de anúncios dispostos sempre em localidades visíveis que informam aos indivíduos a existência de câmeras no ambiente em questão.

Entretanto, a utilização de determinadas tecnologias tem demonstrado que os procedimentos de vigilância nem sempre são organizados de modo a se tornarem explicitamente presentes nos ambientes, nos espaços aos quais se destinam. Diferentemente das condições dispostas pela utilização das câmeras de vídeo ou pela arquitetura panóptica, os comportamentos, os movimentos dos indivíduos vêm se tornando objetos de um controle relativamente contínuo por uma série de tecnologias, onde a existência da vigilância parece não ser imediatamente sugerida ou identificada. Além disso, a própria presença de uma fonte luminosa – seja por intermédio da difusão de uma *luz direta*, seja mediante veiculação de uma *luz indireta* – vem deixando de ser uma condição fundamental para a constituição desses processos de vigilância que, apesar da sua forma relativamente invisível, alcançariam os seus objetos de um modo ainda mais intensificado, alojando suas práticas nas atividades habituais que regem social e culturalmente a vida de milhões de indivíduos.

¹⁰⁸ Cf. VITALIS, A. & HEILMANN, E., “La vidéosurveillance: un moyen de contrôle à surveiller” in *Le Courrier du CNRS* nº 82, maio de 1996. A vídeo-vigilância como um comando de comportamentos, incidindo, fazendo-se presente nas ações desenvolvidas pelos indivíduos no seu cotidiano.

Uma das imagens mais significativas que ilustraria essa aparente convergência entre os mecanismos de controle e as atividades habituais dos indivíduos sobre os ambientes monitorados, compreenderia a vigilância operacionalizada por intermédio de processos de seleção, de tratamento e de recuperação de informações coletadas sobre uma quantidade exorbitante de interfaces, de tecnologias digitais presentes nos espaços mais diversos. Confundindo-se com o próprio fluxo cotidiano de trocas informacionais – o que justificaria, em parte, a sua suposta invisibilidade –, essa vigilância inscrita sobre as interações desenvolvidas no ambiente tecnológico seria constituída, fundamentalmente, a partir de uma série de mecanismos que monitoram e analisam os dados acessados e produzidos pelos indivíduos.

Embora a utilização da vídeo-lâmpada eletrônica nos espaços se confunda cada vez mais com a disposição das luminárias elétricas, integrando-se à rotina, ao funcionamento natural dos ambientes, a sua existência, conforme apontado anteriormente, é quase sempre sugerida, evidenciada pela adoção de procedimentos que identificam e informam a sua presença. Com relação ao monitoramento exercido sobre as interfaces e suportes informáticos, percebe-se que há um deslocamento nessa mecânica. Afinal, o conhecimento dos indivíduos acerca da sua potencial situação de observação, a consciência de que quase todas as suas ações e comportamentos podem ser objetos de uma retenção, de um registro, poderia restringir, de uma certa forma, o volume e a diversidade das informações construídas e acessadas sobre essas tecnologias, diminuindo, conseqüentemente, a capacidade e a eficiência da vigilância.

Ao mesmo tempo, não se pode deixar de reconhecer a efetivação de uma relação inversa, disposta pela existência cada vez maior de um número de freqüentadores do ciberespaço que se submetem voluntariamente às possibilidades de vigilância. Além da presença excessiva de *webcams* conectadas à rede, de diários pessoais *on-line*, onde uma diversidade de indivíduos acena de bom grado com a possibilidade de ter os seus gestos e comportamentos mais cotidianos observados, muitos usuários aceitam ter as suas ações monitoradas a fim de que o seu acesso às informações seja facilitado por uma série de disposições práticas. Diante de uma imensa quantidade de opções, de informações, o conhecimento obtido a partir de uma retenção e de uma análise estratégicas dos dados produzidos e acessados favoreceria a constituição de mecanismos que auxiliariam os indivíduos a encontrar, na rede, o que realmente desejam ou lhe interessa.

O fato é que, paralelamente a uma aparente ausência ou a uma explícita presença de mecanismos de controle sobre tais espaços, a suposta invisibilidade, o sentimento de se

constituir como um objeto furtivo, amparado por uma diversidade de procedimentos securitários – tais como a criptografia – que garantiriam o sigilo nas atividades, tornam-se alguns dos elementos estratégicos que estimulariam a realização de determinadas transações sobre a rede, principalmente, as que envolveriam operações bancárias. Diferentemente dos espaços públicos tradicionais, onde a iluminação auxiliava a constituição de uma sensação de segurança, mover-se de forma protegida pelo espaço informacional, em certas situações, significaria deslocar-se na obscuridade, no sentido de ter as suas ações livres dos olhares, das possibilidades de visualização. É essa ausência de luz, como uma metáfora da constituição de um ambiente opaco, cuja visualização das suas situações não se torna possível, que implicaria, às vezes, a configuração de espaços mais seguros.

Por outro lado, para além de uma presença visível ou não da vigilância e das situações de invisibilidade dos indivíduos nas suas transações informáticas, é preciso, diante do próprio conceito de transparência, insistir sobre os sentidos dessa aparente ausência da luz, verificando quais são os vetores que operariam essa reconfiguração dos sistemas de vigilância orientados agora sobre os processos de seleção, de tratamento e de avaliação da informação, cujos suportes mais imediatos corresponderiam à formação dos bancos de dados e dos perfis computacionais [profile]. Prescindindo da presença de uma *iluminação*, da veiculação de uma luz solar, elétrica ou eletrônica – característica fundamental para a visualização das situações –, essas tecnologias acenariam com a perda da importância da visão para a constituição de uma vigilância que, assim como a própria transparência, torna-se menos um fenômeno oriundo das propriedades da ótica do que dos processos relativos às operações numéricas e automatizadas.

É verdade que todo essa incursão sobre os fatores que caracterizam a presença ou a ausência da luz pode parecer, a primeira vista, inutilmente excessiva; mas não realizá-la seria, sob certos aspectos, menosprezar a considerável importância das suas propriedades práticas e simbólicas inscritas nas formas de entendimento da *transparência* anteriormente estudadas. No modelo espacial, sobretudo no Panóptico de Jeremy Bentham, observou-se que a luz e a *transparência* se relacionavam delimitando, pelo menos, dois sentidos: o primeiro corresponde à funcionalidade prática, uma vez que o edifício, encontrando-se banhado de luz, estaria livre das sombras, dos recantos e dos ângulos inacessíveis à visão, caracterizando-se como um meio próprio, adequado à inspeção do olho invisível. O segundo corresponderia às próprias metáforas da luz, onde a irrupção benevolente de seus princípios destituiria os ambientes de toda irracionalidade, favorecendo, por intermédio das ações de uma observação

direta¹⁰⁹, bem como de outros processos específicos, a organização e a produção de um saber. No Panóptico, edificação concebida ao mesmo tempo como um templo luminoso e transparente, “nenhuma opacidade faz obstáculo à razão”¹¹⁰.

Por sua vez, a *trans-aparência*, disposta no exemplo das câmeras de vídeo, além de ser constituída pelo emprego de uma espécie de iluminação catódica – aquela que se acende no monitor e permite a visualização das situações –, mostra-se também como tributária da própria luz da velocidade. É a celeridade da luz, representada pela difusão imediata dos fenômenos registrados, que permite que a visualização de uma situação seja realizada no momento mesmo onde ela se dá. A possibilidade da manipulação de uma iluminação eletrônica dissociou a transparência de uma ordenação do espaço real, prescrito pelas distâncias e dimensões ditas naturais, para relacioná-la com o tempo real, vinculado, sobretudo, às partículas eletromagnéticas transmitidas instantaneamente a distância. Assim não seria difícil concluir que a luz da *trans-aparência* corresponderia, de fato, à luz da velocidade, a essa celeridade limite que seguiria empreendendo uma nova forma de entendimento e valoração das distâncias de espaço e de tempo.

No contexto dos *bancos de dados* e dos *perfis computacionais*, diferentemente dos exemplos acima comentados, a linguagem formalizada, as instruções dos programas e os procedimentos algorítmicos suplantariam o espaço e os sistemas óticos, tornando relativamente desnecessária à constituição da transparência a trajetória das ondas luminosas restituídas direta (no meio ótico tradicional) ou indiretamente (no meio ótico eletrônico) pelos objetos sob vigilância. Com efeito, a transparência e a vigilância relacionadas a tais tecnologias poderiam ser compreendidas como entidades numéricas, uma vez que elas se configuram a partir não tanto de impressões luminosas, as quais seriam veiculadas pela organização e ordenamento dos espaços materiais – tal como sugerido no modelo espacial da transparência –, ou pelo imediatismo das transmissões – conforme apontado nos princípios reguladores da *trans-aparência* –, mas por intermédio de cálculos, símbolos e demais programações inscritas sobre a multiplicidade de suportes informáticos que, progressivamente, colocar-se-iam entre os indivíduos e tudo aquilo que estes desejam fazer.

Em um conhecido trabalho, David Lyon já observava que é a partir de uma interação, de uma interconexão ou de uma inter-relação entre os indivíduos e os inúmeros ambientes

¹⁰⁹ Não é demais lembrar que o Panóptico se encontra circunscrito por uma configuração epistemológica do pensamento que coloca sobre o mesmo solo a axiomática ideológica e as efetivas empiricidades, com todos os aparatos concretos que elas demandam.

¹¹⁰ Cf. MILLER, J. - A., “A máquina panóptica de Jeremy Bentham”. In: SILVA, T. T. (Org.). *O Panóptico*, Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 81.

informáticos que os cercam – comum às especificidades, às características de uma cultura digital, numérica, difundida ao longo dos últimos anos – que a vigilância vem se tornando progressivamente disseminada, atrelada às atividades e situações habituais vivenciadas em quase todas as situações e contextos possíveis.

“Vigilância, conforme descrita aqui, refere-se ao mundano, ao cotidiano, ao mundo auto-evidente [taken-for-granted world], sacando dinheiro em terminais eletrônicos de bancos, realizando uma chamada telefônica, solicitando licenças médicas, dirigindo um carro, usando um cartão de crédito, recebendo propaganda pelos correios [junk mails], pegando livros emprestados em uma biblioteca, ou cruzando uma fronteira em viagens pela estrada. Em cada caso mencionado, computadores registram nossas transações, procuram por outros detalhes conhecidos, garantem que somos nós e não outros que temos a conta a pagar, armazenam bits de nossa biografia ou acessam nossa situação financeira, legal ou nacional. Cada vez que nós fazemos uma dessas coisas, atualmente ou potencialmente, deixamos um traço de nossas ações. Computadores, bem como as respectivas comunicações associadas, mediam todos esses tipos de relacionamentos; participar da sociedade moderna é estar sob vigilância eletrônica”¹¹¹.

Sabe-se que a intrínseca flexibilidade, o caráter sempre múltiplo das suas aplicações, possibilitou que a informática aumentasse gradativamente a sua participação na vida de inúmeros indivíduos, modificando, de um modo irreversível, a forma como são desenvolvidas as ações mais habituais. Já no início dos anos oitenta, a chegada do micro-computador ampliou o papel da informática – até então, quase que restrito aos tradicionais cálculos científicos e à gestão de grandes organismos –, permitindo a sua utilização em uma série de contextos, tais como o gerenciamento e a execução de inúmeras atividades. Hoje, além de favorecer a automação de serviços ou o desenvolvimento de uma diversidade de produtos, os computadores se desvencilham dos seus teclados e dos seus monitores para se integrarem aos automóveis, eletrodomésticos, aparelhos audiovisuais, celulares, próteses médicas e a demais objetos amplamente difundidos no cotidiano.

Com o advento e a expansão das telecomunicações, das redes, as funções do computador foram intensamente modificadas, tornando-se menos um sistema independente, uma máquina de cálculo isolada, do que uma espécie de suporte localizado da sociedade da informação. Em um mesmo movimento, o número e a diversidade de objetos e serviços “informatizados” que são conectados a Internet é cada vez maior, colocando os indivíduos em

¹¹¹ Cf. LYON, D., *The electronic eye: The rise of surveillance society*, Cambridge: Polity Press, 1994, p. 4.

um contato relativamente contínuo com um sistema de coleta, de registro e de transmissão de informações. Tal situação é potencializada pela própria natureza relativa ao ciberespaço, pensado e concebido para fornecer suporte a quase todos os tipos de rede e de computadores, adaptando-se, inclusive, a múltiplos terminais, tais como celulares, televisores, assistentes numéricos pessoais, livros eletrônicos ou *MP3 players*. Além disso, a Internet reuniria sobre um mesmo suporte o áudio, a imagem fixa, animada e o próprio texto, direcionando e conduzindo esses conteúdos por intermédio de redes de telefonia, cabo ou satélite.

Essa associação entre terminais, redes e mídias facilitaria a criação de bases de dados detalhadas e numerosas que, não se contentando mais em armazenar apenas identificações pessoais – tais como estado civil, idade, nome, nacionalidade ou endereço –, atuariam freqüentemente registrando uma variedade de informações comportamentais dos indivíduos de um modo ainda mais refinado e contínuo. A obtenção dessas informações seria realizada a partir dos próprios movimentos efetuados sobre a rede, por intermédio de um monitoramento e registro das atividades mais diversas que caracterizam o funcionamento habitual dos ambientes sob vigilância. Em linhas gerais, “a convergência da informática com as telecomunicações criou uma situação em que o campo de comportamentos, ações e comunicações dos indivíduos muitas vezes coincide com os próprios sistemas de coleta, registro e distribuição das informações”¹¹².

De fato, os processos de coleta, de tratamento e de avaliação das informações seriam desenvolvidos, potencializados, mediante sujeição imperceptível e quase natural dos indivíduos aos mecanismos e esquemas que definem o modo de funcionamento desses sistemas de vigilância, cujas ações se encontram, de um certo modo, diluídas nas características dos próprios ambientes monitorados. Ao interagirem com as tecnologias digitais amplamente difundidas no cotidiano, os indivíduos acabam fornecendo, com ou sem o seu consentimento explícito, indícios que identificam os seus hábitos e preferências, favorecendo a constituição de uma vigilância e de um controle cujos suportes privilegiados compreenderiam a informação, os *bancos de dados* e os *perfis computacionais*.

Objetos de um investimento constante por parte das técnicas de marketing, os traços, os dados apreendidos nas interações desenvolvidas sobre os sistemas informáticos são utilizados, entre outras situações, como meio de classificar os consumidores, categorizando e delimitando, por intermédio de sugestões e apelos comerciais, as potencialidades de cada indivíduo. Nos processos referentes à constituição dos perfis, as informações pessoais

¹¹² Cf. BRUNO, F., “Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas”. In: *Revista Fronteira*, São Leopoldo / RS, v. VIII, 2006, p. 156.

coletadas são combinadas com outros dados individuais, determinando a formação de grupos com características e comportamentos comuns, cuja finalidade mais imediata seria a projeção e a delimitação do que cada um precisa e deve consumir¹¹³. Nesse sentido, não seria inexato reconhecer o caráter persuasivo inscrito nas chamadas publicitárias, bem como a padronização, a modelagem de comportamentos implicadas na apreensão dos indivíduos segundo relações de afinidade, como partes do conjunto de mecanismos que caracterizariam e regulariam o funcionamento da vigilância e do controle vinculados à organização da *transparência* numérica.

Convém observar que a vigilância e o controle exercidos a partir dos processos de seleção, de tratamento e de avaliação de dados não se encontrariam restritos tão somente às esferas do comércio, da publicidade ou do marketing relacional. A coleta e o uso das informações pessoais, longe de se encontrarem limitadas à distribuição inclusiva dos indivíduos em células de consumo – segmentando-os segundo as suas potencialidades e preferências –, são utilizadas, com igual vigor, para excluí-los de determinadas oportunidades e serviços, tal como ofertas de emprego, crédito em financeiras, associação a planos de saúde¹¹⁴. No campo das seguradoras, por exemplo, a avaliação e o cruzamento de dados relativos à faixa etária, informações genéticas e hábitos de vida possibilitariam, entre outros aspectos, correlacionar a presença de determinadas características à probabilidade de ocorrência de certas doenças¹¹⁵. Essas associações poderiam ser utilizadas para a configuração de perfis que apontariam para indivíduos potencialmente portadores de enfermidades crônicas e dispendiosas, implicando uma possível rejeição destes por parte das seguradoras.

As possibilidades demonstradas pelos bancos de dados e perfis computacionais são extremamente numerosas; contudo, todas elas parecem se referir, de uma certa forma, a um modelo preditivo, em que a imposição do imediatismo do tempo real parece desfrutar cada vez mais da companhia de uma espécie de *urgência do futuro*. A análise e a antevisão de cenários, a previsão de fraudes e inadimplência, a otimização dos riscos nas análises e nas ofertas de crédito, gerando uma influência imediata sobre os comportamentos e ações dos indivíduos, são apenas alguns dos exemplos que se incorporariam a essa lógica antecipatória, cujos interesses e necessidades seguiriam regulando e prescrevendo o funcionamento da

¹¹³ Cf. GANDY, O. H., *The panoptic sort: a political economy of personal information*, Boulder: Westview Press, 1993.

¹¹⁴ Algumas financiadoras utilizam os bancos de dados e perfis computacionais com o objetivo de identificar potenciais inadimplentes, vetando aos mesmos o fornecimento de crédito. Ao mesmo tempo, há um número cada vez maior de agências de emprego que realiza uma coleta e uma avaliação rigorosa dos dados dos candidatos, pretendendo verificar se eles se enquadram ou não no perfil desejado pela empresa.

¹¹⁵ Cf. BRUNO, F., “Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas”. In: *Revista Fronteira*, São Leopoldo / RS, v. VIII, 2006, pp. 152-159.

aquisição e da análise das informações. De uma forma geral, pode-se dizer que a vigilância e o controle articulados à organização de uma *transparência* numérica devem ser apreendidos, em grande parte, nos seus caracteres especulativos e discriminatórios, bem como na simulação de situações, identidades e de eventuais desejos.

Ainda com relação à composição dos bancos de dados e dos perfis computacionais, é preciso destacar que o espaço, a disposição material não compreenderia uma condição fundamental para a constituição dessa vigilância inscrita sobre as tecnologias digitais. Isso porque os dados veiculados pelas interfaces informáticas – quer se apresentem sob forma escrita, gráfica ou sonora, quer se encontrem em forma videográfica – são portadores de uma codificação, de uma seqüência matricial estruturada em bits [Binary digit], as unidades fundamentais da linguagem digital. Essa desmaterialização possibilita, entre outras considerações, a expansão da capacidade de estocagem de informações, bem como torna mínimas as dimensões físicas dos arquivos. Bancos de dados cada vez mais extensos e detalhados podem ser armazenados em larga escala, não implicando, porém, a necessidade de volumes materiais significativos, de um mobiliário e equipamentos que ocupariam aéreas, porções de espaço consideráveis.

Além disso, a conversão e a produção das informações em matrizes numéricas, associadas às próprias características das telecomunicações – semelhante aos desdobramentos da *transparência indireta*, desenvolvida sobre as características da *ótica eletrônica* e relativa, por exemplo, à utilização de câmeras de vídeo –, possibilitariam a circulação instantânea de uma imensa quantidade de dados entre computadores espalhados por todo o planeta. A partir da velocidade relacionada às tecnologias telemáticas, da transmissão imediata entre computadores, apagam-se, de uma certa forma, as diferenças materiais de posição, suprimindo o caráter morfológico que conferia sentido à distinção entre as noções de “próximo” e “distante”¹¹⁶. A coleta, a transmissão e a recuperação de dados superariam as maiores distâncias, as extensões mais vastas, caracterizando uma vigilância que se constituiria sobre um ambiente sem referência estável, onde nenhum de seus objetos pode se considerar separado por obstáculos físicos ou por grandes distâncias de tempo.

Nesse sentido, a compactação das informações, a capacidade de armazenar grandes volumes de dados em arquivos e suportes de dimensões mínimas, conviveria com o próprio

¹¹⁶ Aqui, recupera-se a noção de *fratura morfológica* trabalhada por Paul Virilio – já descrita na segunda unidade do nosso trabalho –, com a transmissão instantânea dos dados favorecendo ainda mais a constituição desse espaço acidental, heterogêneo, onde as noções de proximidade já não podem ser apreendidas através das distâncias e dimensões ditas naturais. Para um maior esclarecimento sobre o conceito de fratura morfológica desenvolvido pelo autor, ver o seu livro *O espaço crítico*, São Paulo: 34, 1999, pp. 26-30.

encolhimento do mundo, com essa estranha contração que, diante da celeridade das telecomunicações, foi aproximando todos os lugares, todas as superfícies. E se os espaços geográficos seguem sendo contraídos em proporção direta ao progresso da velocidade¹¹⁷, os efeitos da celeridade parecem ser igualmente intensos na sua relação com o tempo. Não só a localização, mas também a própria temporalidade, as distâncias de tempo seriam achatadas em face do desenvolvimento do ambiente digital, desse não-lugar que se abriria desmaterializado, livre de certas restrições geográficas e construído sobre as transmissões de dados instantâneas veiculadas pela associação da informática com as telecomunicações. Assim como na *trans-aparência*, a veiculação dessa velocidade limite¹¹⁸, absoluta, pelas tecnologias informáticas agiria encurtando significativamente as distâncias de espaço e de tempo.

O fato é que, apesar da sua reconhecida importância, o papel da velocidade para a vigilância numérica não estaria restrito tão somente à celeridade dos trajetos, à circulação extremamente rápida veiculada pelas tecnologias da comunicação e da informação. Diferentemente dos processos relativos à instantaneidade da emissão luminosa dos sinais de vídeo – próprios à *ótica eletrônica* –, em que a *trans-aparência* proposta por Virilio seria constituída fundamentalmente sob os domínios do *trajetivo*, a vigilância relacionada aos mecanismos de coleta, registro e tratamento de informações tem a sua funcionalidade igualmente garantida por intermédio da própria velocidade de cálculo dos computadores, na sua rapidez no processamento e no cruzamento de um conjunto de dados.

Certamente, o imediatismo na circulação das informações se mostra como uma condição essencial à eficiência dessa vigilância desenvolvida sobre as tecnologias informáticas – com os seus processos sendo inscritos também sobre o horizonte da *trajetividade*¹¹⁹ –, uma vez que a velocidade das transmissões permite a comunicação instantânea entre computadores separados pelas mais vastas distâncias. Entretanto, no contexto das operações numéricas, a velocidade como um dos vetores privilegiados na redefinição estratégica das relações entre a vigilância e a *transparência* deve ser apreendida,

¹¹⁷ Cf. SALMON, J. - M., “L’ accélération de l’ Histoire”. In: *Un monde à grande vitesse. Globalisation, mode d’emploi*, Paris: Seuil, 2000, pp. 30-32.

¹¹⁸ Convém lembrar que dentro dessa velocidade limite são desenvolvidas outras velocidades, de diferentes naturezas, como, por exemplo, a velocidade relacionada à capacidade de enviar informações por um determinado canal, a largura de banda, relativa à quantidade de bits enviados por segundo.

¹¹⁹ Cf. VIRILIO, P. & PETIT, P. “La perte du monde ou comment retrouver le corps propre”. In: *Cibermonde: la politique du pire*, Paris: Textuel, 1996, p. 40. O território passa a conviver não apenas com os trajetos dos veículos tradicionais, mas com os trajetos generalizados das imagens e dos sons, signos característicos do último veículo, cuja representação corresponderia ao vídeo, às interfaces informáticas, bem como demais meios que veiculariam instantaneamente essas informações.

igualmente, na rapidez na captura e na análise dos dados. À velocidade da luz, à celeridade limite, acrescenta-se a potência de cálculo dos computadores, a sua rapidez na execução dos procedimentos necessários à coleta, ao tratamento e à recuperação das informações.

O próprio *poder do computador* [computer-power]¹²⁰, disposto por Lyon como um dos suportes da capacidade da vigilância atual, não deixaria de se referir, além da possibilidade de armazenamento de um grande volume de dados, à velocidade no ordenamento das informações. Em um movimento paralelo a uma redefinição permanente das arquiteturas, dos aplicativos relativos à estocagem de dados – a fim de que os mesmos possam substanciar o crescimento acelerado da produção da informação digital –, há uma demanda crescente pela aquisição de técnicas cada vez mais eficientes para o tratamento dessa densidade informacional constituída pela multiplicidade de interfaces presentes no cotidiano. Essa eficiência estaria relacionada, em parte, à velocidade com a qual os computadores realizam as seqüências regidas por uma cadeia de bits, pelas instruções referentes a uma determinada programação algorítmica.

Tal consideração permitiria compreender o poder dos computadores como sendo também um *poder dromológico*¹²¹, com a lógica da corrida se deslocando do dinamismo dos corpos automotivos ou das transmissões instantâneas para se integrar igualmente à aceleração submetida aos circuitos microeletrônicos das tecnologias informáticas. Símbolos desse investimento tecnológico, da produção de velocidade, os processadores têm constantemente as suas estruturas modificadas no intuito de fornecer uma maior rapidez na execução das operações numéricas que lhes são solicitadas¹²². A freqüência dessas transformações se tornou, nos últimos trinta anos, tão intensa que muitos especialistas observaram na história dos microprocessadores, tendo em vista tanto a sua duração, quanto a sua amplitude¹²³, a mais formidável evolução tecnológica das atividades humanas. Esse ritmo de velocidade submetido

¹²⁰ Cf. LYON, D., *The electronic eye: The rise of surveillance society*, Cambridge: Polity Press, 1994, pp. 40-56.

¹²¹ Cf. VIRILIO, P. “Le progress dromologique”. In: *Vitesse et politique: essai de dromologie*, Paris: Galilée, 1977, pp. 47-64.

¹²² Seja por intermédio da diminuição dos materiais técnicos que, dentre outras considerações, permitiriam aumentar a freqüência dos *clocks*, seja constituindo arquiteturas mais rápidas baseadas na utilização de superposições na execução das instruções – onde a realização das operações solicitadas por uma programação se dá antes mesmo do término das tarefas precedentes –, a demanda pela velocidade na construção das tecnologias microeletrônicas parece ser insaciável. Para um detalhamento breve sobre o modo como os processadores vêm sendo freqüentemente alvos de reconfigurações, de remanejamentos no seu conteúdo estrutural a fim de que a sua performance e a sua velocidade de cálculo sejam cada vez mais ampliadas, ver o artigo de François Anceau, “De Von Neuman aux super-microprocesseurs”. In: MICHAUD, Y. (org.), *Université de tous le savoirs n.º 7 (Les Technologies)*, Paris: Odile Jacob, 2003, pp. 23-42.

¹²³ Cf. ANCEAU, F., “La saga des microprocesseurs, la course à la puissance”. In: *Cerveau et machines*, novembro de 1998. Disponível em: <http://lmi17.cnam.fr/~anceau/Documents/FBull_Hermes.pdf>. Acesso em: 29 de junho de 2006.

à construção dos processadores é comumente denominado Lei de Moore, uma referência direta ao nome do seu criador.

A lei de Moore seria um dos correlatos dessa busca, desse desejo de velocidade que se inscreve sobre quase todos os horizontes do desenvolvimento tecnológico. O culto da velocidade, concretizado na conjunção de duas predisposições, o *ganhar tempo* e o *devorar espaços*¹²⁴ – objetos que, de uma certa forma, tornaram-se simultaneamente significativos e ilusórios – é atualizado pelo investimento na rapidez do cálculo, na capacidade de processamento. Um breve sobrevôo na história da microinformática mostraria que, nas últimas décadas, a potência dos computadores vem sendo relacionada principalmente aos níveis de velocidade, à aceleração no controle e na execução simultânea dos programas e das operações de cálculo e de lógica. O processador, bem como outros componentes microeletrônicos do computador, têm a concepção ordenada e regida a fim de fornecer performances cada vez mais acentuadas, gerando máquinas cujas potências (velocidades) no tratamento das informações não cessam de ser ampliadas.

Convém lembrar que a *transparência* das informações produzidas e acessadas pelos indivíduos é operacionalizada, em parte, pelas características inerentes às transações digitais que, ratificando as características das ações cotidianas apontadas por Lyon na passagem anteriormente citada, sempre deixariam vestígios, traços facilmente recuperáveis por uma diversidade de organismos. Entretanto, diferentemente de outros suportes eletrônicos, de outras interfaces digitais, como os terminais relativos aos cartões de crédito, as impressões numéricas referentes às ações desenvolvidas sobre a Internet são extremamente numerosas e variadas. Esses indícios podem informar, entre outras verificações, a página eletrônica consultada, a participação em determinados fóruns e listas de discussão, o acesso a bancos de dados ou a natureza e as características dos serviços e produtos adquiridos *on-line* pelos indivíduos.

A presença desses traços relativamente *invisíveis* tornaria o ambiente virtual quase que o espaço ideal, o segmento privilegiado para a constituição de uma vigilância, uma vez que ele reúne condições que possibilitam o registro, o conhecimento da menor ação desenvolvida nas suas localidades, nas suas ramificações mais diversas. As conveniências, os potenciais de interatividade oferecidos pelas interfaces digitais se tornam, ao mesmo tempo, os instrumentos de vigilância e controle que, na atualidade, desenvolver-se-iam a partir de um acúmulo de dados obtido por uma difusão de uma transparência sobre as atividades

¹²⁴ Cf. BRUN, J., “Ivresse et tristesse de la vitesse”. In: *Corps Écrit n° 24 (La vitesse)*, Paris, PUF, 1987, p. 38.

desenvolvidas pelos indivíduos. Tal situação seria operacionalizada por uma disseminação cada vez maior de uma série de agentes, de sistemas que seguiriam proporcionando um rastreamento, uma coleta das impressões oriundas das atividades inscritas sobre a paisagem cibernética.

Outrossim, a numerização dos dados, a sua conversão em códigos binários, além de reduzir a quase nulidade as dimensões necessárias ao seu armazenamento, favoreceu intensamente a realização de atividades de busca, de captura de informações. O texto digital pode, por exemplo, ser percorrido automaticamente, mesmo em escala planetária. Através de palavras-chave ou sintaxe específica, é possível, por intermédio de uma série de mecanismos de busca, encontrar as informações desejadas quase que instantaneamente. Em um certo sentido, praticamente nenhuma informação visível disponibilizada sobre o ciberespaço¹²⁵ – salvo quando protegida ou restrita a acessos autorizados –, vinculada inclusive a conteúdos pessoais, poderia deixar de ser localizada e acessada, atendendo a finalidades mais variadas. Comumente, diários pessoais, ambientes de relacionamento *on-line*, listas, fóruns de discussão e demais comunidades virtuais veiculam informações pessoais de diversas naturezas, tais como e-mails, opiniões e afinidades, o que favoreceria ainda mais o acúmulo e a formação de bancos de dados.

Associado ainda ao recolhimento de uma série de informações recuperadas pelo fornecedor de acesso à Internet, como por exemplo, o endereço IP identificando a máquina, a hora e a duração da conexão, esse acúmulo de dados realizado a partir de uma varredura sobre os traços *invisíveis* e *visíveis* resultantes das atividades, dos movimentos e das transações produzidas sobre a rede, vem sendo ampliado ainda por intermédio de uma declaração voluntária de informações pessoais. Obtidos, entre outros pretextos, como uma condição expressa para se ter acesso a algum serviço, para a participação e integração a determinados eventos, os registros dessas informações permitiriam a aquisição e a retenção do endereço, do número de telefone, do e-mail e, sobretudo, das áreas de interesse, bem como das respectivas

¹²⁵ Cf. BRUNO, C., *The Google Adwords Happening*, abril de 2002. Disponível em: <<http://www.iterature.com/adwords/index.html>>. Acesso em: 16 de junho de 2006. Cabe descrever aqui a potência de indexação e de armazenamento do *Google*, uma das ferramentas de busca mais utilizadas atualmente. A tecnologia utilizada pelo *Google* possibilita o acesso a arquivos relativamente invisíveis sobre a rede, tais como bases de dados *on-line* contendo informações pessoais em formatos *Access* (.mdb), *Dbase* (.dbf), *Word* (.doc), *Excel* (.xls), *Acrobat* (.pdf) e etc; Em princípio, por veicularem frequentemente informações confidenciais, esses arquivos não deveriam se encontrar disponíveis ao mecanismos de busca; contudo, devido a determinadas falhas de segurança, é possível que essas informações sejam acessadas por intermédio do *Google*, possibilitando a retenção de nomes e endereços, de números de cartões de crédito ou de identificações pessoais. Tais informações poderiam ser utilizadas em uma diversidade de contextos, atendendo a interesses comerciais, securitários, ou mesmo pessoais.

preferências relativos a uma imensa quantidade de indivíduos espalhados sobre quase todas as localidades do globo.

Diante de tais circunstâncias, é preciso ampliar a compreensão dos suportes da vigilância na atualidade, reconhecendo, segundo a argumentação proposta por Lyon¹²⁶, além do valor conferido ao próprio *poder do computador* e das possibilidades veiculadas pelas telecomunicações, a importância do desenvolvimento de técnicas para o tratamento desse extenso volume informacional, de uma multiplicidade de arquivos gerados por essa retenção generalizada de dados que caracteriza a atualidade. Considerando que a presença generalizada de interfaces informáticas conectadas à rede mundial de computadores favoreceria uma produção, retenção e acumulação de dados sem precedentes na história dos sistemas e mecanismos de registros, um dos principais obstáculos à constituição de uma *transparência* das situações, dos indivíduos, compreenderia a densidade informacional, a diversidade e o intenso volume de arquivos dispostos no ambiente digital.

Constituindo-se como suporte da inteligência artificial para garimpar conhecimento em extensos volumes informacionais, a aplicação de técnicas de *data mining* tornou possível a identificação de padrões, de modelos e equações que auxiliariam a análise e o tratamento dos dados produzidos e acessados pelos indivíduos sobre o ambiente digital¹²⁷. A “mineração de dados”, incorporando-se aos processos da *Descoberta de Conhecimento em Bases de Dados* [Knowledge Discovery in Databases – KDD], envolveria a disposição de ferramentas automáticas que, entre outras atribuições, seguiriam mapeando, classificando as informações, bem como reconhecendo regras de categorização, gramáticas e funções matemáticas que permitiriam descrever o comportamento dos sistemas analisados¹²⁸. A finalidade dessas técnicas seria revelar ou, de uma certa forma, tornar transparentes relações até então desconhecidas, obscurecidas entre determinados conteúdos informacionais, apontando tendências e predisposições que, comumente, serão utilizadas como parâmetros para identificar riscos e otimizar ações e políticas.

Analisando pelas técnicas de *data mining* os dados provenientes do ciberespaço, como por exemplo, o número e as características das páginas eletrônicas mais visitadas por usuários, o tempo de acesso entre um portal e outro, poder-se-ia descobrir nexos entre endereços normalmente vistos na mesma sessão e que não estariam relacionados por *links*. Ou ainda, a

¹²⁶ Cf. LYON, D., *The electronic eye: The rise of surveillance society*, Cambridge: Polity Press, 1994, pp. 40-56.

¹²⁷ Cf. SRIVASTAVA, J., “Web usage mining: Discovery and applications of usage patterns from Web data”. In: *ACM SIGKDD Explorations*, v. 1, n.º 2, janeiro de 2000. Disponível em: <www.acm.org/sigkdd/explorations>. Acesso em: 10 de janeiro de 2006.

¹²⁸ FAYYAD, U. M., PIATETSKY-SHAPIO, G. & SMYTH, P., “From data mining to knowledge discovery: an overview”. In: *Advances in Knowledge Discovery and Data Mining*, MIT Press, 1996, pp. 1-34.

aplicação dessas ferramentas inteligentes permitiria interpretar automaticamente as ações e os conteúdos referentes aos deslocamentos dos usuários, classificando esses últimos quanto as suas preferências, hábitos de consumo, transações realizadas, conteúdos visitados e etc. Através da identificação sobre as bases de dados de padrões potencialmente úteis, constitui-se uma quantidade considerada de perfis computacionais, os quais serão intensamente explorados pelos segmentos comerciais a fim de mapear e aliciar possíveis consumidores.

No entanto, uma análise mais atenta perceberia que a própria utilização das técnicas de *data mining*, como processos de aplicação de algoritmos para a extração de padrões no conjunto de dados analisado, teria a sua eficiência tributária também da velocidade. A noção de algoritmo, desde a sua concepção na Antiguidade¹²⁹, consiste em descrever precisamente os processos necessários à realização de cálculos complexos. Associado à automação das operações de cálculo e à programação, o algoritmo se tornou, de fato, um dos principais suportes da vigilância desenvolvida a partir das informações, dos bancos de dados e dos perfis computacionais. Todavia, a funcionalidade das operações aritméticas e a eficácia do modo como as máquinas realizam, processam as seqüências regidas pelas instruções dos programas, tornando transparente o extenso volume de informações acessadas e produzidas sobre o ambiente digital, não deixaria de se referir à capacidade, aos níveis de velocidade de cálculo relativos ao computador.

Graças à realização de uma quantidade exorbitante de operações aritméticas que os comportamentos e as ações desenvolvidas por inúmeros indivíduos vão sendo, mediante determinada codificação, coletados e processados, tornando a sua movimentação, a suas atividades sobre o ambiente numérico transparentes. Assim, a eficiência dos processos de retenção, de tratamento e de avaliação das informações – ou seja, da própria vigilância digital – dependeria da velocidade de cálculo, cujas características exercem um papel decisivo na constituição da *transparência numérica*. A rapidez dos processadores e das demais tecnologias microeletrônicas do computador seguiria sempre movendo a máquina de vigilância, fazendo pulsar esses mecanismos de monitoramento construídos a partir de modelos algorítmicos, operações automatizadas e de sistemas de programação. No ambiente numérico, o cálculo se torna o motor da vigilância; contudo, assim como ocorre com as outras tecnologias circunscritas por uma *lógica da corrida*, a velocidade na realização dos cálculos se torna diretamente proporcional à eficiência e à funcionalidade destes.

¹²⁹ Na verdade, a noção de algoritmo tem as suas origens na Antiguidade, sendo formulada na Pérsia, desde o século IX, por Al-Kwārizmī; contudo, essa noção só será realmente formalizada em 1936 por Alan Turing, bem como em 1944 por Alonzo Church.

Se hoje em dia, conforme sugere Gary Marx, a coleta de dados é efetuada independentemente de limites naturais e construídos¹³⁰, sendo a distância contornada pelas tecnologias de tele-vigilância, a obscuridade disseminada pelas emissões em infra-vermelho, bem como a proteção material – tal como as alvenarias – perdendo a sua importância diante da possibilidade de análise das radiações eletromagnéticas emitidas pelos computadores¹³¹, a constituição da vigilância articulada aos bancos de dados e perfis computacionais veicularia ainda, por intermédio da velocidade na execução das operações de cálculo e de lógica, a superação de um obstáculo de outra natureza: a densidade informacional. A vigilância numérica seria construída a partir de uma síntese, onde as micro-impulsões eletrônicas que se agitam nos circuitos dos computadores auxiliariam a suprimir o extenso volume de informações, tornando transparentes as situações desenvolvidas sobre o ciberespaço.

O fato é que, diante de todas essas considerações, há uma questão que, talvez, ainda permaneça obscura. Para além da possibilidade comumente difundida de fornecer aos indivíduos mecanismos que os auxiliariam a encontrar, dentro do extenso volume de informações veiculado pela rede, o conteúdo que lhe interessam, existiriam outros discursos, outras razões que tornariam aceitável à população essa auscultação, o monitoramento excessivo das informações produzidas e acessadas sobre o ambiente digital? Nas circunstâncias em que a vigilância sobre a Internet e demais meios de comunicação se faz presente aos indivíduos, como torná-la justa? De que forma um meio compreendido como sendo potencialmente favorável ao empreendimento de uma livre circulação de informações, poderia conviver, de um modo relativamente passivo – afinal, não se poderia deixar de reconhecer aqui as constantes manifestações de associações e órgãos engajados na defesa do direito à privacidade –, com um controle e um monitoramento exercidos de modo quase contínuo?

Na verdade, a necessidade de se promover uma vigilância sobre as ações desenvolvidas no ciberespaço, tornando o ambiente informacional objeto de múltiplos controles, tem sido freqüentemente justificada como parte de um conjunto de políticas de segurança que objetivariam, entre outras funções, coibir a formação de associações terroristas. A constatação de que a Internet serviu ao planejamento das ações, das atividades que

¹³⁰ Cf. MARX, G., “What’s new about the ‘New Surveillance’? Classifying for Change and Continuity”. In: *Surveillance & Society I (1)*, 2002, p. 9.

¹³¹ As radiações eletromagnéticas emitidas pelos computadores – sobretudo, a partir dos discos rígidos – podem ser interceptadas à distância e depois decodificadas em tempo real por outros computadores, favorecendo a realização de procedimentos de vigilância e espionagem em uma diversidade de contextos. A fim de se proteger desses inconvenientes, de garantir sigilo na execução de determinadas operações, é cada vez maior o número de empresas que desenvolvem suas pesquisas e demais atividades em salas blindadas, evitando a captura dos sinais eletromagnéticos.

culminaram nos ataques do 11 de setembro fez com que os atentados se tornassem, naturalmente, os acontecimentos simbólicos dos riscos que a ausência de um controle sobre as comunicações poderia oferecer à vida da população das nações mais diversas. Comumente entendido como um espaço próprio ao diálogo, à cooperação, o ciberespaço se torna, no contexto das políticas de segurança, um objeto a ser cuidadosamente vigiado, observando-se o conteúdo difundido e apurando-se as situações identificadas com sendo potencialmente delituosas.

A próxima etapa deste trabalho cumpre entender um pouco mais a regulação desses procedimentos.

2.2 O estado de sítio global: os imperativos de uma vigilância sobre as comunicações.

“Breve o dia, breve o ano, breve tudo.
Não tarda nada sermos”.
Ricardo Reis [Fernando Pessoa], *Odes*.

Durante um depoimento concedido à imprensa, explicitando os caracteres do projeto da *Lei de Orientação e de Programação para a Segurança Interior* [Loi d’ Orientation et de Programmation pour la Sécurité Intérieure – LOPSI]¹³², o deputado francês Jean Michel comentava os perigos desencadeados por uma má gestão dos progressos relativos às tecnologias da comunicação e da informação mais recentes:

“Com um pouco de experiência e uma relativa habilidade, associados à utilização de um mero computador com acesso a Internet, tornou-se possível colocar em risco os dados de uma empresa ou de uma nação, de arruinar carreiras e instituições – provocando a perda de milhões de dólares – e, de uma forma ainda mais assustadora, de organizar e promover ações terroristas que podem colocar em risco a vida de milhares de pessoas. Um teclado pode causar mais desgastes, mais devastações do que uma bomba”¹³³.

Os comentários do membro do parlamento francês talvez resumam, de um modo bastante esclarecedor, o contexto oficial mais recente das políticas articuladas a uma administração das ações e dos comportamentos efetuados sobre a rede mundial de computadores: os riscos, as ameaças à integridade, ao funcionamento das instituições e,

¹³² Disponível em: <<http://www.assemblee-nationale.fr/12/projets/pl0036.asp>>. Acesso em: novembro de 2005.

¹³³ Citado em GUYOMART, J., “Enquête sur les sondages en ligne”. In: *Le monde*, 23 de maio de 2005, p. 18.

sobretudo, à vida da população, levam os Estados a autorizar uma vigilância contínua sobre quase todos os horizontes do ciberespaço. Sob os desígnios de uma demanda pela segurança – vinculada, inclusive, à necessidade do combate aos chamados *cybercrimes*, tais como a pirataria, a usurpação de códigos e senhas de pessoas físicas ou jurídicas, a pedofilia on-line e demais ilegalidades – correspondências eletrônicas, listas de discussão, fóruns, comunidades virtuais, diários pessoais, além dos próprios trajetos dos indivíduos na rede, compreendem alguns dos objetos que se encontram submetidos a um intenso controle, visando a diminuir a ocorrência dos prejuízos referidos por Jean Michel.

As ameaças associadas ao ciberespaço, cujos efeitos potenciais são comparados aos de uma bomba, culminam em uma série de procedimentos compreendidos como securitários, figurados, por exemplo, nos processos de monitoramento, na diversidade de sistemas de identificação, registro e classificação submetidos aos indivíduos no decorrer de suas ações sobre a rede. A presença cada vez maior de programas computacionais de coleta e processamento de informações, dos bancos de dados, expõe os menores movimentos e comportamentos de inúmeros indivíduos – relativos tanto a sua vida pessoal, quanto profissional – a uma vigilância intensa, sem precedentes nos seus alcances e capacidades. Uma vigilância facilitada, em parte, pelas próprias características técnicas das redes numéricas, uma vez que, conforme apontado anteriormente, a digitalização de informações, a sua conversão em códigos binários, facilitaria o ofício de busca, de captura e de combinação de dados, tornando o ambiente das comunicações digitais mais transparente do que o meio relacionado às comunicações analógicas.

“Um número crescente de transações comerciais e sociais deixa, na atualidade, impressões numéricas facilmente recuperáveis pelas empresas e organismos de Estado. O texto numérico pode ser varrido automaticamente, mesmo em escala planetária, por palavras-chave ou sintaxe específica. Ele pode ser objeto de registro, de consigno, de filtros, de triagem, de classificação e indexado por procedências e destinatários”¹³⁴.

Tais processos de vigilância disseminados continuamente sobre a rede conduzem, de modo inevitável, a uma situação, no mínimo, bastante inquietante. Compreendida por muitos autores como uma ferramenta potencialmente favorável à constituição de uma livre circulação de informações, facilitando o diálogo, a cooperação, bem como a criação de uma realidade em

¹³⁴ Cf. FORTIER, F., “Société de l’information ou société de controle”. In: *Citoyens sous surveillance: La face cachée d’ Internet*, Montreal: Écosociété, 2002, p. 67.

que “a política e o governo serão transformados pela liberdade de comunicação que modificará o equilíbrio de força entre o poder público e os seus cidadãos”¹³⁵, a Internet vê-se pouco a pouco convertida pelo Estado em um sistema de controle, de monitoramento sobre o cotidiano dos indivíduos. De fato, as leis que, entre outras considerações, autorizam a vigilância sobre a Internet, estão se multiplicando em diversas partes do globo. Em outubro de 2001, sob o pretexto dos acontecimentos relativos ao 11 de setembro, os Estados Unidos adotaram o *Patriot Act*¹³⁶. Um pouco mais tarde, a França disponibilizava o seu conjunto de procedimentos de segurança, sob o nome de *Loi sur la Sécurité Quotidienne* [LSQ – Lei sobre a Segurança Cotidiana]¹³⁷.

A partir de um contexto veiculado pela necessidade da constituição de um ambiente e de uma vida mais seguros, a relativa perda de uma liberdade, do direito à privacidade, deve ceder lugar à criação de um sentimento em que todos devem lutar contra a formação de associações terroristas, coibir o desenvolvimento de conteúdos de pedofilia sobre a rede, bem como diminuir os crimes virtuais, adotando como suposto objetivo, a garantia da manutenção de outras condições compreendidas como mais importantes. Não é por acaso que, durante a exposição do projeto de uma lei antiterrorista ao conselho do Ministério Francês, o então ministro Nicolas Sarkozy viria a afirmar que “a primeira liberdade consiste em poder utilizar o metrô e o ônibus sem temer pela sua vida”¹³⁸. Essa consideração do membro do governo francês faz uma referência explícita aos atentados promovidos em Londres no dia 7 de julho de 2005, um acontecimento que permitiu, naturalmente, a aquisição de uma maior força por parte das leis de segurança colocadas em vigor.

Os atentados foram se tornando progressivamente os acontecimentos simbólicos do advento de uma ameaça que se aplica sobre os horizontes das mais diversas nações. Conforme apontado por Paul Virilio, após a derrocada do *equilíbrio do terror*, fundado sobre a ameaça de uma destruição mútua e instantânea assegurada pelo poder nuclear dos blocos Leste / Oeste no contexto da Guerra Fria, observa-se – com mais vigor, a partir dos eventos fatídicos do 11

¹³⁵ CAIRNCROSS, F., *The Death of Distance: How the communications revolution will change ours lives*, Boston: Harvard Business School Press, 1997, p. 25.

¹³⁶ O presidente George W. Bush assinou o Patriot Act no dia 26 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://fl1.findlaw.com/news.findlaw.com/cnn/docs/terrorism/hr3162.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2005.

¹³⁷ A Assembléia Nacional Francesa promulgou a Lei sobre a Segurança Cotidiana no dia 15 de novembro de 2001. Disponível em: <<http://www.legifrance.gouv.fr/WAspad/UnTexteDeJorf?numjo=INTX0100032L>>. Acesso em: dezembro de 2004.

¹³⁸ Citado em OULLIER, O., “Cerveau, mensonge et anti-terrorisme”. In: *Le monde diplomatique*, dezembro de 2005, p. 4. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2005/12/OULLIER/13026>>. Acesso em: abril de 2006.

de setembro – a realização máxima de um verdadeiro *desequilíbrio do terror*¹³⁹, cujo sintoma mais evidente seria a propagação desse *pânico frio*¹⁴⁰ constituído sobre as iminências de um ataque terrorista. Tal sentimento seria o correlato de uma inquietação, de uma angústia por parte das populações acerca de uma ação em potencial, da possibilidade da realização de um atentado contra as suas vidas, o qual pesaria permanentemente sobre as suas ações e comportamentos cotidianos mais variados.

Apoiando-se sobre esse pânico, sobre esse medo generalizado, a máquina *tecnosecuritária* funciona a pleno regime. Na luta contra o terrorismo, analistas, engenheiros e demais profissionais especialistas, ligados aos segmentos mais diversos, trabalham no desenvolvimento de sistemas de vigilância estendidos quase que inteiramente à totalidade das tecnologias da comunicação e da informação. Desde cabos de transmissão submarinos¹⁴¹, mediante utilização de sondas alojadas em cápsulas de mergulho depositadas em algum ponto estratégico da sua extensão, até a Internet¹⁴², as redes de comunicação são progressivamente colocadas sob escuta. A cada dia, milhões de mensagens eletrônicas e de chamadas telefônicas do mundo inteiro são passadas ao crivo, sendo objetos de uma triagem, de uma seleção e análise. Essa vigilância sobre as redes de comunicação conduz a uma acumulação

¹³⁹ Cf. VIRILIO, P., “Le déséquilibre de la terreur”. In: *Un paysage d'événements*, Paris: Galilée, 1996, pp. 57-65. A advento do *desequilíbrio do terror* é compreendido por Virilio como o fim da era da dissuasão nuclear, do referencial geo-estratégico dos blocos Leste / Oeste, e a origem de outros conflitos como a guerra na antiga Iugoslávia, a guerra do Golfo ou, de um modo mais assustador, a guerra contra um inimigo não-declarado – apesar das referências ao Oriente Médio –, sem bandeira, sem localidade geopolítica, cujo exemplo mais imediato é o suicida terrorista.

¹⁴⁰ Cf. VIRILIO, P., “Attendre l'inattendu”. In: *L'Art à perte de vue*, Paris: Galilée, 2005, pp. 9-35. Para o autor, nesse horizonte de espera, nesse estado de inquietação generalizado que assombra a população mundial, onde o perigo, as ameaças rondam o imaginário dos indivíduos das diversas nações, a administração pública se converte cada vez mais em uma administração do medo público.

¹⁴¹ Para um maior detalhamento sobre as características da interceptação de informações realizada por essas sondas depositadas sobre os cabos de comunicação subaquáticos, ver o livro de Sherry Sontag e Christopher Drew, *Blind man's Bluff: the untold story of American submarine espionage*, London: HarperTorch, 1996.

¹⁴² Com relação à vigilância exercida sobre a Internet, apesar da ameaça terrorista figurar também como uma forte justificativa, é cada vez mais comum vincular – conforme apontado anteriormente – a adoção de ações e de mecanismos de controle a uma política de combate aos cybercrimes, tais como a pedofilia on-line, a apropriação indevida de senhas e demais informações confidenciais, a veiculação em rede de segmentos do narcotráfico, a pirataria e etc; Objetivando a diminuição dessas ilegalidades praticadas sobre a rede, o FBI passou a utilizar com mais frequência uma série de sistemas de vigilância e de controle sobre a circulação de informações no ciberespaço. Uma das tecnologias mais comumente empregadas no decorrer das estratégias, dos procedimentos securitários promovidos por esse organismo americano é a utilização de sistemas automáticos de rastreamento de comunicações eletrônicas, como, por exemplo, o DCS 1000, um sofisticado mecanismo de vigilância disseminado sobre a Internet. Dispondo de um recurso denominado Magic Lantern, o qual propicia a instalação de um programa espião capaz de registrar o que é digitado sobre os teclados dos computadores sob vigilância, o sistema DCS 1000 torna possível a recuperação das senhas relativas a uma diversidade de usuários permitindo a leitura integral das mensagens interceptadas. A partir da interface Dragon NET, as conversações veiculadas em telefonia IP também podem ser objetos de interceptação desse sistema, favorecendo igualmente o monitoramento de comunicações suspeitas. Capaz de realizar uma varredura sobre uma quantidade exorbitante de dados, o DCS 1000 age interceptando automaticamente as comunicações relativas a indivíduos identificados pela polícia americana como suspeitos, bem como demais correspondências que estejam veiculando algum conteúdo considerado como ilegal.

sem limites de dados de todos os tipos acerca dos indivíduos, das suas ocupações, das suas amizades, dos seus hábitos e comportamentos, objetivando, oficialmente, a constituição de um saber mais ou menos preciso sobre as situações suspeitas.

No entanto, alguns fatos talvez demonstrem que os procedimentos de controle adotados sobre as tecnologias da comunicação e da informação, às vezes, deslocam-se dos seus objetivos aparentemente securitários, adquirindo, sob o pretexto de uma luta contra o terrorismo, outras finalidades e aplicações. No relatório redigido ao Parlamento Europeu¹⁴³ – por ocasião de uma sessão dedicada às políticas de proteção de informações e da vida privada em fevereiro de 2000 –, o jornalista Duncan Campbell demonstrava a existência de determinadas situações em que as ações anti-terroristas desenvolvidas pela Agência Nacional de Segurança americana, a NSA¹⁴⁴, eram redirecionadas a finalidades econômicas. Campbell lembra que a interceptação dos sinais, efetuada pelos segmentos dessa organização, possibilita o acesso a uma quantidade exorbitante de comunicações, permitindo a verificação de informações cujos conteúdos não se encontram necessariamente vinculados ao terrorismo, ou a assuntos militares. Mesmo que de um modo involuntário, informações de diversas naturezas podem ser recolhidas, inclusive, as relativas aos setores industriais e econômicos. Objetivando minimizar essa situação sugerida como acidental, o coronel Dan Smith, antigo agente dos serviços de informação militar, concedia à BBC – a propósito da base da NSA em Menwith Hill, Inglaterra –, um depoimento sobre esses “inconvenientes” gerados pela máquina tecno-securitária:

“Em termos de recolhimento das comunicações, inevitavelmente, a partir do momento onde a sua coleta é efetuada sobre largas bandas, serão interceptadas comunicações ou conversações que não têm nada a ver com as questões militares, e é provável que alguns registros possam vir a apresentar em seu conteúdo informações relacionadas às atividades comerciais.

Tecnicamente, tudo é possível. Tecnicamente, pode-se recolher todo tipo de informação, submetê-la a uma triagem e encontrar o conteúdo solicitado... Mas, não há uma política

¹⁴³ *Interception Capabilities 2000 (IC 2000)* é o título original do relatório apresentado por Duncan Campbell ao Parlamento Europeu. A versão integral do documento em inglês pode ser encontrada no formato PDF a partir da página eletrônica do Parlamento Europeu, no endereço <<http://www.europarl.eu.int/dg4/stoa/en/publi/pdf/98-14-01-2en.pdf>>. Entretanto, ao longo do nosso projeto, adotamos como referência bibliográfica a versão impressa publicada em francês pelas Éditions Allia, sob o título de *Surveillance électronique planétaire*.

¹⁴⁴ A Agência Nacional de Segurança, componente estratégico da célebre rede Echelon, é dotada de uma diversidade de instrumentos de espionagem e de vigilância. Reunindo, de forma direta e indireta, mais de 250000 profissionais espalhados pelo mundo, a NSA é composta por mais de 4000 estações especializadas nos ofícios de interceptação, de decodificação, de interferência sobre todos os suportes da comunicação: redes de telefonia fixas ou móveis, emissões radioelétricas, satélites e fibras óticas.

prescrevendo a efetuação dessas operações no interesse de uma companhia particular”¹⁴⁵.

De fato, não há nenhuma evidência objetiva, concreta, demonstrando que os setores associados a Agência Nacional de Segurança estejam habilitados a prestar serviços de interceptação de comunicações atendendo diretamente a algum interesse, ou pedido individual de uma companhia particular. Entretanto, como sugere Campbell, o problema não se encontra imediatamente vinculado às atividades de vigilância desenvolvidas pelas agências de segurança – cuja função restringir-se-ia apenas a atender às demandas do poder público – mas, ao uso posterior das informações coletadas por parte das organizações governamentais, as quais caberiam a responsabilidade, a atribuição de repassar ou explorar, segundo os seus objetivos e interesses, o conteúdo do material interceptado¹⁴⁶. Segundo o jornalista, alguns setores do governo podem transmitir informações às companhias americanas, favorecendo a formação de um conhecimento das negociações mais diversas das empresas rivais.

As informações recolhidas pela Agência Nacional de Segurança poderiam ser utilizadas, entre outras finalidades, para garantir às companhias americanas a capacidade de estimar preços futuros de matérias-primas essenciais, de obter dados sobre os projetos desenvolvidos e as tecnologias adotadas por outras instituições e, de uma forma ainda mais proveitosa, de elaborar contratos mais competitivos mediante formação de um conhecimento das negociações e dos detalhes contratuais de empresas concorrentes. Se, por exemplo, um oficial obtiver informações de que um concorrente estrangeiro está prestes a vencer uma disputa com alguma companhia americana, um membro do governo ligado a assuntos comerciais poderá entrar em contato com um dos representantes dessa instituição, a fim de fornecer alguma sugestão ou uma possível melhoria nas definições do seu respectivo contrato¹⁴⁷.

Dessa forma, os segmentos comerciais mais diversos, tais como o bélico, o farmacêutico, o agroindustrial ou o de transportes, encontram-se sujeitos às ameaças proporcionadas por uma guerra econômica, cujo potencial destrutivo estaria diretamente relacionado a uma *transparência* das suas informações confidenciais, de acessos a conteúdos onde o sigilo é considerado como propriedade fundamental a sua sobrevivência. Desativar a bomba potencial terrorista – como metáfora da ação de impedir a realização de operações que

¹⁴⁵ Citado em CAMPBELL, D., “COMINT et l’espionnage commercial”. In: *Surveillance électronique planétaire*, Paris: Allia, 2005, p. 94. Trecho do depoimento presente originalmente na matéria “Star Wars strikes back”, publicada no jornal *The Guardian*, no dia 3 de dezembro de 1998.

¹⁴⁶ Cf. CAMPBELL, D., *Surveillance électronique planétaire*, Paris: Allia, 2005, p. 95-96.

¹⁴⁷ Idem, p. 89-103.

culminem em seqüestros de aviões, na transformação destes em verdadeiros mísseis que podem ser lançados sobre alvos civis e militares, ou de coibir a ação de homens e de veículos suicidas carregados de explosivos contra uma diversidade de espaços públicos e privados – por intermédio de uma vigilância relativamente contínua sobre ligações telefônicas, comunicações por fax ou correspondências eletrônicas, talvez signifique armá-la, inscrevê-la em um outro contexto, produzindo outras devastações...

Naturalmente, os processos de interceptação estratégica das comunicações, articulados tanto a finalidades econômicas, quanto securitárias, sempre existiram. Entre inúmeras situações, pode-se dizer que o sistema atual de vigilância global já dispunha de algumas aproximações com os sistemas de interceptação e tratamento das informações transmitidas por rádio, desenvolvidos, sobretudo, a partir dos conflitos da Segunda Guerra Mundial. Entretanto, até os anos setenta, os processos de análise e classificação dos dados coletados eram realizados manualmente, cabendo ao operador a função de interpretar o conteúdo informacional recolhido. Tal procedimento veio, ao longo dos anos, tornando-se cada vez mais ineficiente, visto que a quantidade e a diversidade de informações possíveis de serem interceptadas cresciam em um ritmo vertiginoso. De fato, o extenso volume de comunicações obtido, por exemplo, após o lançamento dos satélites, tornava inviável a manutenção dos processos manuais de tratamento e análise dos dados. Nesse contexto, a Agência Nacional de Segurança passou, desde então, a utilizar computadores para automatizar o tratamento das comunicações interceptadas, de modo a atender os níveis de detalhamento e de velocidade exigidos pelas políticas de segurança.

Assim, não seria inexato dizer que o diferencial colocado pelos processos de vigilância e de interceptação de dados realizados sobre as tecnologias da comunicação e da informação mais recentes corresponderia, igualmente, à automação, à rapidez e à capacidade de analisar volumes informacionais gigantescos. A partir de sofisticadas tecnologias de interceptação e de tratamento de comunicações, combinando a utilização de sistemas automáticos de reconhecimento vocal, de avaliação de conteúdos e de leituras óticas, como o *Oratori* ou o *Dictionary*¹⁴⁸, tornou-se possível registrar, imediatamente, mensagens de naturezas diversas após a detecção de alguns sinais lexicais previamente programados. Com relação a uma vigilância exercida com propósitos securitários “bastam que palavras como terrorismo, droga,

¹⁴⁸ Oratori e Dictionary são sistemas que funcionam como uma espécie de lista de vigilância automatizada. Permitindo o armazenamento de um grande conjunto de dados, esses computadores selecionam automaticamente, a partir de especificações pré-programadas, tais como nomes, assuntos, endereços, números de telefone, as comunicações brutas a serem interceptadas. Atualmente, esses sistemas ainda não estão prontamente habilitados a transcrever conteúdo informacional interceptado.

guerrilha, ou nomes como Castro, Kadhafi, Saddam Hussein, etc sejam emitidos para que a comunicação seja identificada, retida e analisada”¹⁴⁹. Todavia, no contexto de uma guerra econômica, cujo instrumento privilegiado compreenderia a espionagem, nada impediria que tais palavras-chave fossem substituídas pelo nome de alguma empresa ou de algum produto, possibilitando a retenção estratégica de informações.

O fato é que, para além de uma vigilância sobre a circulação de informações, a constituição de um ambiente e de espaços mais seguros tornaria igualmente necessário, conforme visto anteriormente no contexto da *trans-aparência*, um controle sobre a circulação dos próprios indivíduos. No contexto de uma vigilância articulada a finalidades preventivas, antecipatórias, é cada vez mais comum o interesse na formação de um conhecimento dos riscos que representam a entrada de indivíduos em determinados países. Nos Estados Unidos, antes mesmo do embarque, as autoridades americanas já conhecem o nome e o sobrenome dos passageiros, a sua idade, o endereço, os números do passaporte e do cartão de crédito, as suas preferências alimentares (traduzindo, por vezes, a sua religião), o seu estado de saúde. Essas informações podem ser trabalhadas a partir de um dispositivo de filtragem denominado *Sistema Computadorizado de Controle Preventivo* [Computer Assisted Passenger Pre-Screening – CAPPs], o qual, controlando a identidade de cada passageiro, cruzando-a com as informações dos setores policiais, judiciários, atribui, por intermédio de perfis de indivíduos potencialmente infratores, graus de periculosidade aos passageiros da aeronave.¹⁵⁰

Os aeroportos, aliás, tornaram-se objetos de uma vigilância e controle ainda mais intensos por parte de uma força policial, cujos objetivos declarados corresponderiam à manutenção da segurança pública por intermédio de uma luta incessante contra o terrorismo. Após os eventos do 11 de setembro, os passageiros são excessivamente submetidos a radiografias, à numerização forçada de suas impressões digitais, ao armazenamento de outros dados biométricos e a uma série de procedimentos que propiciam a formação de uma codificação, de fichários cada vez mais detalhados. Essas informações recolhidas podem se comunicar com bancos de dados referentes a terroristas e a criminosos suspeitos – cujos registros foram obtidos nas localidades mais diversas –, permitindo, mediante utilização de

¹⁴⁹ Cf. RIVIÈRE, P., “Le système Echelon”. In: *Le monde diplomatique*, julho de 1999. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/mav/46/RIVIERE/m1>>. Acesso em: maio de 2005.

¹⁵⁰ Cf. RAMONET, I., “Surveillance totale”. In: *Le monde diplomatique*, agosto de 2003. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2003/08/RAMONET/10252>>. Acesso em: janeiro de 2006. O grau de periculosidade é atribuído aos indivíduos pelo CAPPs seguindo uma codificação cromática: verde para os que são considerados inofensivos, amarelo para os que merecem alguma atenção ou cuidado especial (o simples fato do passageiro ser muçulmano ou proveniente do Oriente Médio já implica essa classificação) e vermelho para os que são impedidos de embarcar no avião.

programas específicos, a comparação dos passageiros com os arquivos, com as fichas digitais, a fim de abordá-los caso seja detectada alguma semelhança pelos sistemas informáticos.

Superando os caracteres de uma percepção direta – construída, dentre outras considerações, a partir de uma *transparência* do meio, dos materiais – e as condições de uma percepção assistida – oriunda, por exemplo, da disposição de uma interface eletrônica que regularia a transmissão instantânea e a distância das aparências, a *trans-aparência* – a utilização das *câmeras inteligentes* acenaria com os pressupostos de uma *automação da percepção*, onde as análises dos ambientes e das situações são submetidas às atividades dos computadores, a uma série de ordenações e programações específicas. Se as câmeras do projeto *Chromatica*, dispostas nas instalações metroviárias de algumas cidades européias, são capazes de detectar nos indivíduos comportamentos e situações que, aparentemente, fugiriam à normalidade, o sistema biométrico adotado nos aeroportos favoreceria a configuração de uma vigilância cujas propriedades permitem, mediante comparação da fisionomia dos passageiros com os arquivos digitais de indivíduos suspeitos armazenados em bases de dados, o reconhecimento automático de eventuais terroristas.

O fato é que, apreendendo a utilização das câmeras de vídeo “inteligentes” no contexto de uma *simulação da vigilância*, termo empregado por Bogard¹⁵¹ para caracterizar o modo de funcionamento das tecnologias e práticas de controle inscritas atualmente sobre o corpo social, a biometria, os perfis e os bancos de dados poderiam ser compreendidos não como meras tecnologias de vigília, mas como sistemas de observação antecipatória que se adiantam às situações e aos fatos, em que as tendências e possibilidades demandariam a disposição de ações efetivas. Na verdade, trata-se de uma vigilância orientada por uma perspectiva temporal da previsão, articulada a uma criação de modelos que definem exaustivamente estereótipos, comportamentos, situações e demais elementos que serão designados, categorizados como portadores de algum risco, de certas propensões.

Citando o exemplo do monitoramento do trânsito de um trecho de uma rodovia da Flórida, a *Interstate 95*¹⁵² – uma conhecida rota de circulação do narcotráfico entre as cidades de Miami e de Nova York –, Bogard demonstra o modo como os perfis auxiliam, diante do intenso fluxo de veículos, a identificação de potenciais transportadores de drogas. Baseados em dados obtidos em análises estatísticas dos registros criminais, tais como a cor da pele, o sexo e a idade relativos aos ocupantes, bem como o tipo, a procedência e a direção seguida pelo automóvel, a polícia local criou uma imagem de veículos suspeitos. Esse perfil se torna a

¹⁵¹ Cf. BOGARD, W., *The simulation of surveillance*, Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

¹⁵² Idem, pp. 27-28.

unidade referencial para a polícia rodoviária realizar intervenções menos aleatórias, definindo, dentro do significativo volume de objetos, os veículos que deverão ser interceptados e submetidos a uma inspeção mais detalhada.

Dentro dos princípios que regulam o funcionamento de uma *transparência* associada à simulação, quando as ações e as características relativas a um indivíduo coincidem com os modelos que identificam um comportamento potencialmente delituoso, ou quando os atos e as condutas são reconhecidos pelos perfis como uma situação classificada como ofensiva, o indivíduo deve se tornar objeto de uma intervenção, não importando tanto se ele está fazendo ou não algo de errado. Nesse sentido, conforme apontado por Bogard, “o perfil nem falha e nem tem êxito”¹⁵³, uma vez que, no contexto de uma vigilância orientada em minimizar riscos, a simulação, a inclinação a um comportamento suspeito deve, o quanto antes, produzir uma ação efetiva. “Aqui, a imagem do típico transgressor inicia uma série de ações designadas para eliminar um risco – com efeito, um artefato estatístico –, preferivelmente de modo a responder a transgressão atual”¹⁵⁴

O fato é que diante de uma articulação da câmera com as bases de informações e perfis computacionais, o ambiente monitorado caracterizar-se-ia menos como uma célula de vigilância isolada do que como um dos mais diversos elementos incorporados às atividades de um controle integrado, disposto sobre as redes comunicacionais e informacionais. Nesse sentido, o vídeo corresponderia a um dos múltiplos suportes que auxiliariam o funcionamento de um complexo sistema de coleta, de seleção e de análise de dados, cujo alcance e capacidade se tornaram potencialmente mundiais. Isso porque, conforme descrito anteriormente, o conteúdo, as imagens registradas pelas câmeras de vigilância inteligentes utilizadas com o intuito de identificar a presença de terroristas, de criminosos – ou até mesmo, dependendo do contexto, de militantes políticos ou sindicalistas – podem se comunicar instantaneamente com bases de dados alocadas no mundo inteiro.

Se antes o imenso volume de imagens gerado pelas câmeras de vídeo dificultava ou mesmo tornava impossível o eventual reconhecimento de indivíduos, bem como de situações que representassem algum risco, a integração a bancos de dados e perfis computacionais promoveria a organização de processos classificatórios, os quais identificariam, a partir de uma série de disposições técnicas, os objetos compreendidos como suspeitos e potencialmente perigosos. Embora a organização de uma espécie de codificação de indivíduos e de situações suspeitos – adotada, por exemplo, pelas centrais de vigilância britânicas – tenha facilitado as

¹⁵³ BOGARD, W., *The simulation of surveillance*, Cambridge: Cambridge University Pres, 1996, p. 28.

¹⁵⁴ Idem, p. 27.

atividades dos operadores da sala de controle no reconhecimento das circunstâncias que devem ser monitoradas e comunicadas ao posto policial¹⁵⁵, a capacidade ou a velocidade na produção de identificações “precisas” e de informação individualizada ainda se mostravam, diante do volume e da diversidade de dados, bastante limitadas.

Assim, não é difícil perceber o porquê da interação das câmeras com sistemas informáticos ter sido apontada como uma propriedade fundamental para a funcionalidade da vídeo-vigilância. A varredura sistemática do espaço passa a conviver com a atividade de avaliação eletrônica supostamente precisa dos ambientes e das situações, veiculando a formação da *automação da percepção*, caracterizada pela possibilidade de se obter uma “visão” sem olhar, cujas propriedades seguiriam assumindo para os programas computacionais, e não mais para um observador qualquer, as atividades de análise do meio ambiente, a interpretação automática do sentido dos acontecimentos. Se antes a impossibilidade de uma visão a distância, em que os intervalos de espaço ocultariam a percepção, era contornada pela utilização da interface eletrônica, a relativa incapacidade de visualizar, selecionar e avaliar o extenso conteúdo registrado por uma diversidade de câmeras parece, em um certo sentido, ser superada pela veiculação de modelos autômatos, cuja função mais imediata compreenderia o reconhecimento automático e em tempo real dos objetos suspeitos.

Dentro desse contexto, a transmissão imediata das aparências à distância, a *trans-aparência*, corresponderia a um dos vetores constitutivos da *transparência numérica*, onde o obstáculo a ser superado compreenderia justamente – além dos intervalos de espaço e de tempo –, a densidade informacional, a quantidade exorbitante de imagens geradas pelas câmeras de vídeo. Isso porque a presença excessiva de câmeras sobre os espaços arquitetônicos e urbanísticos nas localidades mais diversas se torna mais eficiente quando a própria imagem, o conteúdo capturado se torna também uma fonte de informação¹⁵⁶. A imagem registrada é convertida em uma informação digital, possibilitando que os conteúdos apreendidos pelas câmeras de vigilância sejam submetidos às atividades dos computadores. A potência de cálculo, a geração e as transmissões das imagens em tempo real vinculadas pelos reconhecimentos biométricos surgiriam como indicativos de que a máquina de vigilância atual é, fundamentalmente, uma máquina de velocidade.

¹⁵⁵ Cf. NORRIS, C. & ARMSTRONG, G., “Working Rules and the Social Construction of Suspicion”. In: *The Maximum Surveillance Society. The rise of CCTV*, Oxford: Berg, 1999, pp. 117-151.

¹⁵⁶ Cf. NORRIS, C., “From personal to digital: CCTV, the panopticon, and the technological mediation of suspicion and social control”. In: LYON, D. (org.). *Surveillance as a social sorting: Privacy, risk and digital discrimination*, London: Routledge, 2003.

Na verdade, tanto o *Sistema Computadorizado de Controle Preventivo* quanto o reconhecimento biométrico adotados nos aeroportos, incorporando-se a demais tecnologias de vigilância securitárias articuladas a bases de dados e a perfis computacionais, constituem-se como mecanismos que objetivariam preceder, antever possíveis delitos e crimes. Não há dúvidas de que, para as atuais políticas de segurança, o ver melhor significaria, sobretudo, constituir uma visualização mais rápida das situações; contudo, a celeridade e a eficiência desse olhar estaria relacionada não tanto a uma visão em tempo real dos acontecimentos, e sim, a toda uma disposição técnica que permite surpreender, antecipar-se ao seu objeto mediante previsão das suas ações e de seus comportamentos. A velocidade almejada pelas políticas de segurança não corresponderia mais à execução de uma resposta mais ou menos imediata a uma determinada situação, mas a uma celeridade na recuperação e no cruzamento de dados, possibilitando identificar e intervir mais rapidamente sobre os indivíduos e situações que representem algum risco.

A perspectiva dromológica conferida à leitura e ao entendimento da *transparência*, na atualidade, não deixaria de se referir igualmente a um duplo processo: se a *trans-aparência* permitia, por intermédio de uma tele-presença, ver o que se encontrava além do *espaço presente*, direto e imediatamente percebido, a organização da *transparência numérica* acenaria com a veiculação da possibilidade de uma visão das situações e dos fatos que se encontram além do próprio *tempo presente*. Embora seja importante não deixar de entrever que essa antevisão constituída pelos bancos de dados e perfis computacionais, conforme apontado por Fernanda Bruno, “produz efeitos não tanto pela sua acuidade na previsão do futuro, mas sim pelo próprio processo de antecipação, que acaba por intervir nas escolhas, comportamentos e ações presentes, tornando efetivo o que se antecipou”¹⁵⁷.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a velocidade na percepção dos eventos, antes tributária de uma rígida disposição espacial, relacionou-se, no contexto da *transparência* indireta, às transmissões em tempo real. Por sua vez, diante da realidade da informação digital, dos bancos de dados e dos perfis computacionais, o reconhecimento imediato das situações, ou seja, a efetivação de uma *transparência*, passou a depender, além da própria instantaneidade das transmissões, da velocidade de cálculo dos computadores. Depois do advento de uma *transparência* constituída sobre a celeridade limite, cujo horizonte corresponderia ao encurtamento do espaço, à revelação da sua finitude – desconsiderando-se todas as distâncias e dimensões compreendidas como naturais –, a *transparência* constituída,

¹⁵⁷ Cf. BRUNO, F., “Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas”. In: *Revista Fronteira*, São Leopoldo / RS, v. VIII, 2006, p. 155.

dentre outros suportes, a partir da lógica da celeridade informática e das telecomunicações – representada pelo aumento, por segundo, na capacidade de emissão de bits e da realização de operações matemáticas fornecidas por modelos algorítmicos –, parece achatar a própria experiência cronológica.

O futuro, antes compreendido como algo distante, passa a se confundir com o próprio instante presente, uma vez que a lógica da previsão exige o estabelecimento de ações imediatas que respondam aos acontecimentos que se encontrariam, originalmente, fora do tempo vivenciado. Além disso, as ações e comportamentos realizados em ocasiões passadas podem, por intermédio do seu registro nos bancos de dados, ser imediatamente recuperados, sobrepondo-se, igualmente, às situações desenvolvidas no presente. Em linhas gerais, depois do encolhimento do mundo, dado pela instantaneidade das transmissões, onde a *transaparência* permitia tele-visualizar – superando as mais vastas distâncias – o que se encontrava situado sobre qualquer localidade, agora, diante de uma *transparência* orientada de modo a possibilitar uma pré-visualização das situações, são as durações, o modelo sucessivo do tempo que se encontram propensos a sofrer uma fratura, eliminando-se as diferenças entre os instantes passados, presentes e futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apreender as relações de transparência organizadas no contexto da majoração da utilidade adquiriu uma importância estratégica para a realização desta dissertação. O desenvolvimento dos planos funcionais, de uma arquitetura e de um urbanismo em que nada é natural, contingente, tornou-se um objeto privilegiado para o entendimento da importância assumida pelo espaço na organização das relações de transparência. Nesse modo de organização funcional, o espaço mostra-se trabalhado de forma muito mais detalhada, buscando a extração do maior número possível de benefícios. Vimos que os menores procedimentos inscritos nos aparatos concretos demandados pela majoração da utilidade devem, sempre que possível, fazer valer a *potência criadora da distribuição*¹⁵⁸, compreendendo-a como o instrumento fundamental para a obtenção das finalidades pretendidas para um determinado ambiente. Apoiando-se nessas considerações, acreditamos que, dificilmente, os processos de majoração da utilidade submetidos aos espaços arquitetônicos modernos deixariam de se constituir como as situações mais oportunas ao reconhecimento, à identificação do espaço como o elemento fundamental da constituição das relações de transparência engendradas no período.

Na primeira unidade desta dissertação, denominada “O espaço da transparência” procuramos desenvolver um aparato descritivo abrigando um conjunto de referências que, grosso modo, pretendia contextualizar o empreendimento das relações da transparência como algo resultante de intervenções que pareciam implicar sempre uma análise minuciosa da forma, da distribuição e das dimensões conferidas às estruturas materiais. Qual o interesse deste trabalho em retomar essas descrições já amplamente difundidas? Enfatizar que quase toda a mecânica que rege o empreendimento das relações de vigilância, fictícias ou não, é configurada por intermédio de um investimento político submetido ao espaço, ou, tomando por empréstimo a síntese promovida por Bentham, a partir de *uma simples idéia de arquitetura*. Nesse sentido, pode-se compreender melhor o porquê da presença de uma descrição por vezes excessiva dos planos nesta dissertação. Cada característica, cada detalhe referidos, mencionados ao longo primeiro capítulo, torna-se consubstancial ao objetivo do momento inicial de nossa pesquisa: localizar o espaço como o suporte, o objeto privilegiado de um sistema perfeitamente arranjado, cujos princípios agiriam determinando, entre outras condições, a possibilidade de se exercer a vigilância.

As descrições desses planos úteis, demonstrando a preponderância, o valor assumido pelo espaço na constituição dos procedimentos de visibilidade, cumpriram o papel de

¹⁵⁸ Cf. LEDOUX, C. - N., *L'architecture considérée sous le rapport de l'art, des mœurs et de la législation*, Paris: H. L. Perroneau, 1804.

informar-nos acerca da natureza e dimensões da redefinição das relações entre a vigilância e a transparência. Como podemos perceber ao longo desta dissertação, se o estabelecimento de uma relação de transparência sobre as instituições modernas tinha como suporte a configuração de uma rígida disposição espacial, implicando – conforme apontado no capítulo “A arquitetura útil e a funcionalidade da vigilância” – uma análise detalhada da forma e da distribuição interna conferidas aos edifícios, a organização atual das condições para o exercício da vigilância parece ser definida por intermédio da velocidade veiculada pela técnica. Tal deslocamento representou uma redefinição radical das propriedades da transparência, uma vez que a nossa análise do funcionamento das câmeras, chips, bancos de dados, programas computacionais de coleta e processamento de informações demonstrou que o empreendimento da vigilância, antes dependente dos princípios de proximidade, do cálculo das distâncias, realiza-se a partir da própria superação do *espaço real*.

A superação da materialidade espacial no exercício da vigilância não significa a sua aniquilação, no sentido de se promover um fim do espaço, um extermínio generalizado dos suportes materiais, das distâncias e dimensões. Não se pode esquecer jamais que a realização de uma tele-visibilidade – constituída, por exemplo, a partir das câmeras de vigilância – inscreve-se no espaço, sendo direcionada de modo a permitir um controle sobre as situações desenvolvidas em uma diversidade de ambientes arquitetônicos e urbanísticos. No que diz respeito à vigilância exercida sobre o meio informacional das redes numéricas, a relação tende, naturalmente, a apresentar significativas diferenças, embora seja precipitado, sob certas circunstâncias, considerar que tais processos deixam de supor a presença do espaço. De fato, os processos de monitoramento se constituem sobre os dados acessados e produzidos pelos indivíduos nas redes comunicacionais e informacionais, ambientes desterritorializados, sem referências estáveis. Entretanto, é preciso reconhecer que os computadores, os terminais eletrônicos de bancos, de cartões de crédito, bem como demais interfaces ou zonas de contato que agenciam o indivíduo a essa superfície numérica, submetida às ações de uma vigilância contínua, encontram-se dispostos no espaço.

Falar que a redefinição das relações empreendidas na atualidade entre a transparência, a vigilância e o poder decretaria o fim do espaço, só faria sentido se nós entendêssemos tal expressão de um modo semelhante ao empregado por Paul Virilio. Contrariamente ao que dizem muitas leituras descuidadas, precipitadas do trabalho do autor, a afirmação de que a velocidade das tecnologias de comunicação e da informação seguiria promovendo o fim do espaço em benefício do imediatismo, da simultaneidade, não significaria dizer que o espaço é exterminado, anulado. O fim não corresponderia a um aniquilamento do espaço, mas a uma

finidade do mesmo, a uma extensão geofísica de um mundo que, compreendido anteriormente como magnífico, interminável, mostra-se, na atualidade, reduzido, limitado perante o imediatismo das transmissões em tempo real¹⁵⁹. A perda da materialidade do espaço, dos intervalos e das dimensões, refere-se, antes, a uma relativização, onde a distância em que se encontra uma situação passa a ser medida pela velocidade com que a sua imagem ou demais informações anunciam-se em nossas telas.

No contexto das práticas de controle difundidas atualmente sobre o corpo social, podemos perceber que a perda da importância do espaço real se refere à possibilidade de se constituir uma relação de transparência caracterizada, sobretudo, pelo desprendimento da extensão, da dependência local e territorial como limites do exercício da vigilância. Além da desvalorização submetida aos fundamentos geográficos das dimensões e distâncias, representada pela possibilidade de se realizar um controle dos ambientes e indivíduos independentemente do seu grau de afastamento – da posição que estes venham a ocupar no espaço material –, a organização da transparência na atualidade parece reduzir também a importância dos princípios geométricos na constituição das relações de vigilância. Como procuramos apontar nesta dissertação, sobretudo no capítulo sobre a vídeo-vigilância, o monitoramento das situações realizar-se-ia hoje em dia por intermédio não de uma contigüidade espacial, e sim através de uma ausência de interrupção no tempo das transmissões. Com efeito, o essencial ao exercício do controle não é mais a continuidade do espaço que se coloca entre a entidade vigilante e o objeto vigiado, mas a continuidade do tempo no envio do conteúdo registrado pelas tecnologias.

É preciso também considerar que nada impede que as formas assumidas pela transparência apresentadas por este trabalho venham, em determinadas circunstâncias, a conviver mutuamente no exercício da vigilância. A transparência do tempo real, por exemplo, não viria a substituir ou muito menos acenar com o fim dos investimentos submetidos ao espaço. Afinal, de nada adiantaria transmitir as aparências de algo que não se mostra legível, transparente no ambiente material sob vigilância. Convém que o espaço esteja organizado de modo a oferecer ao olho invisível da câmera condições que tornem possível o registro dos acontecimentos realizados nas suas dependências. Na verdade, o próprio posicionamento dessas máquinas de visão deve ser orientado segundo as características apresentadas pelos espaços, buscando encontrar um ponto que forneça a um observador uma visibilidade melhor das situações desenvolvidas na superfície monitorada.

¹⁵⁹ Cf. VIRILIO, P. & PETIT, P., “La perte du monde ou comment retrouver le corps propre”. In: *Cybermonde: la politique du pire*, Paris: Textuel, 1996, p. 57.

No entanto, foi a partir da análise da interação das câmeras com sistemas informáticos que a coexistência entre as relações de transparência se mostrou mais evidente. Tomando como exemplo o projeto denominado *Chromatica* empreendido nas estações metroviárias de algumas cidades européias, bem como os processos de reconhecimento biométrico adotados em determinados aeroportos norte-americanos, vimos que, em grande parte desses processos de vigilância, a varredura sistemática do espaço passa a conviver com a atividade de avaliação eletrônica dos ambientes e das situações. Cabe à máquina, aos programas computacionais, e não mais a um observador, analisar o meio ambiente, interpretar o sentido dos acontecimentos. A seleção e a avaliação do extenso conteúdo registrado por uma diversidade de câmeras passaram a ser exercidas por modelos autômatos, cuja função mais comum compreenderia o reconhecimento das situações e dos objetos potencialmente delituosos, portadores de alguma periculosidade.

No contexto da automação da vigilância, a transmissão imediata das aparências a distância, a *trans-aparência*, corresponderia a um dos vetores constitutivos da *transparência numérica*, uma vez que a imagem registrada passa a ser convertida em uma informação digital, possibilitando que os conteúdos apreendidos pelas câmeras de vigilância sejam submetidos às atividades dos computadores. Diante de uma articulação da câmera com as bases de informações e perfis computacionais, entendemos que o ambiente monitorado caracterizar-se-ia menos como uma célula de vigilância isolada, restrita a um determinado espaço, do que como um dos mais diversos elementos incorporados às atividades de um controle integrado, disposto sobre as redes comunicacionais e informacionais. Acreditou-se que a presença excessiva de câmeras sobre os espaços arquitetônicos e urbanísticos de certas localidades tornar-se-ia mais eficiente se a própria imagem, o conteúdo capturado se tornasse também uma fonte de informação.

Este trabalho, em um certo sentido, acabou privilegiando, na sua leitura acerca da redefinição das relações entre a transparência e a vigilância, os efeitos sobre as noções de espaço, a sua relativização em face da celeridade absoluta veiculada pelas tecnologias de controle. A segunda unidade, intitulada “A transparência da velocidade”, teve como objetivo demonstrar que, na atualidade, a organização das relações de transparência se realiza, entre outras circunstâncias, a partir da superação do próprio espaço material, das distâncias e das dimensões, possibilitando o exercício de uma tele-vigilância. Seja por intermédio da veiculação de uma *trans-aparência* – com a instantaneidade eletromagnética da emissão e da recepção dos sinais de vídeo tornando imediatamente visível o que se encontra situado nas mais vastas distâncias –, seja a partir da difusão de uma *transparência numérica* – onde a

velocidade das tecnologias telemáticas permitiriam a circulação ultra-rápida de uma imensa quantidade de dados entre computadores espalhados pelos espaços mais diversos –, as noções de proximidade, de distância são progressivamente desvalorizadas pelo intervalo do gênero luz, isto é, da sua velocidade absoluta.

Naturalmente, conforme destaca Paul Virilio, essa produção de velocidade, que segue reduzindo as extensões espaciais, acaba, de um certa forma, promovendo um encurtamento dos intervalos de tempo. Qualquer duração ou demora características da execução de uma ação, qualquer tempo necessário ao cumprimento de uma atividade, torna-se, diante da celeridade limite veiculada pela técnica, desprovido de algum sentido¹⁶⁰. No âmbito da instantaneidade das transmissões, *tudo chega e ou acontece sem que seja necessário partir*¹⁶¹. Essa ditadura do imediatismo poderia ser percebida na Berlim de Michael Klier, uma vez que os processos de vigilância organizados sobre a paisagem urbana da capital alemã não deixariam de se constituir como o reflexo, o correlato de uma expressão orientada sobre as tramas de uma política da velocidade, onde a interface instantânea tomaria progressivamente o lugar dos intervalos de tempo das mais longos das durações da deslocação, característicos, por exemplo, da inspeção, do patrulhamento motorizado.

O fato é que o estudo realizado sobre os perfis e bancos de dados introduz nas relações entre a vigilância e a transparência uma dimensão temporal diferente, mais complexa do que a revelada pela imposição do imediatismo. Isso porque, de uma forma geral, os processos de vigilância e controle articulados à organização de uma transparência numérica devem ser apreendidos, em grande parte, nos seus caracteres especulativos e discriminatórios, bem como na simulação de situações, identidades e de eventuais desejos. Como podemos perceber ao longo do segundo capítulo da unidade “A transparência da velocidade”, esses processos seriam orientados por uma perspectiva temporal da previsão, articulada a uma criação de modelos que definem exaustivamente estereótipos, comportamentos, situações e demais elementos que serão designados, categorizados como portadores de algum risco, de potencialidades para o consumo, bem como de outras propensões.

Identificar a presença da dimensão temporal da previsão no exercício da *vigilância numérica* não significaria, obviamente, excluí-la das práticas de controle anteriormente

¹⁶⁰ Até pouco tempo atrás desejar votos de felicidade, confessar segredos em carta de amor, exprimir as saudades de alguém distante significava inserir-se, basicamente, ainda que sob formas abreviadas, no mesmo ritual: entrar em um posto de serviço dos correios, pagar uma taxa pelo selo e pelo envio e ir para casa, esperar a resposta que deveria seguir os mesmos caminhos para poder chegar... Hoje a digitalização das correspondências operadas pelos endereços eletrônicos, o e-mail, anularia potencialmente toda a demora, toda a duração na troca de informações escritas entre os indivíduos, independentemente da posição que estes venham a ocupar no espaço material.

¹⁶¹ Cf. VIRILIO, P., “Le dernier vehicule”. In: *L’inertie polaire*, Paris: Christian Bourgois, 1990, p. 46.

estudadas. O espaço da transparência panóptico, por exemplo, é definido pelo próprio Bentham como articulado a finalidades preventivas¹⁶² que, reconheçamos, não fariam o menor sentido se elas não estivessem amparadas por uma previsão dos comportamentos dos ocupantes de tal edificação. Por sua vez, o emprego generalizado de câmeras de vigilância, analisado neste trabalho no contexto da *trans-aparência*, também não deixaria de introduzir o problema da previsão na realização do controle. Tal situação poder ser apreendida não apenas nas ocasiões em que o conhecimento, a consciência dos indivíduos acerca da sua potencial condição de observação os condicionaria a adotar um comportamento desejável, desviando suas intencionalidades de praticar algum ato irregular; mas, sobretudo, nas modalidades de uma antevisão, presentes, entre outros exemplos, na organização de uma espécie de codificação de indivíduos e de eventos suspeitos adotada por determinadas centrais de vigilância. Baseando-se nesse perfil, os operadores da sala de controle, antecipando-se aos acontecimentos registrados, identificariam as situações que devem ser objetos de intervenção por parte do corpo policial.

No entanto, a perspectiva temporal da previsão introduzida pelos perfis computacionais e dos bancos de dados, suportes privilegiados de uma vigilância numérica, encontra-se articulada, fundamentalmente, à idéia de simulação, no sentido de produzir cenários, situações e fatos futuros. Compreendidos como sistemas de observação antecipatória que se adiantam às situações e aos fatos, em que as tendências e possibilidades demandariam a disposição de ações imediatas e efetivas, essas tecnologias se referem a um modelo preditivo da vigilância. Decerto que o fator característico da lógica do porvir empreendida pela vigilância numérica não seria tanto a sua acuidade na previsão do futuro, a sua capacidade de se referir precisamente a um acontecimento a frente do seu tempo, mas o próprio processo de antecipação, cujos efeitos acabam por intervir, influenciar as escolhas, comportamentos e ações realizados no presente, tornando efetivo o que era apenas uma possibilidade.

Todas essas considerações sobre os caracteres da simulação na modalidade da vigilância articulada a uma previsão são, neste trabalho, apresentadas de um modo superficial. Provavelmente não seria possível, diante do potencial inerente a essa questão, reservar apenas

¹⁶² Cf. BENTHAM, J., O Panóptico ou a casa de inspeção. In: SILVA, T. T. (Org.), *O Panóptico*, Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 71. “Espero que nenhum crítico, com mais erudição do que franqueza, faça a uma casa de inspeção a grande injustiça de compará-la à orelha de Dionísio. O objetivo daquele dispositivo era o de saber o que os prisioneiros diziam sem de que eles, de forma alguma, suspeitassem disso. O objetivo do princípio da inspeção é exatamente o inverso: ele consiste em fazer não que eles suspeitem, mas que eles estejam certos de que seja lá o que fizerem será sabido mesmo que esse não seja o caso. A detecção é o objetivo do primeiro; a prevenção a do último”.

um capítulo para se promover uma análise das propriedades, das características relacionais entre a simulação e a previsão. Entre outras considerações que justificariam essa posição, esta dissertação reconhece o quão necessária se tornaria a realização de um estudo mais aprofundado de certas instâncias inscritas nessas relações, que pudessem dar conta, por exemplo, da compreensão dos campos de poder que conferem à simulação a qualidade de atributo privilegiado instituído às tecnologias de vigilância numérica. Ou antes, seria preciso recuperar as características, finalidades e formas assumidas no exercício que a previsão veio assumindo ao longo da história, a fim de se compreender melhor a redefinição dos seus sentidos, bem como o caráter do seu vínculo à idéia de simulação.

Não se poderia deixar de reconhecer que a referência à previsão realizada por este trabalho buscou sempre se integrar ao objeto de nossa dissertação, ou seja, entender as relações entre a vigilância, a transparência e o poder empreendidas na atualidade, adotando como perspectiva privilegiada, os investimentos na aquisição de maiores velocidades. Com efeito, o que se pretendeu demonstrar nesta pesquisa foram os desdobramentos produzidos por esta leitura: se a *trans-aparência* permitia, por intermédio de uma tele-presença, ver o que se encontrava além do *espaço presente*, direto e imediatamente percebido, a organização da *transparência numérica* acenaria com a veiculação da possibilidade de uma visão das situações e dos fatos que se encontram além do próprio *tempo presente*.

No que diz respeito ao privilégio conferido à lógica da velocidade no entendimento das relações entre a transparência e a vigilância, entendemos que muitas considerações ainda poderiam estar presentes. Com relação a tais ausências, gostaríamos de deixar claro que o trabalho que empreendemos até aqui não pretendeu esgotar, ou dar conta de todos os desdobramentos dos problemas erguidos com a disposição de uma leitura *dromológica* acerca da vigilância e da transparência. Seria equivocado considerar que a apreensão das relações entre a transparência e a vigilância sob a perspectiva da velocidade encontrar-se-ia limitada à análise destes dois planos: a instantaneidade das transmissões e a celeridade dos computadores. No entanto, conforme vimos apontando em nossa dissertação, esses vetores do desenvolvimento tecnológico não deixam de ilustrar, de demonstrar, cada um ao seu modo, que a lógica, o investimento na produção de velocidades tornou-se um dos instrumentos privilegiados na organização do controle sobre o corpo social.

É preciso apontar nesta conclusão certas diferenças contextuais das análises produzidas sobre as duas formas assumidas pela transparência na segunda unidade. Na relação entre a velocidade e a vigilância no âmbito da produção de uma *trans-aparência*, trata-se de uma associação realizada insistentemente por Paul Virilio – por ocasião das suas análises das

propriedades do vídeo no âmbito da perspectiva do tempo real –, fazendo com que a leitura dessas situações já se encontrasse, desde o primeiro momento de sua concepção, fundamentada por um amplo aparato crítico. Além disso, a própria compreensão da velocidade articulada por essas tecnologias, mais próxima dos caracteres cinemáticos, referindo-se a uma celeridade já conhecida, a da luz, que veicula instantaneamente os sinais de vídeo, já tornaria a relação entre a vigilância, a transparência e a velocidade quase que auto-evidente.

Por sua vez, a relação de dependência da vigilância e da transparência informacional para com a velocidade parece, de uma certa forma, encontrar-se em uma situação contrária à apresentada pela *trans-aparência*. Apesar de nossas considerações sobre a vigilância e a transparência organizadas sobre o espaço numérico serem circunscritas metodologicamente pelas análises de Paul Virilio, existem determinadas questões neste trabalho que, sob certas circunstâncias, superariam, pelo menos diretamente, os problemas colocados até hoje pelo *dromólogo*. Apreender a velocidade como o elemento privilegiado do exercício da vigilância sobre as informações produzidas e acessadas pelos indivíduos no seu relacionamento, nas suas interações com uma diversidade de tecnologias difundidas no cotidiano exigiu investigar a natureza dos empreendimentos realizados nos espaços, nos suportes sobre os quais o controle é desenvolvido.

Em nossa dissertação, podemos perceber que grande parte dessas realizações se torna articulada à produção de velocidades que, diferentemente da veiculada pela *trans-aparência*, possuiria um grande afastamento da compreensão que possuímos de tal grandeza. Com relação às redes comunicacionais e informacionais, a lógica da celeridade se encontra vinculada aos incessantes investimentos destinados a ampliar capacidade de se emitir informações, elevando-se a quantidade de bits enviados por segundo. Tal procedimento possibilitaria, em princípio, aumentar o volume de dados que circulam entre os computadores, intensificando a capacidade e a eficiência da vigilância – afinal, não se pode esquecer de que o monitoramento exercido sobre o ambiente numérico é constituído pela coleta, seleção e avaliação de informações.

As análises de Lyon sobre as características do controle inscrito atualmente no corpo social, sobretudo a importância conferida pelo autor ao *poder do computador* na organização da vigilância sobre a informação, tornou-se um objeto igualmente decisivo ao nosso entendimento de que o investimento na velocidade corresponderia a um vetor privilegiado da constituição da transparência também sobre o espaço numérico. Consideramos que o fato de os objetos privilegiados corresponderem às informações acessadas e produzidas sobre a

diversidade de interfaces numéricas, entre outras implicações, fez com que o poder e o alcance do controle se tornassem proporcionais à capacidade de se processar uma maior quantidade de dados em um menor tempo possível. Ampliando o entendimento dos sentidos propostos por Lyon, compreendemos que o *poder do computador* nos processos de vigilância não deixaria de se referir, além da possibilidade do armazenamento de um grande volume de dados referida pelo autor, a própria velocidade no ordenamento das informações.

Obviamente, a propriedade de se descrever os cálculos necessários à extração de padrões no conjunto de dados analisado se caracteriza como uma das condições fundamentais para a funcionalidade da vigilância. Entretanto, como esses processos são realizados no espaço numérico, é o cálculo que faz mover todas as atividades relativas ao tratamento dos dados, fazendo com que a eficiência da vigilância seja regulada pela própria performance dos *motores informáticos*¹⁶³. Tal situação articular-se-ia perfeitamente à ditadura da velocidade prescrita pela *Dromologia*. Conforme apontado por este trabalho, apreender os sistemas de vigilância dispostos na atualidade sob a perspectiva da velocidade não seria tributário apenas dos investimentos recentes nas transmissões instantâneas, mas, igualmente, do próprio movimento de aceleração submetido aos circuitos microeletrônicos das tecnologias informáticas.

Assim, no contexto de todas essas considerações, não há como não se lembrar da imagem do ciclista, representado por Boccioni na sua própria celeridade. Semelhantemente ao dispositivo homem-bicicleta, as tecnologias de vigilância difundidas na atualidade sobre o corpo social demonstram ser, sobretudo, uma máquina de velocidade.

¹⁶³ O caráter incessante dos investimentos produzidos no intuito de ampliar a velocidade e a rapidez dos computadores podem ser melhor apreendidos, quando tomamos como exemplo os processadores. Símbolos desse empreendimento tecnológico, da produção de celeridade, os processadores têm constantemente as suas estruturas modificadas no intuito de fornecer uma maior rapidez na execução das operações numéricas que lhes são solicitadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, M. Dialética do Esclarecimento, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.

ANCEAU, F., “De Von Neuman aux super-microprocesseurs”. In: MICHAUD, Y. (org.), Université de tous le savoirs n° 7 (Les Technologies), Paris: Odile Jacob, 2003.

_____, “La saga des microprocesseurs, la course à la puissance”. In: Cerveau et machines, novembro de 1998. Disponível em: <http://lmi17.cnam.fr/~anceau/Documents/FBull_Hermes.pdf>. Acesso em: 29 de junho de 2006.

ANTOUN, H. & PECINI, A. C., “Redes de parceria e a relação entre cidadãos e pesquisa científica: o projeto Folding@home”. In: Unirevista, São Leopoldo, v. 1, p. 1-12, 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_AntounPecini.PDF>. Acesso em: dezembro de 2006.

BENTHAM, J., O Panóptico ou a casa de inspeção. In: SILVA, T. T. (Org.). O Panóptico, Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BOGARD, W. The simulation of surveillance, Cambridge: Cambridge University Pres, 1996.

BRUN, J., “Ivresse et tristesse de la vitesse”. In: Corps Écrit n° 24 (La vitesse), Paris, PUF, 1987.

BRUNO, C., The Google Adwords Happening, abril de 2002. Disponível em: <<http://www.iterature.com/adwords/index.html>>. Acesso em: 16 de junho de 2006.

BRUNO, F. “Máquinas de ver, modo de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias da comunicação e da informação”. In: Revista FAMECOS n° 24, Porto Alegre: julho de 2004.

_____. Do sexual ao virtual, São Paulo: Unimarco, 1997.

_____, “Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas”. In: Revista Fronteira, São Leopoldo / RS, v. VIII, 2006, pp. 152-159.

CAIRNCROSS, F. The Death of Distance: How the communications revolution will change ours lives, Boston: Harvard Business School Press, 1997.

CAMPBELL, D. Surveillance électronique planétaire, Paris: Allia, 2005.

COUCHOT, Edmont. “Pluie, vapeur et vitesse. Lumière et calcul dans les processus automatiques de génération d’images”. In: Corps Écrits, n° 24 (La vitesse): PUF, 1987.

DELEUZE, G. Conversações, Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. Foucault, São Paulo: Brasiliense, 1988.

- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. Mil Platôs, 5 vol. São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____. O anti-édipo, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.
- DUGUET, Anne-Marie. Déjouer l'image – Créations électroniques et numériques, Nîmes: Éditions Jacqueline Chambon, 2002.
- FATORELLI, A. & BRUNO, F. Limiares da Imagem: tecnologia e estética na cultura contemporânea, Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.
- FAYYAD, U. M., PIATETSKY-SHAPIRO, G. & SMYTH, P., "From data mining to knowledge discovery: an overview". In: Advances in Knowledge Discovery and Data Mining, MIT Press, 1996.
- FORTIER, F. Citoyens sous surveillance: La face cachée d' Internet, Montreal: Écosociété, 2002.
- FOUCAULT, M. Dits et écrits, 4 vol., Paris: Gallimard, 1994.
- _____. Il faut défendre la société: cours au Collège de France, 1975-1976, Paris: Gallimard/Seuil, 1997.
- _____. Vigiar e Punir, Petrópolis: Vozes, 2001.
- GANDY, O. H., The panoptic sort: a political economy of personal information, Boulder: Westview Press, 1993.
- HADNI, A. L'infrarouge, Paris: PUF, 1975.
- KIHM, Christophe. "Les modalités de la présence: vidéosurveillance, regard et identité". In: Art Press n° 303, julho de 2004.
- LEDOUX, C. - N. L'architecture considérée sous le rapport de l'art, des mœurs et de la législation, Paris: H. L. Perroneau, 1804.
- LEVIN, T. Y., FROHNE, U. & WEIBEL, P. (Orgs.) CTRL [SPACE]: Rhetorics of Surveillance from Bentham to Big Brother, Cambridge: MIT Press, 2002.
- LYON, D. The electronic eye: The rise of surveillance society, Cambridge: Polity Press, 1994.
- MARX, G., "What's new about the 'New Surveillance'? Classifying for Change and Continuity". In: Surveillance & Society I (1), 2002.
- MAZOYER, F., "O mercado da vídeo-vigilância". In: Le monde diplomatique – Edição brasileira, ano 2, n° 19, agosto de 2001. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2001-08,a15>>. Acesso em: janeiro de 2006.
- NORRIS, C. & ARMSTRONG, G. The maximum surveillance society: The rise of CCTV, Oxford: Berg, 1999.

NORRIS, C., “From personal to digital: CCTV, the panopticon, and the technological mediation of suspicion and social control”. In: LYON, D. (org.). Surveillance as a social sorting: Privacy, risk and digital discrimination, London: Routledge, 2003.

OLIVEIRA, F. C. R. M., “Os autômatos da ficção científica: reconfigurações da tecnociência e do imaginário tecnológico”. In: Texto, v. 1, p. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.intexto.ufrgs.br/>>. Acesso em: dezembro de 2006.

OULLIER, O., “Cerveau, mensonge et anti-terrorisme”. In: Le monde diplomatique, dezembro de 2005. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2005/12/OULLIER/13026>>. Acesso em: abril de 2006.

PARENTE, A. (org.). Imagem-Máquina – A era das tecnologias do Virtual, São Paulo: Editora 34, 1993.

RAMONET, I., “Surveillance totale”. In: Le monde diplomatique, agosto de 2003. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2003/08/RAMONET/10252>>. Acesso em: janeiro de 2006.

RIVIÈRE, P., “Le système Echelon”. In: Le monde diplomatique, julho de 1999. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/mav/46/RIVIERE/m1>>. Acesso em: maio de 2005.

SALMON, J. - M., “L’ accélération de l’ Histoire”. In: Un monde à grande vitesse. Globalisation, mode d’emploi, Paris: Seuil, 2000.

SANTOS, L. G., “Prefácio”. In: VIRILIO, P. Velocidade e política, São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

SRIVASTAVA, J., “Web usage mining: Discovery and applications of usage patterns from Web data”. In: ACM SIGKDD Explorations, v. 1, nº. 2, janeiro de 2000. Disponível em: <www.acm.org/sigkdd/explorations>. Acesso em: 10 de janeiro de 2006.

STAROBINSKI, J. A invenção da liberdade, São Paulo: UNESP, 1994.

_____. Os emblemas da razão, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TENON, J. Mémoires sur les hôpitaux de Paris, Paris: Doin / Assistance Publique-Hôpitaux de Paris, 1998.

VIRILIO, P. Esthétique de la disparition, Paris: Galilée, 1989.

_____. L’ Art à perte de vue, Paris: Galilée, 2005.

_____. La bombe informatique, Paris: Galilée, 1998.

_____. L’horizon négatif, Paris: Galilée, 1984.

_____. L’inertie polaire, Paris: Christian Bourgois, 1990.

_____. L’insécurité du territoire, Paris: Galilée, 1993.

VIRILIO, P. La machine de vision, Paris: Galilée, 1994.

_____. O espaço crítico, São Paulo: 34, 1999.

_____. Un paysage d'événements, Paris: Galilée, 1996.

_____. Vitesse de Libération, Paris: Galilée, 1995.

_____. Vitesse et politique: essai de dromologie, Paris: Galilée, 1977.

_____. "Le Crépuscule des lieux". In: Revue d'Esthétique, nº 3-4 (La ville n'est pas un lieu), Paris: Union Générale d'Editions, 1977, pp. 383-394.

VIRILIO, P. & KERCKHOVE, D. Conflicts: A Conversation Between Paul Virilio And Derrick De Kerckhove. Disponível em: <http://www.aec.at/de/archiv_files/20021/2002_206.pdf>. Acesso em: 4 de março de 2005.

VIRILIO, P. & LOTRINGER, S. Guerra Pura: a militarização do cotidiano, São Paulo: Brasiliense, 1984.

VIRILIO, P. & PETIT, P. Cybermonde: la politique du pire, Paris: Textuel, 1996.

VIRILIO, P. & SCHEPS, R., "A técnica e a guerra". In: SCHEPS, R. O império das técnicas, São Paulo: Papirus, 1996.

VIRILIO, P. & SILVA, J. M., Virilio, o oráculo, entrevista concedida ao UOL, maio de 2003. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/170,1.shl>>. Acesso em: março de 2005.

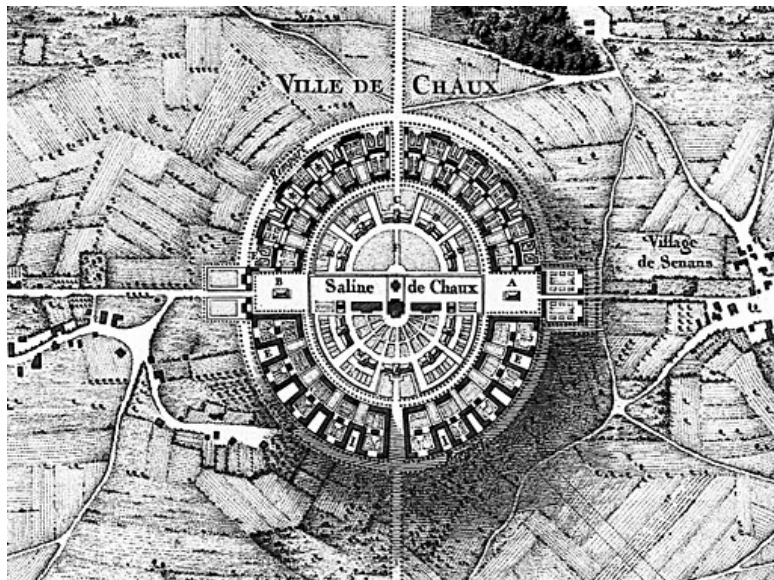
VIRILIO, P. & STERCKX, P., "Paysage d'événements sur fond de vitesse". In: Art Press, nº 217, outubro de 1996, pp. 19-26.

VITALIS, A. & HEILMANN, E., "La vidéosurveillance: un moyen de contrôle à surveiller". In: Le Courrier du CNRS nº 82, maio de 1996.

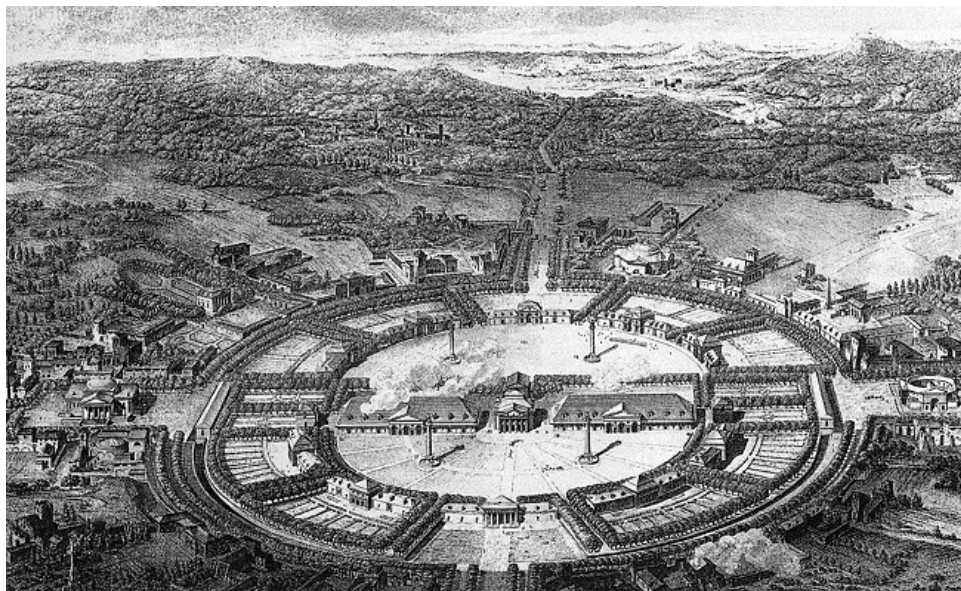
VITALIS, A., "Le regard omniprésent de la vidéosurveillance". In: Le monde diplomatique, março de 1998. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/VITALIS/10142>>. Acesso em: fevereiro de 2006.

ANEXOS

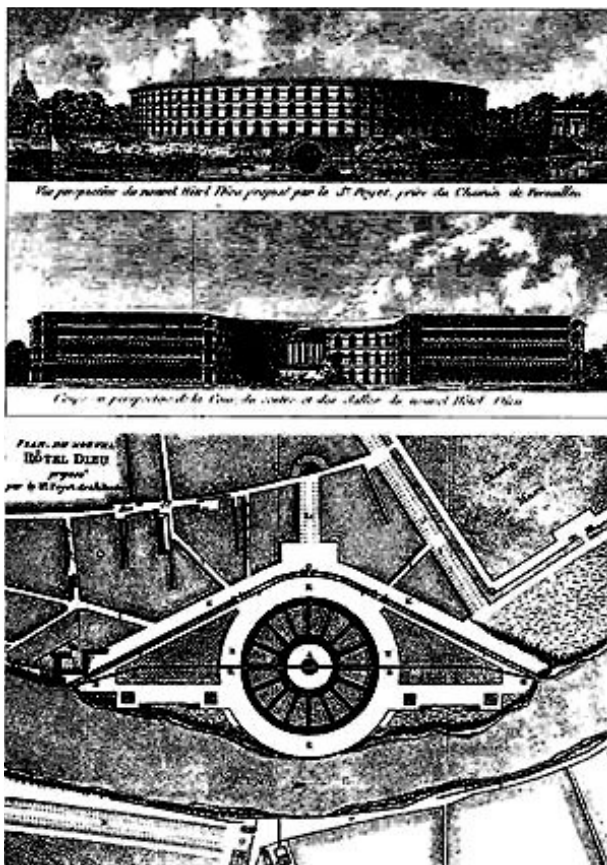
Imagens dos projetos comentados no capítulo “A arquitetura útil e a funcionalidade da vigilância”.



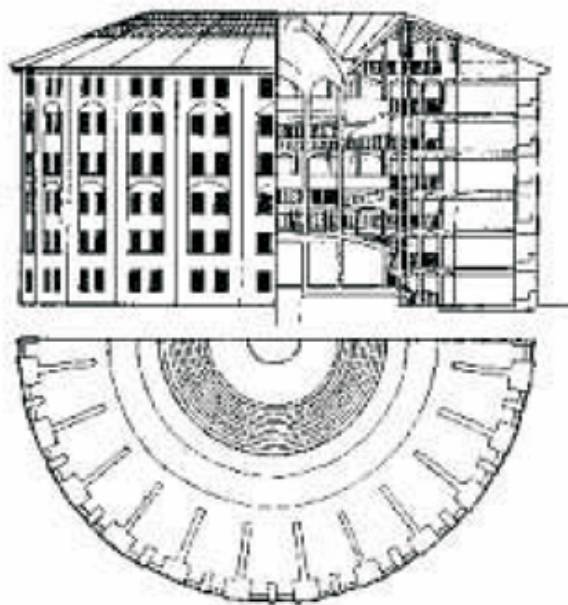
CLAUDE-NICOLAS LEDOUX: Planta de Situação da Saline Royale d'Arc-et-Senans, 1774. Gravura. Paris, Bibliothèque Nationale, Cabinet des Estampes. Disponível em: <<http://www.ca-schleppy-chaux-de-fonds.ch/767382/627298.html>>. Acesso em: outubro de 2006.



CLAUDE-NICOLAS LEDOUX: Perspectiva da cidade de Chaux, segundo projeto, 1775. Gravura. Paris, Bibliothèque Nationale, Cabinet des Estampes. Disponível em: <<http://www.athenaeum.ch/ledouper1.htm>>. Acesso em: novembro de 2006.



BERNARD POYET: Fachadas e Planta do plano do Hôtel-Dieu de Paris, 1785. Gravura, Paris. Bibliothèque Nationale, Cabinet des Estampes. Disponível em: <<http://www.athenaeum.ch/ledouper1poyet.htm>>. Acesso em: outubro de 2006.



JEREMY BENTHAM: The Penitentiary Panopticon or Inspection House, 1791. University College London Library. Disponível em: <http://www.victorianTurkIs/bath.org/6DIRECTORY/AtoZEstab/Asylums/aa/pix/Bentham_w.htm>. Acesso em: janeiro de 2005.

Imagens das obras citadas no capítulo “A transparência do tempo real”.



UMBERTO BOCCIONI: *Dinamismo di un ciclista*, 1913. Óleo sobre tela. New York, The Museum of Modern Art. Disponível em: <<http://digilander.libero.it/time2000/Time/arte/boccionigallemain.html>>. Acesso em: janeiro de 2007.



Der Riese. MICHAEL KLIER. Berlim: 1983. I fita de vídeo (82 min), VHS, son., color. Disponível em: <[http://hosting.zkm.de/ctrlspace/discuss/msgReader\\$57?mode=topic](http://hosting.zkm.de/ctrlspace/discuss/msgReader$57?mode=topic)>. Acesso em: setembro de 2005.



BRUCE NAUMAN: *Video Surveillance Piece: Public Room, Private Room*. 1969-70. Instalação. Duas câmeras de vídeo, dois monitores de vídeo. Solomon R. Guggenheim Museum, New York. Disponível em: <<http://hosting.zkm.de/ctrlspace/d/works/41>>. Acesso em: setembro de 2005.



DAN GRAHAM. *Time Delay Room I*, 1974. Instalação. Duas câmeras de vídeo, quatro monitores de vídeo. Stedelijk van Abbemuseum, Eindhoven. Disponível em: <<http://hosting.zkm.de/ctrlspace/d/works/18>>. Acesso em: setembro de 2005.

